



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

144^a Reunião Ordinária do Plenário do Conama

Realizada em
Brasília/DF.
27 de Novembro de 2024.

(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa RDK Degravações e Eventos

Manhã:

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bom dia, senhoras e senhores conselheiros. Bem-vindos à 144ª reunião ordinária do CONAMA. Hoje temos aqui, como todos receberam, uma pauta bastante intensa, interessante. Mas vamos, antes de mais nada, dar início aqui passando aqui a palavra à ministra Marina Silva para abertura e, na sequência, teremos a professora Mariana Mazzucato e Vera Songwe para apresentação do relatório de especialistas independentes em relação à força-tarefa de combate à mudança do clima do G20. Então, com a palavra, a ministra Marina Silva.

A SRª. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigada, Capo. Bom dia a todos, a todas. Primeiro, quero agradecer a Deus por estarmos aqui. Quero cumprimentar Rodrigo Agostinho, Daniel, Marcela, nosso secretário executivo, João Paulo Capobianco, parabenizando por esse ano de trabalho aqui à frente, na nossa instância máxima de deliberação do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Dizendo que acho que tivemos um ano altamente produtivo, com resoluções muito importantes, diante de uma situação dramática da dinâmica do nosso país, sobretudo com o agravamento dos eventos climáticos extremos, que fizeram com que a gente começasse o ano com enchentes assustadoras e avassaladoras, como as que aconteceram no Rio Grande do Sul. Terminássemos o ano com um processo de estiagem, que ainda está em curso em boa parte da Amazônia, agravando uma situação de incêndios florestais no Pantanal e na Amazônia. Então, acho que o CONAMA cumpriu e cumpriu seu papel na articulação também dos diferentes setores da sociedade aqui representado nas suas dinâmicas do setor público, do setor privado, da sociedade civil, da comunidade científica. Eu quero cumprimentar de modo especial também as duas palestrantes que vão fazer remotamente aqui as suas apresentações, como falou o secretário Capobianco, com a professora Mazzucato e a professora Vera Songwe, que fizeram um relatório independente das atividades relacionadas ao clima, na força-tarefa de clima do G20. O G20 foi altamente inovador, colocando temas que não são, digamos, da dinâmica

histórica do G20, como o combate à desigualdade, à questão da mudança do clima, que entrou de uma forma altamente relevante e significativa, todo o trabalho que foi feito para a bioeconomia, com os dez princípios de bioeconomia, toda a ênfase que foi dada à questão de termos mecanismos inovadores de financiamento e uma inovação, de que a sociedade civil pudesse também fazer um relatório que fosse além daquilo que era apresentado tanto nas forças-tarefas do G20, quanto na trilha dos presidentes, como foi o caso da nossa, que além de tratar de questões importantes como o oceano, serviços ecossistêmicos, resíduos sólidos e tantas outras questões, também tivemos ali um trabalho altamente interativo entre os temas. E, culminando, além das declarações que foram feitas por cada trilha de presidências, nós tivemos um coroamento com a reunião de alto nível de chefes de Estado no Rio de Janeiro, que selou aquilo que parecia impossível. Temos ali uma manifestação clara em relação ao combate à pobreza, em relação ao clima, ao alinhamento com não ultrapassar um e-mail de temperatura da terra, meios de implementação, inclusive, taxação de super-ricos. E uma reunião importante que tivemos em Washington, que juntou todos os ministros, todos os setores das áreas de finanças e meio ambiente e clima, que foi a reunião entre ministros de meio ambiente, finanças e presidentes de bancos centrais do mundo inteiro, inaugurando também a ideia de que a política de enfrentamento à mudança do clima, de perda de biodiversidade, de desertificação, é uma agenda, sobretudo, de transformação econômica e social que requer meios de implementação. O Brasil foi, de fato, inovador, disruptivo e terminamos com coisas muito concretas, como, por exemplo, a plataforma de países, que é uma inovação para que investidores possam buscar fazer seus investimentos alinhados com as prioridades dos países, sendo que, historicamente, isso vem acontecendo com as agências multilaterais de financiamento, elas fazendo uma busca ativa do que elas acham que é importante para seus financiamentos. O Brasil fez uma mudança. Nós estabelecemos quais são as nossas prioridades à luz do Plano de Transformação Ecológica, do Plano Clima, que precisa ser implementado, e outros programas voltados para o enfrentamento da mudança climática, do desenvolvimento sustentável, nós estabelecemos quais são as prioridades. E é nessa plataforma, que ali estão inscritas as prioridades, que os investidores irão fazer, digamos assim, os seus investimentos e buscar as suas parcerias.

Também foi um ano em que trabalhamos muito fortemente, em cima de algumas agendas que os senhores estão acompanhando, porque eu sei que cada conselheira e conselheiro se sente parte dessa dinâmica. A primeira delas tem a ver com a redução do desmatamento em 45% nesses dois anos de governo do presidente Lula. Na verdade, 45,7% de redução de desmatamento quando se faz a integração da redução de 22% o ano passado e da redução desse ano. Então, temos ali algo significativo, evitando lançar na atmosfera 400 milhões de toneladas de CO₂ e nos dando uma clara esperança de que mesmo com o apagão de política ambiental, de política de desmatamento ao longo do governo anterior, nós ainda temos esperança de alcançar a meta de redução de CO₂ de 2025, porque trabalhamos dobrado pelo nosso próprio ano e pelo ano que não teve política ambiental. Então, isso é algo que devemos celebrar. Parabenizo aqui o IBAMA, o ICMBio, a Polícia Federal, os 19 ministérios que trabalharam juntos com a coordenação política da Casa Civil, a coordenação executiva do Ministério do Meio Ambiente, a Secretaria Extraordinária de Combate ao Desmatamento e Ordenamento Territorial Sustentável, que vai ter uma apresentação aqui feita pelo secretário André Lima. Vamos ter também uma apresentação feita pela Larissa, da nossa Conferência Nacional de Meio Ambiente, que está andando de forma muito relevante. A Larissa me dizia ainda há pouco que já temos aí cerca de mil municípios envolvidos já na Conferência Nacional de Meio Ambiente, um trabalho que vem sendo feito a muitas mãos, que envolve a tripartite, que envolve cada um de nós aqui. A Larissa fará uma apresentação mais detalhada de como a conferência vai trabalhar para que possamos debater a emergência climática à luz da necessidade da transformação ecológica do nosso país, dos nossos estados e municípios. E ainda vamos ter também uma apresentação feita pela Secretaria de Mudança do Clima, que trata da questão do nosso Plano Clima e também, obviamente, da nossa meta de redução de CO₂. É uma meta altamente ambiciosa, um processo que envolveu vários setores de governo, vários setores da sociedade. Foram feitas as plenárias no Plano Clima Participativo. Foram oito plenárias em cada um dos biomas brasileiros. Obviamente que alguns deles foram mais de uma plenária, para poder dar esse número de oito plenárias, envolvendo mais de 4 mil pessoas nesses processos participativos. Cada uma dessas plenárias participativas tinha ali a possibilidade de apresentar propostas que passavam

por um processo de votação e aquelas que tinham maior pontuação. Elas fazem parte da agenda de prioridade de implementação de políticas. E, no caso do conjunto da obra dessas plenárias, quem ficou em primeiríssimo lugar foi a necessidade do enfrentamento da emergência climática com políticas, estruturas e processos que sejam disruptivos, para que a gente possa sair da lógica da gestão do desastre para a gestão do risco. Não é fácil fazer esse processo. É preciso que haja, inclusive, uma compreensão de que isso é uma nova governança, que envolve tanto novos marcos regulatórios, como, por exemplo, o reconhecimento da figura da emergência climática em todo o país, para que a gente possa ter essa ferramenta, quanto a criação de estruturas e até mesmo de um comitê técnico-científico para dar suporte às nossas ações, além de um Conselho Nacional de Emergência Climática. Eu vi que até o presidente Lula propôs um conselho, agora no âmbito das Nações Unidas, para a ação de implementação, que acho que é inteiramente convergente com a ideia de um Conselho Nacional de Emergência Climática, para que também a gente cuide de como vamos vertebrar um sistema para que a gente dê conta desse recado. Bem, vamos ter outras apresentações feitas pela Secretaria de Qualidade Ambiental. O secretário Maluf tem feito um excelente trabalho em relação à questão da qualidade do ar e outras questões que foram trabalhadas nas câmaras técnicas e, além do nosso pinga-fogo, das moções que serão apresentadas. Minhas palavras são, em primeiro lugar, parabenizando a equipe, na pessoa do secretário João Paulo Capobianco, da Marcela, que tem feito todo esse trabalho de suporte, agradecendo cada conselheiro e cada conselheira, todos os nossos colaboradores e colaboradoras que têm feito com que o nosso CONAMA possa ter aí a sua contribuição. E que essa agenda de trabalho que nós vamos ter aqui para o ano que vem, a gente possa já sair daqui animados para o que vai ser o ano de 2025, com o desafio da COP 30, que traz ainda um peso de algo que não foi adequadamente resolvido na COP 29, que foi a questão do financiamento, que era o ponto central da COP 29. Se a COP 28 tinha como ponto central a questão de dar consequência ao balanço geral após o acordo de Paris, do que se fez, do que se avançou e deixou de avançar e como isso deveria ser traduzido em decisão da COP 28, e acho que isso a gente conseguiu razoavelmente bem, triplicar, renovar, duplicar a eficiência energética, fazer a transição para o fim do uso de combustível fóssil, o enfrentamento da agenda de

perdas e danos, entre outras agendas, a COP 29 era financiamento, além de questões como crédito de carbono, que isso foi aprovado, direitos humanos, direitos das mulheres, a questão de adaptação, enfim, uma agenda, mas o centro era financiamento. Houve um estudo que foi feito, muito relevante, dando conta de que o necessário para o financiamento climático seria algo na ordem de US\$1,3 trilhão de dólares por ano. Infelizmente, não foi isso que saiu de lá. Tivemos o reconhecimento de que é isso que precisa, o que já foi um avanço. A exemplo da COP 28, que reconheceu que não se deve ultrapassar 1,5 de temperatura da Terra, houve um reconhecimento de que o que é necessário para financiar esse esforço de não ultrapassar 1,5 é US\$1,3 trilhão de dólares. Mas os países desenvolvidos decidiram que o começo de tudo isso é apenas praticamente uma atualização, em termos inflacionários, daquilo que seria os US\$100 bilhões, que passa agora a ser US\$300 bilhões de dólares. E ainda somando o que é a cooperação das agências de financiamento, juntamente com a alavancagem de recursos privados. Bem, é uma discussão que vocês acompanharam, bem complexa, mas saiu de lá uma decisão de que o Brasil, ao longo desse ano, junto com os dois outros países da Troika, irá trabalhar um processo para que cheguemos na COP 30 com o mapa do caminho de como alcançar US\$1,3 trilhão. E, por último, a nossa COP. O sucesso da nossa COP, ele acontece praticamente antes. Se em 2028 o foco era alinhamento com 1,5, na COP 29, financiamento alinhado com 1,3 com 1,5, no Brasil é o alinhamento de NDCs com 1,5. Ou seja, elas têm que ser altamente ambiciosas. Três países já apresentaram suas NDCs até agora, pelo menos é o que eu sei, que foi os Emirados Árabes Unidos, o Reino Unido com uma NDC de redução de 81% e o Brasil com uma redução de 67% das nossas emissões até 2035. Foi feito na forma de banda, mas o nosso objetivo é alcançar os 67% de redução. O Brasil, diferentemente de outros países, tem meta de redução para todos os setores, energias, transporte, agricultura para a indústria, enfim, todos os setores, tem meta para todos os gases, diferente de outros países, com certeza é a meta de ambição, digamos, maior de todos os países em desenvolvimento. Há um esforço para que os Estados Unidos apresentem suas metas antes da saída do governo Biden, isso vai ser muito importante, mas o Brasil vai trabalhar muito e já está trabalhando naquilo que nós chamamos de dois trilhos e termino por aqui. Primeiro, o trilho da mobilização da sociedade nos seus diferentes segmentos e

o trilha da diplomacia climática, para que possamos reestabelecer confiança, para que possamos reestabelecer princípio de solidariedade e cooperação, para que possamos fazer com que a COP 30 seja a COP do alinhamento, primeiro internamente, com os compromissos já assumidos e entre nós. A COP 29 aconteceu num contexto, eu diria, muito difícil, pela situação geopolítica das guerras e da eleição dos Estados Unidos e vamos trabalhar muito para que a gente chegue com NDCs robustas e que a gente possa estar à altura. Muita gente fala a COP da floresta, essa é a COP da implementação, porque se não implementarmos as medidas, as florestas desaparecerão do mesmo jeito. As florestas são responsáveis por 10% das emissões globais. Se a gente não reduzir os 90% de carvão, de petróleo e de gás, as florestas vão desaparecer do mesmo jeito. Portanto, é a COP na floresta para a implementação do equilíbrio do planeta, em benefício do equilíbrio do planeta. Muito obrigada, parabéns, Capó, parabéns a todos os conselheiros e conselheiras por esse ano de trabalho. Eu sempre digo, o trabalho no Ministério é transversal, é colaborativo e nós temos sempre a clareza de que aqui não se faz as coisas para os estados, para os municípios, para a sociedade. A gente quer fazer e busca fazer com os estados, os municípios e com a sociedade. Muito obrigada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigada, ministra, pela abertura inspiradora e para, na realidade, criar aqui a base para introduzir o próximo tema nosso, que é justamente a apresentação do Relatório de Especialistas Independentes, que foi solicitado pela força-tarefa de Combate à Mudança do Clima do G20, relatório elaborado pela professora Mariana Mazzucato e Vera Songwe, pessoas muito reconhecidas internacionalmente pelo trabalho que vem desenvolvendo nessa agenda e que traz recomendações para a governança das políticas públicas na área industrial e financeira no âmbito do G20. Lembrando, ministra, que o Brasil inovou na sua presença no G20, promovendo o encontro das agendas de finanças e meio ambiente, uma inovação muito importante, foi bastante destacada nos encontros do G20 por outros países, pela diplomacia internacional, como uma iniciativa muito positiva. Esse relatório, ele justamente vem na mesma direção. Então, com a palavra, eu

não sei como está isso, está tudo organizado, para a professora Mariana e a professora Vera iniciar a apresentação.

A SR^a. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Se você me permite, Capô, eu só queria ler uma breve apresentação das professoras. A Mariana Mazzucato é professora de Economia da Inovação e Valor Público na University College London, onde ela é diretora do Instituto de Inovação e Propósito Público, é vencedora de prêmios internacionais, incluindo o Grande Ufficiale Ordine, ao mérito da República Italiana, é a maior honraria civil da Itália. A doutora Vera Songwe é presidente e fundadora do Mecanismo de Liquidez e Sustentabilidade e consultora sênior do The Bank of International Settlements, um banco dos bancos centrais. Ela trabalha com o Instituto de Estabilidade Financeira e é membro sênior, não residente da Brookings Institution, no Departamento de Economia e Desenvolvimento Global. Então, agradeço a participação e dou a palavra para que vocês façam a apresentação.

A SR^a. MARIANA MAZZUCATO – Obrigada, Ministra, Mariana Silva e todos. Olá a todos, sou italiana, vou tentar falar em português só por cinco minutos, antes de passar para o inglês. É um enorme prazer para mim e para Vera Songwe dar início a este evento, onde vamos discutir o relatório do G20 sobre a política industrial verde e ferramentas de financiamento sustentável. Uma nota de agradecimento enorme, especial para a Ministra Mariana Silva, pela excelente colaboração e por reunir o grupo de trabalho que levou à produção do relatório que vamos discutir hoje. O relatório traz ideias inovadoras para alinhar o crescimento econômico e a transição ecológica, temas que são vitais para o futuro de todos nós. Vamos aproveitar este momento para trocar ideias, explorar juntos como transformar essas propostas em ações concretas. E agora, vou passar para o inglês e vou compartilhar minha tela. Ok. Vamos ver. Bom. Ok. Digo em inglês. Então, como foi mencionado pelo Ministro, a presidência brasileira do G20 foi muito inovadora em estruturar este grupo de expertos, cogerados por mim e Vera Songwe, com nove outros expertos liderados. E as recomendações, acreditamos, são muito relevantes no contexto da agenda nacional do Brasil para o desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo, e da sua liderança, não só do G20 este ano, mas especialmente da COP30 no ano

que vem. E, como o Ministro disse, é extremamente importante que essa liderança venha de um país que está caminhando a conversa. Há muita conversa, mas não há o suficiente caminho, e, precisamente, unir a agenda ambiental com a agenda financeira e, na verdade, o alinhamento na transição ecológica no Brasil, não só no Ministério do Ambiente, mas também no Ministério da Finança, é revolucionário, se apenas mais países fizessem isso. Este relatório é importante, acreditamos, e queremos informar como as recomendações foram levadas, e realmente deve ser interministerial, tão importante quanto o Ministro falou, Casa Civil, Ministério da Finança, Ministério da Indústria, Ministério do Ambiente, Ministério da Saúde. Todos os governos precisam pensar neste problema de forma interministerial. Precisamos de todos os governos, mas também de todos os negócios, em todos os setores. Precisamos mudar como comemos, como nos movemos, como construímos, e, claro, como energizamos nossas economias. E fazemos isso focando em como trazer os NDCs, as Contribuições Nacionais Determinadas, para o centro da economia, não para a periferia. Acreditamos que isso deve ser feito juntando uma estratégia indústria verde, e uma formidável finança verde. Tudo isso orientado em objetivos concretos, em Contribuições Nacionais Determinadas, e uma estrutura de governança global orientada em... desculpe, uma estrutura global que tem justiça e equidade no centro. Começarei com a razão pela qual um [ininteligível] fundamental em como os países se aproximam da ação climática é necessário, e com as recomendações dos relatórios sobre a estratégia indústria verde, antes de passar para a Vera, que discutirá as recomendações especificamente sobre a finança verde. Então, o modelo atual para o crescimento econômico, todos sabem na sala sabe, é insustentável. A linha inferior para alcançar o objetivo de 1,5° do Acordo de Paris, precisamos de todos os países G20, todos eles, para se comprometerem com os caminhos de desenvolvimento que são compatíveis com esse objetivo. E devemos lembrar que os países G20 são responsáveis por 80% das emissões, então, devem ser responsáveis por 80% da redução, claro, levando em conta também as contribuições históricas. E o relatório coloca um framework para esses caminhos de desenvolvimento novos que alinham o crescimento econômico com os objetivos de clima e equidade. Estes não estão em diferentes [ininteligível], devem ser alinhados. Primeiro, a estratégia indústria verde orientada em torno de objetivos ambiciosos e NDC como engenharia de

planos de transição e plataformas de países. Segundo, a finança verde que é escalada, não apenas pequenos projetos aqui e lá, massivamente escalada através das plataformas de países, coordenadas e direcionadas para garantir que todos os países possam ter o espaço fiscal para investir nessas estratégias. E terceiro, como eu mencionei, o novo framework de governança para a cooperação global na estratégia indústria verde e financeira que reconhece a natureza global da crise climática e prioriza equidade e justiça no centro. Os custos de ação que sabemos são muito maiores do que os custos de inação. A temperatura atual é projetada para superar 3 graus Celsius, levando a perdas macroeconômicas de pelo menos 18% do GDP em 2050. O G20 precisa reagir urgentemente para mudar isso. Atualmente, as emissões do G20 estão subindo, não estão caindo. Ninguém está dizendo o mesmo. Estão subindo e as subvenções de combustível fóssil do G20 mais do que dobraram em 2022. Para mudar essa inércia e essa negatividade para trás, temos de ter ação urgente e precisamos abordar as batalhas. Não podemos pretender que este é apenas outra conferência. Temos de ser muito sinceros com nós mesmos e admitir que muitos dos problemas foram as presunções e os falsos mitos sobre a incompatibilidade de crescimento e ação climática. Há duas grandes mudanças necessárias que dizemos no relatório. A primeira é que devemos desistir do papel do governo de apenas fixar pequenas falhas no mercado aqui e lá, para ver eles como um papel em formar mercados, criar uma economia diferente que seja inclusiva e sustentável e que alinhe os objetivos do clima e da inclusão. A segunda é que, em vez de apenas falarmos das brechas de financeiros, como se tivesse um buraco cheio de dinheiro, precisamos focar em reestruturar a finança que existe e, é claro, criar mais espaço fiscal, mas há muita finança que está sendo gastada, que não está se movendo para os NDCs, e falamos no relatório como fazer isso. Em termos de mitos diferentes, não tenho tempo para analisá-los todos, mas te encorajo a realmente pensar neles, porque é sobre debater a falsa economia e falsos mitos que impediram o tipo de ação que precisamos. O primeiro mito, que você pode ver aqui, é que os sinais de mercado podem dirigir a de carbonização sem a ação do governo direto, isso é falso. Os mercados sozinhos, é claro, não podem coordenar a transformação econômica rápida e grande que é necessária. O segundo mito, que a ação climática acelerará o crescimento econômico, é claro que não. Precisamos que a ação

climática e o crescimento econômico se unam, para que os investimentos públicos e privados se concentrem na resolução de todos os objetivos relevantes ao clima. E devemos lembrar que o crescimento é resultado de investimentos. Então, se podemos catalisar o investimento internacional e global, o crescimento irá surgir. E, especificamente, na realização da estratégia industrial. Precisamos lembrar que, por anos, a estratégia industrial foi uma blasfêmia. As pessoas pretendiam que não era necessária. Pelo melhor, falamos de condições horizontais. Mas não vamos alcançar os objetivos climáticos sem a estratégia industrial verde. Isso significa um mudando de apenas enviar subvenções ou garantias para setores e tecnologias, para orientar nossas estratégias industriais em torno das NDCs, que catalisarão o investimento industrial em todas as indústrias. Mapas de missões, como você pode ver aqui, podem ajudar. Meu próprio instituto está trabalhando muito nisso, e tivemos a honra de trabalhar com o governo brasileiro, que, como o ministro disse, está começando com as prioridades e perguntando o que significa para a economia, o que significa para uma transformação econômica. Mas isso significa mudar as ferramentas, a política de procuradoria, empréstimos públicos, subvenções, garantias, para catalisar a experimentação e a inovação em torno de realmente alcançar os objetivos. Não é apenas sobre energia renovável, significa transformar como comemos, como construímos, como nos movemos. Essa aproximação pode gerar deslizamentos e um multiplicador Keynesiano para cada dólar, peso, libra, dinheiro público, o que isso significa para as rondas de gastos que criam um efeito multiplicador no nosso GDP, mas com uma direção, não crescimento por crescimento, crescimento verde. A estratégia industrial verde, é claro, requer uma abordagem do governo, e acredito que o Brasil está liderando aqui. O Brasil tem uma abordagem interministerial. É muito difícil, é claro. Requer colaboração e comunicação. Como o governo delibera a estratégia industrial verde não pode ser um negócio como o normal, requer mudanças para estruturas de governo, ferramentas e instituições. Às vezes, as bancas públicas fazem parte do problema. Elas só dão dinheiro a qualquer setor. É interessante olhar o BNDES no Brasil, ou o KfW na Alemanha, que, nos últimos anos, colocaram condicionalidade ligada aos dólares, para que os setores recebendo os dólares reduzissem o conteúdo material da produção. Igualmente, 12% do GDP global é gasto em procura pública. Então, quando governos compram,

ferramentas como essas podem formar oportunidades de mercado novo. Mesmo jantar de escola. Jantar de escola pode ser saudável, gostoso e sustentável, ou pode ser apenas um contrato de dinheiro público dado ao setor privado, sem o objetivo de inovação, sem o objetivo de resolver a fome e o clima ao mesmo tempo. É crítico alinhar colaborações públicas e privadas com esses objetivos de clima compartilhados e maximizar o valor público. Não apenas as parcerias públicas e privadas problemáticas, que vimos no passado, mas as boas parcerias, com simbioses, reciprocidade, mutualismo no centro. Isso pode ser feito com condicionalidade nas leis públicas, na procura, nas garantias, até mesmo durante a Covid, quando tivemos todas as abolições para as empresas que precisavam de ajuda dos governos. Isso deveria ter sido uma oportunidade de transformar como estamos atualmente produzindo e distribuindo. E foi interessante que alguns países fizeram isso, alguns não. Se uma estratégia indústria vermelha de um país impede outras, falharemos para alcançar nossos objetivos de clima coletivos. Nos Estados Unidos, por exemplo, eles tiveram uma estratégia indústria vermelha como parte do IRA, o Acordo de Redução da Inflação, mas no relatório falamos sobre a importância de colocar justiça e equidade se for uma estratégia global, para que não tivéssemos nacionalismo vermelho. Então, por exemplo, ter tecnologia transferida, acordos de compartilhamento de conhecimento como parte de uma estratégia indústria vermelha global. E o G20 deveria ser um papel principal em criar essa nova estrutura de governança global. Isso é importante, é uma recomendação importante. Uma nova estrutura de governança global que permita estratégias indústrias vermelhas enquanto priorizamos a equidade. E uma nova instalação global para a coordenação de estratégias indústrias e resolução de disputas deve estar presa em algum lugar, talvez em um WTO reformado. São medidas igualmente críticas para garantir que países baixos e médios possam se beneficiar deste crescimento vermelho, como eu mencionei, por exemplo, o transferência de tecnologia, mas também o apoio para a construção da capacidade de fabricação. De novo, pense no Covid, onde isso não aconteceu, e acabamos com o nacionalismo da vacina. É muito importante no relatório que falamos não apenas sobre mais finanças, mas garantir que as finanças existentes vão na direção certa. Não haverá transição ao crescimento vermelho a menos que acesso a finanças vermelhas acessíveis seja escalado. E há

suficientes finanças. O desafio é redirecioná-las para apoiar os NDCs. Há bastante dinheiro também sendo desperdiçado por causa da evasão de imposto, desperdiçado, porque o dinheiro não está sendo reinvestido no sistema e está sendo usado para compras de comércio. E nós apontamos para esses problemas. Você vê aqui na tela os trilhões que estão sendo desperdiçados, incluindo no último ano o 1.1 trilhão usado em compras de comércio. Finalmente, antes de passar para a Vera, nós realmente nos focamos na necessidade de redesenhar as ferramentas como as bancas de desenvolvimento. Há mais de 20,2 trilhões, são 12 zeros, nas nossas bancas de desenvolvimento nacional, 2,2 trilhões nas bancas de desenvolvimento multilateral, mas eles precisam ser empoderados para reorientar a finança em torno dos objetivos climáticos alinhando melhor os bancos multilaterais, regionais e nacionais em torno dos objetivos de desenvolvimento sustentável e das contribuições nacionais determinadas, alcançando o conhecimento local dos NDCs, como o BNDES, podemos criar um efeito multiplicador SDG. Isso é o que o secretário-geral da ONU o chama. Agora vou passar para a Vera, que vai nos explicar mais sobre esse assunto de finanças verdes.

A SRª. VERA SONGWE – Obrigada, muito obrigada, Mariana. Deixe-me começar agradecendo ao ministro e a sua equipe do Conselho Nacional de Meio Ambiente por nos permitir apresentar este relatório para o grupo. Muito obrigada, senhora ministra, você já mencionou os grandes números que foram discutidos atrás. Acabei de ser coautora do número de 1,3 trilhões, e o fato de que não chegamos, claro, ao número que esperávamos, mas acabamos, infelizmente, com um mínimo de 300 bilhões. E nós entendemos, eu acho, o desapontamento dos países desenvolvidos em termos de onde queríamos estar e qual era a ambição e onde terminávamos. Mas eu acho que a beleza disso é que, com a liderança do Brasil, podemos ir muito mais longe e, esperamos, ainda mais rápido, e agora que entendemos onde estão as tensões e o que precisa ser feito. Então, nos próximos dez minutos, eu vou enfatizar o que você já disse, senhora ministra. Isso, eu acho, realmente é sobre parcerias de cofinanciamento, é sobre parceria para a nossa interdependência neste único planeta. Nós só temos um planeta, não temos de onde ir. E, ao mesmo tempo, o financiamento da sustentabilidade deste planeta se tornou, obviamente, muito difícil. O G20, como

a Mariana disse, os países contribuem 80% das emissões de gás. Então, nós esperamos que a liderança do G20, em termos de seus contribuintes para o desenvolvimento nacional, em termos de suas estratégias, em termos do alinhamento de Paris, seja forte e que os compromissos sejam claros. Você mesmo, em sua apresentação, falou sobre o que está acontecendo em países vizinhos, na América, talvez voltando para América também, e na Europa. Eu acho que alguns voltaram para as conversas sobre a mudança climática. Eu acho que precisamos ver como, é claro, nós podemos continuar a manter a liderança. Então, a primeira recomendação é que, realmente, os países do G20, os países do G7, em particular, precisam mostrar ainda mais liderança em termos de seus compromissos, em termos de suas estratégias, primeiro para 2030, e depois, é claro, para o alinhamento de Paris para 2050. Eu preciso congratular o Brasil e, surpreendentemente, os dois países do G20, que eu acho que são as mais avançadas, em termos de ter colocado juntos os compromissos e ter um plano de implementação que é robusto, que está nos levando para lá. Mas precisamos de liderança em duas frentes, não apenas liderança dentro dos países para ter o plano e para começar a implementá-lo e desenhar recursos nacionais, mas também precisamos de liderança em termos de finanças globais. Precisamos que o G20 possa se levantar e dizer que isso é algo que nos preocupa a todos, e então, enquanto estamos fazendo o nosso trabalho como países do G20, precisamos ter certeza de que o resto dos 193 países tenham os recursos necessários para continuar também a manejar o clima. Então, se começarmos com isso, começando com a Índia e agora vocês, há um monte de trabalho sobre o que o MDB deveria fazer, o que o Banco Mundial de Desenvolvimento deveria fazer, como deveríamos financiar, mas antes de chegarmos aos MDBs, os países precisam de fazer um pouco de trabalho. E no número de 2,3 trilhões, nós dizemos que 2,4 trilhões, todos juntos, serão necessários 2,6 trilhões se não fizermos as coisas certas. E muito disso, um terço disso, dois terços disso, será a mobilização de recursos domésticos. Isso significa que os países, por si mesmos, terão que aumentar os recursos. Terão que aumentar as taxas, [ininteligível], é claro, a taxa de riqueza global, isso é muito importante, que precisamos ver como realizamos. Há taxas que estamos falando, é claro, nas [ininteligível], na caixa e no sistema financeiro. Apenas no sistema financeiro, se taxarmos as transações do sistema financeiro,

poderíamos ganhar US\$481 bilhões de dólares. Então, há recursos, de novo, como a Mariana mostrou. Nesse ponto da conversa, melhorar a mobilização de recursos domésticos também significa lidar com os subsídios, e como fazemos, US\$7 trilhões de dólares de subsídios, se eu pegar o caso de Angola, por exemplo, 4% da sua GDP vai para os subsídios, 4% não é bem alcançado, podemos melhorar isso. Mas a maioria dos países G7, se olharmos para os Estados Unidos, se olharmos para o Reino Unido, se olharmos para a França, se olharmos para a Alemanha, todos estão lutando hoje com suas balanças fiscais, eles não têm espaço fiscal. Nós precisamos olhar para outras formas de financiamento. E é por isso que, no relatório, falamos sobre os SDRs, os Direitos Especiais, e a necessidade para que os direitos especiais sejam colocados precisamente para que possamos implantá-los quando tivéssemos crises globais. Já os implantamos duas vezes, a última vez que os implantamos foi em 2008, quando tivemos a crise financeira global. Acredito que todos concordamos que a crise climática é muito mais [ininteligível] ao redor do mundo. Então, se não liberarmos os SDRs agora, quando vamos liberá-los? Sim, foi a segunda vez que liberamos os SDRs, foi um choque massivo para a economia global. Mas acho que concordamos que o choque climático vai ser ainda maior. Então, liberar os SDRs para nossas economias, acho que vai ser particularmente importante, porque é financiamento barato, porque eles podem ser financiadores de longo prazo, porque eles podem garantir, particularmente para as economias de meio imposto, que eles não têm que pagar o imposto enquanto lidam com a crise climática. Claro, todos dirão, e este relatório é tão importante, já que temos Ministérios de Finanças, Ministérios de Desenvolvimento e Bancos Centrais, as pessoas dirão que os SDRs são um acesso reservado, mas sabemos que a IMF pode manejar isso mais efetivamente. De novo, se estivéssemos dando os SDRs para as Bancas Nacionais de Desenvolvimento, estamos falando sobre o financiamento adequado para os MDBs e a IMF. Nós vimos o que a IMF conseguiu fazer com a Resiliência e Sustentabilidade, verdade e há um pedido para que se dê mais recursos para que a IMF possa fazer mais trabalho climático. Elas agora têm 30 anos de dívidas para financiamento a longo prazo nas taxas de concessão que estamos pedindo. Claro, a AIDA, que será feita no final de dezembro, para países pobres, países mais pobres, para que possamos manejar este processo. Nas próximas páginas, falaremos sobre as Bancas

Nacionais de Desenvolvimento. A Mariana já falou sobre isso, então, não vou falar muito sobre isso, mas acho que o que é importante sobre as Bancas Nacionais de Desenvolvimento é realmente o fato de que falamos muito sobre a necessidade de enriquecimentos de crédito, falamos muito sobre a necessidade de garantias, falamos sobre a necessidade de financiamento para a primeira perda. As Bancas Nacionais de Desenvolvimento já jogaram esse papel. Falamos sobre a exposição de efeitos. As Bancas Nacionais de Desenvolvimento essencialmente tomam muita exposição. Quando começam a fazer preparação de projetos, sabemos que as partes mais caras de desenvolvimento e execução são as primeiras etapas, porque é o período em que se passam as políticas, é quando é mais difícil conseguir as permissões certas. Essas são as partes que fazem os projetos mais lento. Se as Bancas Nacionais de Desenvolvimento estivessem fazendo isso, estavam fazendo em ocorrências locais, então, não tinham a exposição ao risco da ocorrência, o que às vezes pode ser 20%, 30% de aumentos de custos em projetos. Então, acho que o BNDES, claro, é o posto-alvo para um bom comportamento nisso e tem mostrado que se tivéssemos boas Bancas Nacionais de Desenvolvimento, fortalecê-las, enriquecê-las sua capacidade de distribuição, isso seria importante. Não sei se queremos dizer exatamente, e olháramos essa recomendação como escrevemos, mas a recomendação 10 diz que devemos alinhar o financiamento do BNDES e da IRDB. Talvez não seja tão alinhado quanto talvez garantir que há alguma complementariedade em torno disso, porque os BNDES dizem que não querem se alinhar com os BNDES, eles vêm de um espaço diferente, mas deve haver complementariedade, deve haver, claro, construção de capacidade, deve haver discussões em torno de quais partes do projeto as Bancas Nacionais de Desenvolvimento podem fazer, e acho que este é um ponto particularmente importante enquanto vamos..., mas gostaria de passar para o próximo slide, por favor. Sabemos que os SMEs são 80% da maioria das nossas economias, então, essencialmente, não podemos falar sobre financiamento climático, não podemos falar sobre desenvolvimento, não podemos falar sobre transição, não podemos falar sobre risco fiscal e ou risco de transição sem falar sobre SMEs, quais podem ficar, quais vão sobreviver e quais vão sair, e como eles precisam ter acesso a um financiamento melhor, mais barato e mais longo prazo. Então, novamente, no relatório, falamos sobre

a necessidade, trabalhando com a NGFS, claro, e todos os outros equipamentos de estabelecimento, de prestar atenção em SMEs, também porque, no próximo slide, vamos falar um pouco sobre regulações prudenciais na Europa, em particular, acho que fizeram um trabalho fantástico, estão bem em frente, você sabe, hoje há muitas regulações prudenciais que estão dirigidas para financiamento climático. Um monte disso é sobre reportagens, um monte disso é sobre declarações, mas ainda não temos, e o relatório fala sobre a necessidade de taxonomias interoperáveis [ininteligível] para relatório. Isto vai ajudar SMEs, a razão sendo que as grandes empresas, hoje, eventualmente, sob a NGFS, vão ter que reportar declarações. Vão ter que reportar sobre o escopo 1, escopo 2 e escopo 3. Se eles não conseguem, se SMEs, especialmente SMEs, através das quais eles estão comprando seus produtos intermediários de economias de desenvolvimento e mercado em emergência, não conseguem reportar sobre escopo 2 e escopo 3 declarações, o risco é que nós vejamos grandes empresas parando de procurar deles. Então, começaremos a ver pequenos SMEs fechando. É muito, muito importante que países, bancos centrais, reguladores potenciais trabalhem com SMEs para garantir que as regulações e reportagens sejam padronizadas, interoperáveis, para que possamos, a este nível, no que estamos reportando e, baseado nisso, também podemos fazer as decisões do risco-assessor certo, e depois as barras de capital e as [ininteligível] de capital. Eu acho que é muito importante, claro, nos nossos vizinhos nos EUA, grandes conversas hoje em dia sobre as barras de capital e o capital que precisa ser colocado de lado. Nós precisamos garantir que o capital que é sequestrado para o clima não está penalizando o negócio. Eu acho, e a parte mais importante da conversa, é como os bancos centrais, claro, dentro dos seus mandatos, fazem programas de compra de [ininteligível] dependendo de como os bancos centrais fazem programas de compra de [ininteligível] ou programas de repor, eles podem, na verdade, dirigir e sustentar diferentes segmentos da sociedade e da nossa economia. O que estamos propondo no relatório é que eles olhem para fazer isso e ver que setores são mais intensivos em carbono, e talvez não em setores intensivos em carbono, mas eles estão comprando programas para um segmento mais verde e enriquecido. O mais importante, eu acho, são as regulações do Basel, as regulações potenciais em torno de onde a finança vai, como ela vai e como você

faz isso. E eu levo um exemplo, eu acho, que deve ser do coração dos brasileiros. Hoje, nas regulações do Basel, os bancos de desenvolvimento nacionais, os corporativos que trabalham no Brasil, não podem ser valorizados mais do que os [ininteligível]. Então, as agências de valorização de crédito, e é um ponto importante como fazemos o financiamento do clima, nunca poderão valorizar o BNDES, onde sabemos que a performance do BNDES é muito boa, é uma das melhores, eu acho, provavelmente, de valorização de crédito, mas eles nunca poderão ter uma valorização de crédito se o país, o Brasil, não tiver uma valorização de crédito. Isso, essencialmente, significa que os bancos de desenvolvimento nacionais não têm acesso ao financiamento mais barato que é necessário para o desenvolvimento. E eu acho que isso é um assunto muito importante que, é claro, o G20 brasileiro pode assumir, porque você tem o melhor exemplo, você tem o melhor banco de desenvolvimento nacional que performa melhor do que os soberanos, fazendo muito mais em termos de financiamento do clima, o que poderia fazer ainda mais em termos de valorização de crédito, se, eventualmente, eles tivessem um valorizado de crédito muito melhor e o custo do financiamento fosse muito mais barato. Então, eu acho que isso é algo que é uma regulação, podemos mudar essa regulação amanhã. Então, eu quero terminar dizendo que começamos falando sobre o que o governo pode fazer com os recursos, o que o setor privado pode fazer em termos de financiamento misturado, e o que as regulações prudenciais dos centros bancários podem fazer em termos de trazer isso juntos. E, como a Mariana disse no começo, é um esforço de todos os sistemas que vai poder alcançar Paris [ininteligível]. Muito obrigada, de novo, por nos dar a oportunidade de apresentar este relatório, e esperamos trabalhar com você sobre sua implementação. E estamos felizes de responder a qualquer pergunta, em caso você tiver algum, se tiver tempo. Nós não podemos ouvir a sala.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito obrigado, Mariana Mazzucato e Vera Songwe pela apresentação, mostra toda essa complexidade e a necessidade fundamental de uma mudança de perspectiva no processo de financiamento internacional. A ministra Mariana tem uma questão, e pergunto ao

plenário também, se alguém quer se inscrever, que sinalize, por favor, após a ministra. Ministra, por favor.

A SR^a. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigada, Mazzucato. Obrigada, professora Vera. Excelente a manifestação que vocês fizeram, a apresentação desse relatório independente. Acho que foi muito acertada a decisão de não ficarmos apenas com o olhar oficial do G20, mas trazer uma perspectiva independente e totalmente disruptiva, mas ao mesmo tempo alinhada com aquilo que foi debatido e priorizado nessa presidência brasileira do G20. E a pergunta que eu faço é muito mais, como vocês veem a possibilidade de desdobramento do que aconteceu graças a esse processo disruptivo do G20 no Brasil, agora na liderança da África do Sul. Se esse esforço de manter esse olhar independente da sociedade, da comunidade científica, se é possível a gente dar um desdobramento agora na África do Sul. Mais na perspectiva de como isso pode ser efetivamente implementado. A gente já tem muitas coisas formuladas, pensadas, mas como a gente desdobra agora na liderança do G20 como forma de continuidade. Era muito mais saber como vocês veem a possibilidade dessa continuidade para que a gente não tenha aí um processo de interromper esse fluxo tão positivo na direção de não só discutirmos a agenda de adaptação e mitigação, mas sobretudo essa agenda de transformação.

A SR^a. MARIANA MAZZUCATO – Obrigada pela pergunta. Talvez eu possa começar e a Vera, por favor [ininteligível]. A pergunta é absolutamente central, porque as outras [ininteligível], então, como um país como o Brasil e agora passando a tocha para a África do Sul, isso mostra como isso é sério para a capacidade de implementação, mas também para os objetivos de transformação nacional. Então, por exemplo, empresas estaduais como Stone, na África do Sul, historicamente também foram parte do problema. A África do Sul está muito orientada agora em transformar as empresas estaduais, em transformar as ferramentas que estão à disposição de um líder nacional, para olhar todas as ferramentas diferentes, da empresa estadual para a banca pública, para a procura, para dirigir o crescimento em uma direção que não é apenas mais verde, mas mais inclusiva. O nível de desigualdade muito alto na África do Sul,

como no Brasil, não pode ser tratado apenas pelo estado de bem-estar exposto de forma redistributiva. O que precisamos é o que às vezes chamamos de pré-distribuição. Antes da redistribuição, como organizamos o público-privado, a sociedade civil pública, a relação capital-laboral, e, por exemplo, uma das partes do relatório em que falamos sobre condicionalidade, precisamente falamos sobre a questão da desigualdade. Estranho, mesmo olhando para o modelo nos EUA, que apenas recentemente, não historicamente, recentemente, sobre o Biden, por exemplo, colocaram condições sobre as empresas que se beneficiam de um programa público, neste caso, o Chips Act, o ato semicondutor, que essas empresas semicondutoras precisam tratar os trabalhadores melhor, precisam pagar o salário da vida, precisam usar redes de suplemento eficiente de energia, devem reinvestir os lucros de volta no sistema, não apenas distribuindo dividendos. Então, estes são exemplos ao redor do mundo em que estamos indo, acreditamos, na direita, mas eles não estão sendo escalados, não é assim que o sistema funciona. Então, o que esperamos com a África do Sul, e sabemos que o presidente Ramaphosa, em uma conversa recente que tivemos com ele, está muito acostumado a isso, para fazê-lo, realmente, o ano do desafio de implementação, como se baseia, como você precisamente disse, ministro, nas recomendações deste relatório, nas ferramentas nacionais, com exemplos extremamente específicos, mas também para perguntar o que significa compartilhar esse conhecimento de como fazer isso ao redor do G20, mas também manter o sistema acreditável. E a Comissão do Clima Presidencial na África do Sul é também um lugar, agora mesmo, onde o presidente está colocando pressão nas ações climáticas para se tornar normalizadas em todos os setores e em todos os ministérios. Não sei, Vera, se você queria adicionar alguma coisa.

A SRª. VERA SONGWE – Obrigada, senhora ministra. Acho que é uma pergunta muito importante, dado que vamos ir para a África do Sul. Acho que três coisas serão importantes para a África do Sul. Claro que a África do Sul é um dos países de transição justa e não tem visto uma transição justa sendo realizada, porque o financiamento que vem não foi, acho que, tão barato quanto eles querem. Então, algum apoio para a África do Sul na transição justa pode ajudá-los com a conversa. Acho que, particularmente, em termos do financiamento, em termos

da regulação prudencial, a África do Sul também tem agências de desenvolvimento, como a Banca de Desenvolvimento da África do Sul e a PIF. Então, acho que trabalhando com a BNDES e talvez formando já temos a organização de financiamento juntamente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Brasileiro e a África do Sul, talvez focamos em algumas das regulações prudenciais que poderiam ser mudadas para fazer o financiamento muito mais barato. Acho que são ações muito discretas que encontraram resultados de implementação. Acho que essa é uma área que poderíamos empurrar. Na conversa do MDB, Ministro, como você sabe muito bem, o MDB anunciou US\$120 bilhões de dólares de apoio entre agora e 2030, 2035. Isso não é quase o suficiente. E acho que o que vamos precisar de novo para a África do Sul é continuar o empurro que a Índia começou e que você continuou, para ver se podemos fazer com que o MDB seja adequadamente capitalizado para que possamos liderar esses recursos mais eficazmente. É muito importante para o Banco Mundial aumentar os limites de exposição em particular, mas também que talvez o IMF, com os direitos de desenho especiais, que esse [ininteligível], acho que estamos olhando, é claro, em quartos. Então, há conversas, acho que para a África do Sul, é bastante importante. Então, acho que essas são áreas em que talvez possamos ver como puxarmos a conversa da África do Sul para a construção no Brasil.

A SR^a. MARIANA MAZZUCATO – Só uma coisa para adicionar. Uma das coisas que falamos no relatório é que precisamos mudar algumas das línguas rosas, como as parcerias públicas e privadas ou a finança misturada, para mudar como elas são estruturadas. Infelizmente, a finança misturada, como ela foi estruturada, socializou os riscos, privatizou as recompensas. Então, usando os exemplos no Brasil, usando os exemplos, o trabalho futuro também na África do Sul, para realmente mudar os contratos, mudar a relação para socializar ambos os riscos e as recompensas e para realmente usar as plataformas do país como um lugar para experimentar com isso. E eu também deveria dizer que o Brasil está caminhando a conversa em termos de colocar muita ambição nas ferramentas do dia a dia. A ministra Esther Dweck, no Ministério da MGI, está olhando muito como a procura pública, empresas estaduais e infraestrutura podem ser mais alinhadas com os NDCs. Então, as ferramentas podem ser

alinhadas com os objetivos, ao invés de pensar digital por causa do digital ou procura por causa da procura.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bom, muito obrigado mais uma vez aqui pela resposta e pelos comentários à pergunta da ministra Marina Silva. Eu acredito que essa apresentação traz muitas reflexões. Agradecemos muito essa disponibilidade, essa possibilidade. Nós teremos a apresentação compartilhada. Como é que está isso? Agradecemos o compartilhamento, o relatório e o compartilhamento da apresentação feita aqui com muita qualidade. Particularmente, gostaria de ressaltar, chamar a atenção de todos aqui, para analisar os cinco mitos que a professora Mazzucato apresentou sobre os mitos comuns que bloqueiam a ação urgente e necessária. Muito interessante esse ponto, porque ele resume de forma muito impressionante, ao meu ver, de forma muito objetiva, como os recursos disponíveis não estão efetivamente endereçando a urgência da mudança do clima. Mas eu agradeço à professora Mazzucato e à professora Vera pela disponibilidade e seguimos aqui analisando o relatório e certamente no futuro breve teremos oportunidade de novas trocas com vocês e esse plenário aqui e várias outras demandas. Muito obrigado e até breve.

A SR^a. MARIANA MAZZUCATO – Obrigada.

A SR^a. VERA SONGWE – Obrigada, obrigada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Dando sequência à nossa reunião, nós temos aqui agora a apresentação dos novos conselheiros. Eu pediria que a Marcela, por favor, rapidamente apresentasse.

A SR^a. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Bom, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, a titular Ana Carolina Argolo Nascimento de Castro, e o suplente Nazareno Marques de Araújo. Do Ministério de Pesca e Agricultura, titular Rivetla Edipo Araújo Cruz, e suplente Luciene Mignani. Das entidades ambientalistas de cada uma das regiões geográficas do país, o Norte, titular Marcos Rodolfo Amendi, da WCS, Associação Conservação

da Vida Silvestre, e suplente André Costa Naur. Âmbito nacional, titular Juliana Gomes Miranda, da WWF Brasil, e Associações Legalmente Constituídas para a Defesa de Recursos Naturais e Combate à Poluição, titular Fabiano Lopes da Silva, Fundação Vitória Amazônica, suplente Jansen Alfredo Sampaio Zuanon. Das populações tradicionais, titular Laura Ferreira da Silva, e da Comunidade Científica, suplente Osvaldo Estela Martins.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bem, bem-vindos aos novos e novas conselheiros e conselheiras. Vamos agora, na sequência, a aprovação da ata, da transcrição, *ipsis verbis*, da 143ª Reunião Ordinária do Plenário, e foi enviada a todos, disponibilizada no site do CONAMA. Se não há alguma manifestação contrária, alguma observação, algum ajuste necessário, e não havendo nenhuma manifestação dos membros do... há uma manifestação? Desculpe. Em não havendo nenhuma manifestação, então, aprovada a transcrição, *ipsis verbis*, da 143ª Reunião Ordinária do Plenário do CONAMA. Vamos agora à sessão tribuna livre, com duração máxima de 15 minutos, dividido entre os inscritos no começo da reunião, e teremos a honra, nessa sessão, de abrir a tribuna livre com a palavra da ministra Marina Silva, que solicitou o uso da tribuna para fazer um endereçamento ao plenário. Por favor.

A SRª. MARINA SILVA (Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bem, primeiro, eu quero dizer que vou ser bem rápida para não roubar o tempo dos... então, peço que desconte, senhor presidente, o meu tempo da tribuna livre das pessoas, que tenho o direito de fazer aqui a sua fala. Muito rapidamente, só para colocar uma questão, nós também tivemos uma participação intensa, tanto eu quanto o secretário executivo Capobianco, a secretária Rita da nossa Secretaria de Biodiversidade Floresta, ICMBio, enfim, o Ministério, na Convenção das Partes, na Convenção da Biodiversidade, na COP16, ali tivemos ganhos muito importantes em relação ao reconhecimento da contribuição da população afrodescendente nos processos de proteção e uso sustentável da biodiversidade e restauração. Tivemos também um ganho significativo em relação ao reconhecimento dos saberes tradicionais de uso da biodiversidade, sobretudo no que concerne aos processos tecnológicos, de

sequenciamento genético, que também seja feita a justa partilha de benefício com as informações advindas de recursos genéticos de comunidades e foi feita a criação de um fundo para a alocação desses recursos. Tivemos outros ganhos, que não tenho tempo de falar aqui, mas uma coisa muito difícil que aconteceu foi que na hora de debater o financiamento, o quórum se esvaiu e a gente não saiu de lá com uma decisão sobre financiamento. Na COP29 houve uma invenção de uma máxima, de as pessoas dizerem que é preferível um acordo nenhum do que um mau acordo. Então, todo mundo trabalhou e o Brasil se esforçou muito para que tivesse um acordo, primeiro o reconhecimento de que o que é necessário é R\$1,3 trilhão e de que se iria começar com esses US\$300 bilhões de dólares. Por quê? Porque na COP30 mesmo que os Estados Unidos saiam do acordo de Paris, leva um ano para que eles parem de participar. Então, eles ainda participarão e havia ali um receio de que talvez, e eu tenho que ser aqui, falar uma linguagem diplomática, de que nós tivéssemos dificuldade de dar continuidade ao mecanismo. Então, era fundamental assegurar o mecanismo de financiamento, mesmo não sendo o acordo ideal. Por último, eu queria deixar aqui uma questão. Nós vamos fazer uma grande mobilização para a COP30 em relação ao que chamamos de diplomacia climática, que é incentivar os países a terem NDCs suficientemente ambiciosas para estar alinhado com o ponto 5. E, claro, esse trabalho já começou, mas ele vai continuar intenso. A obrigação de apresentar NDCs é até fevereiro, mas muitos países provavelmente vão até junho. O Brasil foi um dos primeiros exatamente para poder liderar pelo exemplo. Mas uma coisa, isso é o trilha da diplomacia climática. Em relação aos outros temas, como, por exemplo, financiamento que vem também para a nossa COP, com essa questão do mapa do caminho, transição justa também vem para a nossa COP e assim por diante. Tem uma série de propostas que nós vamos ter que trabalhar. Mas um outro trilha da nossa COP é em relação ao que nós chamamos da agenda de mobilização. E uma das agendas de mobilização importante é uma proposta que o presidente Lula apresentou na Cúpula do Futuro, aonde foi estabelecido que em parceria com as Nações Unidas, o secretário-geral se vai fazer um balanço global ético. Ou seja, do mesmo jeito que antecedendo a COP28, foi feito um balanço geral em relação ao que avançou, o que deixou de avançar e o que precisa ser feito em relação ao Acordo de Paris e isso calçou os debates da COP28, inclusive, para chegarmos à

solução necessária de transição para o fim do uso de combustível fóssil, do mesmo jeito que isso foi feito antecedendo, o presidente Lula propôs que seja feito um balanço geral ético. O que é isso? Uma discussão em todos os continentes, aonde artistas, mulheres, juventudes, populações tradicionais, cientistas, lideranças políticas afetas à agenda climática, diferentes setores da sociedade, empresários, trabalhadores, possam fazer uma avaliação do quanto estamos tendo decisões e propostas alinhadas com o 1.5, governos, empresas, comunidades científicas, se o que estamos fazendo está alinhado ao 1.5. Essa mobilização é altamente importante e nós queremos que ela seja conectada com a COP30, em vez de ser um processo à parte, que possa ter algum nível de conexão. E uma das coisas que estamos discutindo é se, porventura, ao apresentarmos nossas NDCs, cada país, se isso não estiver alinhado com o 1.5, nós vamos esperar mais cinco anos para os que ficaram de segunda chamada, ou se todos ficarmos de segunda chamada para poder fazer essa atualização, a ideia é que o balanço geral ético possa trazer uma demanda para a COP30 de que seja acelerado o processo, em vez de cinco anos, que essa atualização possa ser feita em dois anos. Isso é apenas alguma das sugestões. Obviamente que essa agenda vai sendo adensada, é um processo que vai ser liderado pelas Nações Unidas, mas que queremos que não seja à parte. Da mesma forma que o balanço geral teve conexão com a COP e ele estava dentro do processo, a Cúpula do Futuro teve uma conexão agora com a COP28, o balanço geral ético também deve ter algum tipo de conexão real com a COP30. Era isso que eu gostaria de dizer e como se trata de uma mobilização que envolve a sociedade, não a dinâmica governamental, aí eu fiz questão de simbolicamente vir falar aqui da Tribuna Livre. Muito obrigada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado, ministra. Na sequência temos Marçal, da ANAMMA, por favor. Depois Lauro... uai, bom, a ordem que eu recebi aqui foi outra. Inverteram a ordem aqui, por quê? Marçal, por favor. Marçal, por favor. Depois você faz demagogia. E aí nós temos, dividindo o tempo da sociedade civil, temos o Lauro Bacca e o Tobias Vieira. Na sequência, já podiam se aproximar, por favor. Muito obrigado.

O SR. MARÇAL FORTES SILVEIRA CAVALCANTI (Titular ANAMMA) –

Demagogia não, Capô. Aqui é o momento que eu quero simbolizar condolências do que ocorreu no solo da liberdade em Alagoas, na Serra da Barriga, onde 18 vidas foram ceifadas num acidente trágico e dizer aqui as nossas condolências, que esse Conselho possa emitir uma ação ao governo de Alagoas, dizendo da nossa intenção de dizer esse trágico acidente que ocorreu em Alagoas. Depois disso, quero dizer, ministra Capobianco, Marcela, Daniel e o pessoal do SISNAMA, Mônica, que nós estamos engajados, junto com a ABEMA, nas questões da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente. Ontem nós tivemos a tripartite, onde tiramos umas ações importantíssimas do chamamento que a Mauri ficou. Hoje a Larissa já recebeu algumas demandas dos municípios, que estão os troques de Manaus, e lá Manaus já está marcada a conferência para o dia 11 e 12, 12 e 13, e dizer a todos que desejo, essa é a última reunião do CONAMA, um bom Natal, um bom Ano Novo, e nós temos pauta muito importante com a sociedade civil, que nós vamos discutir ainda hoje, dizer aqui da ANAMMA do agradecimento aos nossos conselheiros, que sem vocês nós não poderíamos estar aqui nesse espaço, agradecer ao presidente da ANAMMA, Alder Flores, que nos acompanhou nesse momento crucial, nessas ações que nós estamos tomando nas questões climáticas. Contem com a ANAMMA, a ANAMMA está firme nesse propósito de continuar defendendo e entramos nas metas, e dizendo tudo ocorre nos municípios, a nossa participação, e nós ficamos muito felizes que esse colegiado nós temos participação voz ativa. Na sua condição, meu muito obrigado.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do

Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado Marçal, acho que todos somos testemunhas da colaboração que a ANAMMA vem dando ao processo, inclusive, ontem o ministro presidiu a reunião tripartite, nós estamos, adotamos e implementamos o entendimento de que cada reunião tripartite é presidida por um dos entes, a ABEMA, a ANAMMA e o Governo Federal, ontem foi a vez da ANAMMA por meio do Marçal, que conduziu de forma muito positiva. Muito obrigado. Muito bem, Lauro e Tobias, por favor. Se pudessem ficar juntos aqui, seria o ideal.

O SR. LAURO EDUARDO BACCA (Titular Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena) – Senhora Ministra Marina Silva, demais membros da mesa, senhoras e senhores, bom dia. O que eu trago aqui, em nome da sociedade civil, principalmente as entidades ambientalistas, é uma espécie de manifesto, um pronunciamento, por isso, para não me perder, vou me pedir licença para seguir um roteiro pré-redigido a várias mãos. “Estamos reunidos em um momento crucial para a história do CONAMA e da política nacional de meio ambiente. Ao refletirmos sobre o atual mandato, reconhecemos que enfrentamos desafios significativos, mas também reafirmamos nosso compromisso com a construção de um Conselho mais representativo, participativo, e que seja capaz de responder aos desafios ambientais do século XXI. Desde o início deste mandato, temos centrado, e creio que todos concordam com isso, com a governança ambiental brasileira, com a recomposição do CONAMA como um compromisso primordial. Esse é mais do que um mero processo técnico, ele é um símbolo da redemocratização deste Conselho, assegurando a inclusão de diversos segmentos e ampliação da representatividade na defesa da agenda ambiental. Essa prioridade reflete nossa responsabilidade com a política nacional de meio ambiente e, claro, e sempre, com as gerações futuras. O Conselho é tão forte quanto sua diversidade, e tão efetivo quanto sua representatividade. Vimos e percebemos a necessidade de instituições sólidas para a manutenção da democracia e de um processo de governança transparente e efetivo. Permitam-me aqui ecoar as palavras do ministro Herman Benjamin, na reunião reinaugural do ano passado, que destacou a relevância histórica do CONAMA enquanto espaço de construção normativa e de diálogo institucional. O fortalecimento desse papel é essencial para devolver ao Conselho sua função estratégica na governança ambiental, especialmente em tempos de crises climáticas, pressão sobre os recursos naturais e crescentes desigualdades socioambientais. Parece que isso não para nunca. Hoje nos anima a oportunidade de colocar em pauta uma discussão estrutural que pode reformar a governança do CONAMA, tornando-a mais eficiente e alinhada aos desafios contemporâneos após um período marcado por retrocessos e dificuldades, como a ministra sempre refere aqui. Dito isto, é imperativo que assumimos o compromisso que assumamos é imperativo assumirmos o compromisso de fechamento dessas questões para a construção

de um próximo plenário mais forte e equilibrado. Temos uma lista de compromissos assumidos que ainda precisam ser efetivados e seria desmobilizador encerrar o ciclo deste mandato sem resolver os pontos centrais elencados em nossos primeiros encontros. Devemos reconhecer a urgência de decisões resolutivas, especialmente considerando o impacto dessas pendências na credibilidade e na efetividade do CONAMA. A pauta do dia reflete parte, a pauta do dia de hoje reflete parte dessas prioridades, mas precisamos avançar. Esse é um chamado à ação para que possamos juntos estruturar uma agenda resolutiva e garantir que o legado deste mandato seja a base para uma governança mais sólida e efetiva no futuro. A responsabilidade é grande, mas temos certeza de que com seriedade, união e determinação conseguiremos transformar esses desafios em oportunidades para um CONAMA mais forte, participativo, representativo e preparado para os desafios do futuro.” Era essa a manifestação. Obrigado.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado, Lauro Bacca.

O SR. TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA (Titular Movimento Verde de Paracatu)
– Tobias, Movimento Verde. Ministra, Capo, Marcela, muito rapidamente, para trazer um pouco da reflexão do que nós vivemos nesse exercício do CONAMA. Eu participei muito da discussão da 491, estou agora na 492 e também sou membro do CIPAM. E aí, olhando essa reflexão do que o Herman Benjamin falou para a gente, eu gostaria de rogar para os outros segmentos dos estados, do setor produtivo, para que participe da discussão de forma construtiva com a gente. Qual é o problema que a gente muitas vezes encontra? Que às vezes os setores, alguns setores tentam obstruir as matérias. E eu acho que isso traz um grande prejuízo e faz com que o nosso trabalho não avance. Aqui nós estamos sentados a uma mesa teórica para a gente discutir e construir as matérias. Então, eu decidi hoje vir aqui, porque estamos no meio da discussão da 420, muitos destaques, muitos pedidos de vistas vêm acontecendo e muitas vezes não são sequer respondidos, não são sequer entregues a matéria ao que está sendo destacado. A exemplo do que aconteceu na agenda nacional, a exemplo do que aconteceu em várias reuniões do CIPAM, a exemplo do que pedidos de retirada

de pauta acontecem, somente para a matéria não avançar. Eu acho que esse é o maior prejuízo que a gente pode trazer para esse conselho que é tão importante para a gente discutir. Na 491 a gente teve uma dificuldade enorme de fazer essa construção e agora na 420 tende a ser assim. Então, eu peço e rogo para que os setores, como dos estados, como do setor produtivo, dialoguem conosco, venha conversar para que a gente possa construir de forma conjunta e sim trazer o normativo que o Brasil precise e não deixe com que, às vezes, o legislativo tome uma decisão de construir uma lei ou algo nesse sentido, como, por exemplo, a Lei 454.5, que vem a destruir a Lei das Águas e eu acho que foi um atraso por conta do Conselho Nacional de Recursos Industriais não estar ativo. Então, peço para que a gente mantenha o diálogo e vamos caminhar juntos nesse processo para que, de fato, a gente possa construir e avançar no CONAMA.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado. Obrigado, Tobias. Mauren, por favor. Eu representando a ABEMA ou o Mato Grosso. Eu não sei, você explica.

A SR^a. MAUREN LAZZARETTI - TITULAR (Presidente da ABEMA) – Bom dia a todos. Eu acho que por questão só formal, secretário Capobianco, que estou representando o estado de Mato Grosso, mas vou falar aqui hoje pela ABEMA, que congrega as 27 unidades da federação. Quero dar bom dia a todos, cumprimentar a nossa ministra, também cumprimentar a Marcela e toda a equipe do DSISNAMA, porque nós, em toda, acho que é comum, em todo final de exercício, fazemos uma reflexão sobre os trabalhos que realizamos. E aqui estamos na reunião da plenária do CONAMA, mas sempre paralelamente a essa reunião, nós temos a reunião da tripartite, como bem mencionou meu colega Marçal. E as ações que nós discutimos nesses dois espaços, elas são estruturantes para a execução das políticas públicas, União, Estados e Municípios têm dado um exemplo de atuação cooperada, integrada e de construção de soluções para esse país que ouçam as necessidades daqueles que estão no território, e aí especialmente como registrou o Marçal, os municípios e os estados. Nesse contexto, eu quero parabenizar o trabalho que

foi realizado ao longo desses dois últimos anos, nós temos resultados concretos materializados no ano de 2024, que se destacam talvez pela trajetória que se iniciou em 2023, e falo isso dizendo que ontem na reunião da tripartite, nós conseguimos idealizar um futuro e também já materializar os avanços que tivemos concretos no fortalecimento da atuação de Estados, Municípios e os órgãos da União em agendas complexas. Eu acho que um resultado positivo a Ministra Marina destacou aqui, que é a redução do desmatamento na Amazônia e fazendo menção à participação dos órgãos federais por ela, eu quero fazer um destaque à participação, à atuação dos órgãos estaduais de forma integrada com os órgãos federais nesse combate ao desmatamento. Fazia um comentário com o secretário Taveira, de que só o estado de Mato Grosso, aí nesse aspecto, falo pelo meu estado, só no ano de 2024 foi responsável pela lavratura de mais de 4 mil autos de infração de embargos de mais de 200 mil hectares relacionados ao desmatamento ilegal e assim os estados têm buscado atuar de forma mais eficiente, é exemplo do que tem feito o governo federal e também os municípios integrando essa agenda. Também na tarde de ontem, no âmbito do COMIF acho que mais um ganho para o país, nós conseguimos aprovar o regimento interno e já estabelecer uma agenda consistente, preparatória para os enfrentamentos do ano seguinte. No ano de 2024 essa nossa atuação integral integrada e cooperada permitiu que nós pudéssemos reduzir os impactos que estavam previstos, que eram catastróficos, não quer dizer que eles não tenham acontecido, mas nós conseguimos com os nossos esparsos recursos vamos dizer assim, uma aplicação eficiente porque trabalhamos em conjunto, estados municípios e a união aplicando da forma mais inteligente e estratégica os recursos que estavam à nossa disposição isso é um exemplo de como essa democracia construtiva da agenda ambiental, mas também da execução pode gerar resultados diferentes. Nós continuamos com os mesmos desafios os desafios de sermos eficientes com recursos que não são suficientes e também de procurarmos entregar para a sociedade o melhor resultado que tiver ao nosso alcance, tanto no que diz respeito a criação, a implementação a criação e estabelecimento de políticas públicas, mas principalmente da sua implementação. E aqui para finalizar, eu quero fazer um registro talvez ao Tobias pelo clamor que ele colocou aqui, não raras às vezes, o posicionamento divergente a respeito de uma proposição ou de um posicionamento pode ser

interpretado de forma equivocada como ausência de vontade de dialogar, e isso acontece tanto por parte talvez da sociedade civil, como o contrário acontece por parte dos estados, do setor produtivo. Acho que o exemplo que eu acabei de citar de como historicamente entes que também tinham posições conflituosas conseguem trabalhar em conjunto, é um exemplo que nós podemos exaustivamente fazer aqui no CONAMA. Eu tenho convicção pela ABEMA, nas nossas reuniões contínuas e pelos exemplos que nós temos nos estados, que não há reticência em dialogar. Pode haver divergência de posicionamento, pode haver visões distintas sobre o mesmo ponto de vista, mas tenha o compromisso, e falo isso pelas 27 unidades da federação aqui hoje, como presidente da ABEMA, que os estados estão abertos a dialogar, assim como temos feito com o governo federal, com os municípios, com o setor empresarial. Inauguramos um novo tempo, o tempo em que o diálogo e a construção é muito melhor do que o embate. Eu vou para finalizar para frasear Albert Einstein, porque na sua inteligência ele disse que nós não vamos conseguir resultados diferentes se continuarmos fazendo as mesmas práticas. Então, tenha a convicção de que, diariamente nas nossas reuniões da ABEMA, nós procuramos resultados diferentes a partir do aprimoramento da nossa atuação. E é isso o compromisso que nós temos com a sociedade, o compromisso que temos com esse conselho, e o compromisso que posso dizer que fazemos também com vocês. Então, muito obrigado e excelente reunião a todos.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito obrigado, Mauren, por fazer esse relato de avanços importantes na agenda do SISNAMA. Acho que esse que é o esforço, de fato, implementar o Sistema Nacional do Ambiente. Como a ministra está lembrando aqui, é uma das diretrizes, das quatro diretrizes que orientam a ação da gestão atual. Uma delas é exatamente isso, o fortalecimento do SISNAMA. Acho que é um esforço enorme, tem muitas iniciativas sendo desenvolvidas pela diretoria do CONAMA e SISNAMA, envolvendo, inclusive, aperfeiçoamentos nos processos de, tanto de tramitação, como todos os processos de reunião, reunião de informações, troca de experiências, fortalecimento da tripartite, como tem sido feito. Há várias iniciativas em curso. Eu acredito que nós estamos no caminho certo e faço coro

às suas palavras de que a ação integrada neste ano de 2024 foi essencial. O dano das queimadas foi dramático, os números são impressionantes, mas nós temos convicção de que teriam sido muito piores se não houvesse uma ação integrada e um planejamento conjunto. Acho que o Pantanal é um exemplo de sucesso inequívoco. Ali nós tivemos uma ação que eu considero exemplar. Conseguimos reverter todo o cenário que se mostrava dramático, muito pior, potencialmente em 2022, e graças a uma ação integrada foi possível reverter. Na Amazônia e Cerrado, nós tínhamos também um cenário dramático. Não conseguimos reverter no sentido de ficar abaixo dos anos anteriores, como seria o desejo, e como conseguimos no Pantanal, mas como o André Lima vai poder mostrar aqui hoje na sua apresentação, tivemos resultados importantes em função dessa ação muito forte que adotamos na situação do governo federal, mas não há dúvida de que a ação integrada e a parceria foi fundamental. Tivemos também a aprovação ao longo dos últimos meses dos recursos do fundo Amazônia para aparelhar, capacitar os corpos de bombeiros agora praticamente em todos os estados da Amazônia, um esforço muito grande do BNDES junto com o Ministério do Ambiente e os governos estaduais para viabilizar esse processo. Temos certeza que agora com o COMIF, como bem lembrou a secretária Mauren, que ontem aprovou o regimento interno e já tem reuniões marcadas para janeiro e fevereiro, nós temos a expectativa de começarmos, ministra, o ano de 2025 muito melhor preparados, mais integrados, com um planejamento mais organizado entre as três esferas de governo, envolvendo o município, estados e o governo federal. Então, isso, de fato, deverá trazer melhores resultados em 2025 para que a gente possa enfrentar esse drama que tem sido o agravamento dos eventos climáticos extremos que realmente exigem uma reformulação da atuação dos governos em parceria. Muito bem, dando sequência aqui à nossa pauta, após a tribuna livre, eu queria informar, conforme demanda o regimento, que o CIPAM aprovou a admissibilidade da proposta de resolução para a alteração do artigo 5º da resolução 428 de dezembro de 2010, resolução essa que dispõe, no âmbito do licenciamento ambiental, sobre a autorização do órgão responsável pela administração de unidades de conservação, bem como sobre a ciência do órgão responsável pela administração de UC, no caso de licenciamento ambiental de empreendimentos não sujeitos a EIA/RIMA e dá outras providências. Então, nós

estamos, já está sendo endereçada a Câmara Técnica, em breve o plenário terá a possibilidade aqui de deliberar sobre a alteração do artigo 5º dessa resolução. Indo para a ordem do dia, queria... a ministra pede licença pede licença a todos, vai se retirar para as agendas do gabinete, então, muito obrigado pela presença, ministra. Vamos então, nós temos na ordem do dia três moções para deliberarmos, na sequência nós temos o recebimento encaminhando para a retirada de matéria em versão de pauta, gostaria de saber se há algum pedido de alteração em versão de pauta ou retirada de matéria Marcela.

A SRª. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Existe, na verdade uma ordem das apresentações, a gente colocou as deliberações em primeiro, em seguida nas apresentações nós vamos ter uma alteração da ordem publicada e a inclusão da apresentação, uma rápida apresentação sobre a Conferência Nacional do Meio Ambiente.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, só para você poder detalhar, então, nós temos três resoluções e na sequência nas apresentações.

A SRª. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Três moções, não é?

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Três moções, desculpa. E na sequência quais estão as apresentações, então, qual é a ordem?

A SRª. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Na sequência a gente tem a aprovação do calendário de reuniões do plenário.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ah, verdade.

A SRª. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – E aí nós temos a apresentação dos dados sobre a taxa de desmatamento na Amazônia e no Cerrado, a Conferência Nacional do Meio Ambiente, relatório anual de acompanhamento da qualidade do ar, o inventário nacional de bifenilas policloradas, relatório anual de coleta de óleo lubrificante e a apresentação sobre as novas NDCs. Aí na parte da tarde está previsto o debate sobre fortalecimento

do CONAMA, com apresentação das recomendações do Grupo de Trabalho Técnico da Secretaria Nacional de Participação Social, da Secretaria Geral da Presidência, a pesquisa do SEBRAP sobre o CONAMA, arquitetura institucional para um conselho representativo e o relatório do Grupo Assessor sobre composição do CONAMA. Por fim, tem a apresentação do relatório anual de destinação de pneus inservíveis. Lembrando que a apresentação desses relatórios anuais são previsões de resoluções e que por isso é importante que constem na pauta desta reunião.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bom. Então, vamos dar início à primeira moção, proposta de moção pelo fim da degradação do Pampa e pela qualidade de vida de sua população, proposta apresentada pelo representante da Associação de Defesa do Ambiente de Araucária, conselheiro das Entidades Ambientais Antônio Carlos Porciuncula Soler. Por favor. A palavra, por favor, conselheiro.

O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR) – Boa tarde. Quer dizer, bom dia.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Vamos pedir, por favor, pessoal que não está acompanhando a reunião, faça silêncio, por favor. Pois não. Vamos lá, Soler.

O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER (Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária - AMAR) – Quero dar bom dia a todos da mesa em nome do Capobianco. Bom dia, Capobianco. Saudar de novo aqui o plenário, especialmente representação da sociedade civil que tem junto conosco da AMAR, do Centro de Estudos Ambientais, discutido, pensando alternativas para esse desafio que o Pampa e todos nós que moramos lá enfrentamos. Então, tem alguns slides aí rapidinho, eu vou ler, que eu acho que fica fácil, fica à disposição também se quiserem fazer algum tipo de interação. São poucos slides e a leitura também é curta. Considerando que o bioma Pampa é compartilhado com Uruguai e Argentina, incumbindo ao Brasil no âmbito da complementariedade

internacional, proteger a sociobiodiversidade, inclusive, como identidade cultural, considerando que no Brasil se manifestam seis biomas, Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa. E ali tem um mapa, pode passar, por favor. Considerando que a Constituição de 88 não considerou o Pampa como patrimônio nacional ao lado dos biomas da Amazônia, Mata Atlântica e Pantanal, considerando que o Pampa está restrito ao estado do Rio Grande do Sul, onde ocupa uma área de 193 mil quilômetros quadrados, equivalente a 69% do seu território e 2,3% do território brasileiro, pode passar, por favor. Considerando a biodiversidade do Pampa, estimada atualmente em mais de 12.500 espécies, incluindo mais de 3.600 espécies de plantas vasculares, com notável diversidade, especialmente de gramíneas, compostas e leguminosas, podem ser encontradas mais de 50 espécies de plantas vasculares por metro quadrado de campo nativo, já a fauna conta com quase 500 espécies de aves e mais de 100 espécies de mamíferos terrestres, muitas espécies endêmicas, tais como o Tuco-tuco, que é lá das dunas do litoral, o beija-flor de barba azul, o sapinho de barriga vermelha, algumas ameaçadas de extinção, tais como o veado-campeiro, o cervo-do-pantanal, o caboclinho-de-barriga-verde e o picapauzinho-chorão. Dos felinos, encontramos sete das dez espécies que ocorrem no Brasil, o gato-palheiro-pampeano, endêmico, a jaguatirica está ameaçada de extinção e a onça-pintada já foi extinta no bioma. Só essa foto aí de baixo é do cisne-de-pescoço-preto, que é uma ave migratória que a gente encontra bastante lá nos banhados da região de Rio Grande, Pelotas, do Taim, que por acaso é o símbolo da nossa organização não governamental, o [ininteligível] está aqui na minha camisa, que é uma ONG de 1983. Considerando que a situação atual dos ecossistemas, banhados, campos, florestas e outros do Pampa é dramática, correndo o risco de extinção do próprio bioma, considerando que restam aproximadamente 40% da cobertura original dos campos do Pampa, e nesse ritmo de degradação até 2050 restará em torno de somente 12% do bioma original, tornando ainda mais vulnerável às mudanças climáticas sua população, considerando que o Pampa é o bioma que mais perdeu área com cobertura natural entre todos os biomas brasileiros. Num período de 38 anos, de 1985 a 2023, foram suprimidos 3,5 milhões de hectares de vegetação nativa, 18% da área total do bioma, segundo o MapBiomas. Considerando que o bioma é o que mais perdeu em áreas naturais no período monitorado, entre 2000 e 2018,

estimado uma perda anual de 125 mil hectares de remanescentes de campo nativo, 125 mil hectares por ano, considerando que é o segundo bioma mais degradado do Brasil, 60% já perdido e, paradoxalmente, o com menor área de unidades de conservação, somente 2,8% do seu espaço natural é protegido, e no cadastro ambiental rural há omissão de declaração da reserva legal em campos nativos, o que deixa o bioma muito distante da meta de 17% da Convenção da Diversidade Biológica. Pode passar, por favor. Considerando que os efeitos do clima extremo, que já atinge o Pampa e suas projeções ainda mais ameaçadoras à vida humana e não humana, considerando que tramita, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, projeto de lei para sua proteção, considerando que, igualmente, tramita na Câmara dos Deputados projeto de lei para a proteção, bem como a chamada PEC do Pampa, considerando que têm sido aprovadas regras, tanto no plano nacional como estadual, que desprotegem o Pampa, promovendo retrocessos ambientais, considerando que o Pampa se manifesta uma sociobiodiversidade que, a partir de seus usos e modos de vida, apesar das ameaças aos seus territórios, cuidam e protegem o bioma, as populações tradicionais, especialmente, considerando a importância do equilíbrio ecológico do Pampa para si e para a economia e cultura do povo gaúcho, sobretudo para a sua qualidade de vida, considerando que a Constituição de 88 e seu artigo 225 estabelece a obrigação do poder público em garantir os processos ecológicos à diversidade biológica, vedando o que pode provocar a extinção das espécies. Os conselheiros e conselheiras do CONAMA, reunidos na 144ª reunião ordinária do Plenário, no dia 27 de novembro de 2024, no auditório do IBAMA, em Brasília, expressam profunda preocupação com o cenário de ameaças ao Pampa e seus habitantes e se dirige aos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente, em especial aos órgãos do Sistema Estadual de Proteção Ambiental, para que façam cumprir o ordenamento jurídico ambiental vigente voltado à proteção do ambiente do Pampa e sua população, construindo políticas protetoras fundadas no aprofundamento da democracia ambiental, criando unidades de conservação, respeitando as demais áreas protegidas e rechaçando todo e qualquer retrocesso ambiental. Pode passar, por favor. Por fim, conselheiros e conselheiras do CONAMA consideram fundamental a aprovação da chamada PEC do Pampa e demais regras que visam garantir o condicional ambiente ecologicamente equilibrado, construído de

forma mais democrática possível.” Por fim, pode passar, por favor, a listagem dos conselheiros do CONAMA, que já assinaram a moção. Ela está aberta para assinatura ainda, mesmo depois de eventual aprovação aqui. Pode passar as outras duas. Eu acho que são mais duas só. Aí são os apoios que nós temos. Não vou citar todos, vou citar alguns só, APEDeMA do Rio Grande do Sul, o FBOMS, a Rede Brasileira de Educação Ambiental, o FDAM de Pelotas, a Coalizão pelo Pampa, a Rede de [ininteligível] de Mata Atlântica. Pode passar, por favor. Aí depois são pessoas que atuam na área, mais pessoas que atuam na área e outras associações que se juntaram depois, professores da universidade, movimentos sociais, sindicatos. Pode passar, por favor. E acho que essa aí é a última. Eu tenho mais uma também, a mesma, continua a listagem de apoiadores, observatórios, enfim. Pode passar a última, por favor. Eu acho que essa aí é a última. Pode passar, por favor. Essa sim é a última. Então, está certo, isso é a lista de apoios da Sociedade Civil do Rio Grande do Sul, das academias, universidades, Rio Grande, Pelotas, pessoas ligadas a UFRGS e outras universidades também, como eu disse, movimentos sociais, sindicatos, ONGs, redes, enfim. E eu peço, então, ao CONAMA que apoie essa moção no sentido de a gente fazer cumprir a legislação e avançar na proteção do Pampa, esse bioma tão ameaçado e tão desprotegido hoje, como vocês viram, o que tem menos áreas protegidas no Brasil. Muito obrigado.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bem, em discussão, alguma questão? Eu não estou vendo. Ah, pois não?

O SR. MARCELO CAMARDELLI (SEMA - RS) – Bom dia, doutor Capobianco, Marcela, doutor Daniel. Bom dia, conselheiros e conselheiras.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Se presente, por favor.

O SR. MARCELO CAMARDELLI (SEMA - RS) – Marcelo Camardelli, secretário adjunto do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul. Dada a importância da matéria e a complexidade da matéria e toda a especificidade que tem o nosso bioma Pampa, o Estado do Rio Grande do Sul, o Governo do Estado do Rio

Grande do Sul, solicita vistas da matéria para que possamos aprofundar e trazer novos elementos para a próxima reunião.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bom, o pedido de vista é um direito de todos os conselheiros, mesmo no caso de que não é uma moção que propõe nada além de uma atenção maior, uma maior dedicação a todos nós. Aliás, eu gostaria de pedir que meu nome constasse em apoio à moção. Então, concedido o pedido de vista, chamamos, então, agora o proponente César Victor do Espírito Santo da Fundação Pró Natureza, Funatura, que apresentará a proposta de moção de apoio ao PL 3621 de 2024, que dispõe sobre a criação, organização e medidas de valorização, proteção e promoção da profissão de brigadistas florestais no Brasil. Proposta apresentada pelo representante do Instituto Alana, conselheira de Unidades Ambientalistas. Por favor, César Victor, com a palavra.

O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO (Fundação Pró Natureza - Funatura) – Bom dia a todas e todos. Só uma correção. Acabou bem a proposta da própria Funatura, e não do Instituto Alana.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Bom, veio aqui dessa forma.

O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO (Fundação Pró Natureza - Funatura) – Foi uma pequena confusão.

A SR^a. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Eu peço desculpas, porque foi quem encaminhou para a gente, mas a gente verificou que a moção está assinada pela Funatura. Desculpe.

O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO (Fundação Pró Natureza - Funatura) – Muito obrigado. Mas também é uma honra ter o apoio do Instituto Alana nessa moção. Essa questão dos brigadistas florestais no Brasil é algo bastante importante. A gente considera especialmente importante para a região do Cerrado e do Pantanal, é lógico, para os outros biomas também. Mas nós, eu represento aqui a região Centro-Oeste, nessa desfila da região Centro-Oeste,

que maior parte faz parte dos biomas Cerrado e Pantanal. O projeto de lei apresentado pela deputada Célia Xakriabá, é um projeto de lei que a gente considera extremamente importante. Inclusive, houve uma discussão de uma moção similar a essa lá no Conselho do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, que é um projeto que envolve cerca de 20 áreas protegidas, incluindo áreas indígenas, parques nacionais, reservas de desenvolvimento sustentável. Enfim, neste território está lá o território indígena Xakriabá, na qual a deputada também faz parte. Não necessariamente em função disso que nós aprovamos a moção, mas por entender que é uma moção de interesse do Brasil inteiro, e como eu falei, especialmente ao Cerrado e Pantanal. Eu gostaria de dar uma lida rápida aqui na moção, se tiver aí, por favor. Bom, é: “O Conselho Nacional do Meio Ambiente, das suas atribuições e competências, que são conferidas pela Lei nº 693 de 31 de agosto de 81, regulamentada pelo Decreto nº 99.274 de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto no seu artigo 3 do Regimento Interno, anexa a portaria do Ministério do Meio Ambiente 452 de 17 de novembro de 2011, e considerando a relevância socioambiental das atividades desenvolvidas pelos brigadistas florestais na predição, previsão, prevenção, combate e recuperação de áreas atingidas pelos incêndios florestais, notadamente em áreas legalmente protegidas, como unidades de conservação da natureza, mananciais de abastecimento humano, áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, além da necessidade de manutenção e melhoria da qualidade do ar, considerando a necessidade de regulamentação da profissão de brigadista florestal, para que o profissional possa ter a segurança jurídica necessária aos trabalhadores e, conseqüentemente, a maior valorização da atividade, considerando que as normas que regulamentam as profissões garantem a melhor prestação de serviços, ao exigir profissionais qualificados, bem como uma maior valorização do profissional, considerando que a regulamentação da profissão de brigadista florestal contribuirá para atrair novos talentos, fortalecer e valorizar a categoria, especialmente no que diz respeito à criação de associações de classes, de sindicatos, que atuam na defesa desses profissionais, considerando que, ao ser regulamentada a atividade profissional de brigadista florestal, passará a ter uma legislação própria que definirá deveres e garantias para os profissionais, bem como a fiscalização de suas atividades, considerando ainda que a regulamentação da atividade profissional de brigadista

florestal protegerá também a sociedade, ao garantir que apenas profissionais qualificados exerçam a profissão, este Conselho Nacional do Meio Ambiente, por meio da 144ª Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2024, aprova a presente moção de apoio ao Projeto de Lei nº 3.621 de 2024, de autoria da deputada federal Célia Xakriabá, pessoal de Minas, que dispõe sobre criação, aglomeração e medidas de valorização, proteção e promoção da profissão de brigadista florestal do Brasil.” É só acrescentar aqui que nós aprovamos, como falei, uma moção similar a essa lá no Conselho do Mosaico Sertão Veredas-Peruaçu, com a proposta até de um integrante do Conselho que faz parte do IBAMA, que é o Rafael Chaves. Então, a gente achou muito importante trazer também essa moção aqui para o CONAMA, na perspectiva de ter esse apoio para tentar dar uma força, tanto lá na tramitação, como também em relação à própria importância do tema. Muito obrigado.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito obrigado, César Victor. Em discussão. Temos inscritos aqui? Por favor, Luiza. Não, não. Calma. Nós estamos, no momento, discutindo a moção sobre os brigadistas. Essa importantíssima moção que, aliás, acabamos de falar sobre o trabalho de enfrentamento da gravíssima situação dos incêndios florestais ocorridos no país, onde os brigadistas do IBAMA e ICMBio dos órgãos estaduais e brigadistas voluntários tiveram um papel absolutamente central. Então, a resolução vem num momento importantíssimo, não só de reconhecer esse trabalho desenvolvido, mas também de nos ajudar a mobilizar mais brigadistas agora para o próximo ano, com a aprovação do rendimento interno do COMIF e com as resoluções que virão do COMIF. Há alguma manifestação contrária à moção? Há alguma abstenção? EM não havendo nenhuma manifestação contrária à manifestação, está aprovada, por unanimidade, a moção de apoio ao projeto de lei sobre a criação, regulamentação e medidas de valorização, proteção e promoção da profissão de brigadistas florestais no Brasil. Muito obrigado a todos. Passamos agora à próxima, a terceira e última moção do dia. Moção essa que reafirma e lembra ao SISNAMA da validade da CONAMA10, que foi reatualizada e foi reconfirmada e convalidada pela CONAMA388 de 2007, referente à proteção dos campos de altitude. Na realidade, é uma moção que lembra ao

SISNAMA que o CONAMA já aprovou resoluções referentes a essa fitofisionomia, e, portanto, damos a palavra à Heloisa e ao Bacca para a apresentação dessa importante moção.

O SR. LAURO EDUARDO BACCA (Titular Associação Catarinense de Preservação da Natureza - Acaprena) – Bom dia novamente. Eu vou fazer uma ultra breve introdução a esse projeto de lei que tramita em Santa Catarina e que pode afetar vários outros estados, porque campos de altitude não é só exclusividade do nosso estado, tem no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais. É mais ou menos como se uma proposta de lei delimitasse o Pampa como sendo o Pampa abaixo, por exemplo, do paralelo 30. Um absurdo. Ou que o Pantanal fosse estabelecido como bioma apenas a oeste do meridiano 56. Então, lá em Santa Catarina, estão propondo que campos de altitude sejam apenas acima de 1.500 metros. Então, é isso que a Heloisa vai apresentar aos senhores e senhoras.

A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IARBMA) – Bom dia, gente. Heloisa Dias, sou do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera Mata Atlântica, conselheira titular pela Sociedade Civil em âmbito nacional. O Capo já ressaltou e o Bacca também, a importância dessas formações dos campos de altitude. A moção tem duas páginas que todos receberam também. Eu vou tentar passar rapidamente alguns pontos centrais que foram bem ressaltados ali pelo Capo. É uma moção que busca principalmente fortalecimento e a contestação das resoluções que são tomadas pelo órgão máximo do sistema, que é o CONAMA, e que está sendo muitas vezes não considerada nas iniciativas de algumas instituições. E a gente está precisando fortalecer esses instrumentos e não deixar que ocorram destruições desses arcabouços legais e normativas que temos. Eu vou pedir licença para ler aqui mais de frente, porque eu percebi agora que eu não consigo, na minha deficiência visual, chegar até o final. Mas vou tentar ler aqui pelo meio, senão embaixo.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Fique à vontade. Se você quiser

descer, como for melhor para você. O André Lima fica ali segurando. O André Lima está sempre segurando os biomas.

A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - IARBMA) – Sim, é sempre um apoio para todos nós, André. O título da moção é sobre o risco imposto à conservação e uso sustentável dos campos de altitude da Mata Atlântica com a definição trazida pelo Código Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina. O Governo do Estado foi encaminhado ao Supremo, ao Tribunal Federal, ao Tribunal de Justiça, ao Governo do Estado de Santa Catarina, presidente da Assembleia Legislativa. Considerando o principal, é considerando que este CONAMA editou a resolução número 10, de 1º de outubro de 1993, a qual traz a definição de campo de altitude, vegetação típica de ambientes montano e auto-montano, grifo nosso, com estrutura arbustiva e/ou herbácea, que ocorre geralmente nos cumes litólicos das serras com altitudes elevadas, predominando em clima subtropical ou temperado. Caracteriza-se por uma ruptura na sequência natural das espécies presentes nas formações fisionômicas circunvizinhas. As comunidades florísticas próprias dessa vegetação são caracterizadas por endemismo. Artigo 5º, inciso 3º, e que a definição trazida pela lei estadual de Santa Catarina conflita com este conceito, quer dizer, o conceito está bem colocado, bem estabelecido e explícito e não está em consonância, a lei estadual não está em consonância, considerando que a resolução 1093 foi convalidada, como já reforçada aqui pela mesa, após a edição da lei da Mata Atlântica, com a publicação da resolução CONAMA 388 de 2007, havendo assim previsão objetiva do conceito legal de campo de altitude para fins de aplicação da lei da Mata Atlântica, considerando também a lei nº 11428 de 2006, lei da Mata Atlântica, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, considera os campos de altitude como integrantes do bioma, são formações ecossistêmicas associadas, aí eu vou pular algumas outras leis que reiteram também esse reconhecimento, considerando que CONAMA editou a resolução 423, de 2010, que dispõe sobre os parâmetros básicos para identificação e análise da vegetação primária e dos estágios sucessionais de vegetação secundária nos campos de altitude associados aos abrangidos pela Mata Atlântica, considerando que a definição de campo de altitude do Código Estadual de Meio

Ambiente de Santa Catarina deixa de contemplar cerca de 97% da distribuição original desse ecossistema no Estado, conforme projetado pelo mapa de vegetação IBGE e pelo mapa de áreas de aplicação da lei da Mata Atlântica feito pelo IBGE. Considerando que ao longo dos artigos 101 e 113 do Código Estadual de Meio Ambiente de Santa Catarina, são estabelecidos parâmetros básicos para análise dos estágios sucessionais dos campos de altitude associados à floresta ombrófila mista e a floresta ombrófila densa no bioma Mata Atlântica e Santa Catarina, conflitando com aqueles já estabelecidos pela Resolução CONAMA nº 423, este Conselho Nacional, no momento em que reafirma a plena vigência das Resoluções CONAMA nº 10 de 93, 388 de 2007 e 423 de 2010 esclarece que o conceito legal de campo de altitude consoante as determinações expressas na lei 11.428 de 2006 Lei da Mata Atlântica é aquele definido na Resolução nº 10 de 1º de outubro de 93 de 2007, recomendando às autoridades competentes nas diferentes esferas do poder público que atuem para resguardar a eficácia da função desse Conselho Nacional do Meio Ambiente, garantindo a correta aplicação da lei especialmente da Lei da Mata Atlântica 11.428, norma especial de proteção deste importante patrimônio nacional, que é o bioma Mata Atlântica. Então, proponentes pelo Instituto Amigos, Maria Luiza Dias e João de Deus Medeiros, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.” Essa iniciativa também faz sentido para todo o movimento que vem ocorrendo e que a gente deve fazer com que ele seja cumprido a legislação. Acho que é um pedido de respeito à legislação brasileira nas medidas que existem de descentralização, de licenciamento. Acho que ela é muito importante também no momento que a gente sabe que a nossa referência é sempre a lei e no momento em que a democracia vem sempre sendo ameaçada, é importante que, como dizia na minha terra, o Código da Gafieira seja respeitado. Então, a gente tem no país uma Constituição, a gente tem a normatização. O que estamos pedindo é que sejam adequados os instrumentos ao que a legislação estabelece. Agradecendo a todos aí. Obrigada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito obrigado, Heloísa. Pois não? Por favor.

A SR^a. SHEILA MEIRELLES (Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina) - Bom dia a todos. Bom dia, secretário, doutor Daniel. Vou pedir desculpas ao seu [ininteligível] e à dona Heloísa...

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Se apresenta, por favor.

A SR^a. SHEILA MEIRELLES (Presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina) - Eu sou a Sheila, sou presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina. Considerando que é uma moção com caráter de recomendação e considerando alguns fatos que aconteceram em recentes decisões judiciais em Santa Catarina, eu vou fazer um pedido de vista para que a gente possa avaliar isso e trazer uma manifestação na próxima reunião.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ok. Então, pedido de vista direito de todos os conselheiros, inegociável e indiscutível. Concedido o pedido de vista e com isso encerramos, então, a análise das três moções. Agradeço a todos os que apresentaram as moções e ao plenário pela participação. E temos agora na sequência a proposta de aprovação do calendário de reuniões do plenário para o ano 2025, conforme previsto no artigo 5º parágrafo 2º do Regimento Interno, em que a última reunião do ano deve aprovar o calendário do ano seguinte. Todos, eu creio, que receberam a proposta de calendário. A reunião em 12 de março, 11 de junho, 3 de setembro e 3 de dezembro. Alguma manifestação, alguma recomendação de ajuste nessas datas? Em não havendo nenhuma manifestação, consideramos, então, aprovado o calendário proposto pela diretoria do CONAMA. Vamos então, de imediato agora, passar a apresentação, o item 9, discussão de temas relevantes para a agenda ambiental e informes. Com a palavra, o secretário André Lima, secretário da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial e Instituto Nacional de Pesquisa Espacial, que eu não vejo se há alguém presente do Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais.

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – Eu vi um chapeuzinho, até achei que fosse o Cláudio, mas não é.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ah, é o Truda. Truda, você está com o chapéu do Cláudio, Truda?

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – Eu olhei, não, o Cláudio Almeida está aqui, não, não é?

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Pois é, mas, então, na falta do chapéu do Cláudio Almeida, nosso secretário fará a apresentação completa. É isso, secretário?

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – É isso. Está na tela, eu mandei para o... Aí, muito bem. Bom, é bom dia ainda, amigos e amigas aqui. É uma alegria estar mais uma vez aqui com vocês, compartilhando a evolução dessa agenda, muito relevante no cenário global, no cenário nacional, tem a ver também com os assuntos que estão sendo tratados aqui ao longo do dia. Eu vou pular essa parte metodológica do INPE, mas, enfim, vocês sabem, o INPE tem dois sistemas que monitoram dados de desmatamento, o PRODS, que monitora, que dá a taxa anual de desmatamento, e o DETER, que produz alertas diários de desmatamento em todos os biomas brasileiros. No próximo, pode passar. Pode passar, eu não vou... Aqui, só lembrando que em relação à Amazônia, entre 2022 e 2023, a gente, quando chegou a essa gestão do presidente Lula e da ministra Marina, a gente vinha com um aumento significativo da taxa de desmatamento na Amazônia, e a projeção era que a gente fosse bater um recorde superior a quase 12 mil quilômetros quadrados de desmatamento. Todavia, com a implementação do PPCDAM, Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos, e a retomada das ações de fiscalização, das ações do IBAMA, ICMBio, Polícia Federal, enfim, pode passar o próximo slide, a gente

conseguiu reverter no primeiro ano, então, só estou resgatando o dado de 2023, com essa queda, apesar da tendência de alta do segundo semestre de 2022, a gente conseguiu reverter no primeiro semestre de 2023, fechando a taxa anual de desmatamento na Amazônia, com queda de 22,3%. O menor índice dos últimos cinco anos. Próximo slide. E, em 2024, pode voltar um, isso, em 2024, o INPE fechou a estimativa, que todo ano, normalmente na véspera da COP do Clima, ele lança a estimativa anual de desmatamento, com base em mais de 90% das cenas, e nas áreas críticas, ele faz a estimativa de taxa anual, e ele lançou, nós lançamos, agora no começo de novembro, o dado de 6.288 quilômetros quadrados de desmatamento, agora, fechando no dia 31 de julho de 2024, com uma queda adicional à de 22,3% do ano passado, com uma queda esse ano de outros 30,6%, que no próximo slide mostra a queda... próximo slide, quem que está com esse trenzinho aí? Ah, você está aí com ele? Não, pode continuar, só para eu olhar e te dar o comando wireless aqui. Então, somando a queda dos dois anos, dá uma queda de 45,7% do desmatamento em 2024 e 2023, em relação a 2022, significaram mais de 790 mil hectares não desmatados no período. Próximo slide, e aí, por Estado, a gente observa uma queda importante no Estado de Mato Grosso, 38,3%, próximo slide, Estado do Amazonas, queda de 29%, próximo slide, Pará, com queda de 28,4%, e o próximo slide, Rondônia, com queda de 62,5%, o único Estado que a gente verificou aumento na Amazônia, expressivo, foi Roraima, com aumento de 53,5%, quase dobrando em relação à média. Municípios prioritários, a gente viu uma queda expressiva em 78% dos municípios, em 23 deles houve algum aumento, e aí, depois vocês vão ter à disposição de vocês os slides, cada município, quanto que aumentou ou reduziu. Próximo slide, vamos falar um pouco, então, do Cerrado. O Cerrado, também lembrando que no segundo semestre do ano passado, a gente estava observando um aumento expressivo do desmatamento, essa era a tendência de aumento de mais de 100% do desmatamento no Cerrado, considerando o segundo semestre do ano passado. Nós começamos esse ano, ano passado fizemos várias reuniões, várias articulações com os governos estaduais, porque no caso do Cerrado, tem uma diferença em relação à Amazônia, que a maior parte do desmatamento, pelos dados que a gente tem, é autorizado. Então, a gente fez algumas reuniões com a ABEMA, com os estados do Matopiba, que representam mais de 75% dos

desmatamentos, e começamos em março desse ano, inclusive, com uma reunião com o ministro Rui Costa, chamando os governadores do Cerrado, e a gente colocando uma agenda na mesa de trabalho, fizemos um conjunto de ações sobretudo focado no Matopiba, que representa 75% dos desmatamentos, e começamos a reverter esse quadro. Então, de um aumento de mais de 100% no segundo semestre do ano passado, no primeiro semestre desse ano a gente conseguiu reverter para uma queda de 16,7%, percentualmente parece bem menos, mas em números absolutos é bem expressiva essa queda, que fez com que anulasse essa alta do semestre passado, fechando o dado PRODES de 2024 com o que indica o próximo slide, que é uma queda de 25,7% do desmatamento na taxa anual do Cerrado. Portanto, nos primeiros dois anos, queda de mais de 45% do desmatamento na Amazônia, no primeiro ano a gente teve um pequeno aumento do desmatamento no Cerrado, mas no segundo ano conseguimos reverter significativamente, com a taxa de 8.174 km² e queda de 25,7%, e estamos trabalhando duramente para continuar com essa queda. Hoje mesmo tive reunião com quatro secretários do Matopiba para dar consequência ao pacto que foi assinado pelos governadores do Matopiba com o presidente Lula no dia do lançamento desse dado, para implementar o que a gente está chamando de, informalmente, estamos chamando de ABC do controle do desmatamento ilegal, que é um roteiro metodológico de articulação do governo federal com os governos estaduais para continuar fechando o cerco do desmatamento ilegal e, simultaneamente a isso, um grupo de trabalho para trabalhar mecanismos financeiros que possam apoiar incentivos econômicos para manutenção dos ativos de reserva legal do Cerrado, não apenas no Matopiba. Então, essas agendas estão rodando, hoje mesmo fechei um calendário de quatro reuniões no ano que vem, para a gente acelerar com esse método e depois ele dando certo, e parece que está dando certo, a gente poder ampliar essa relação com os demais estados, não só do Cerrado. O próximo slide mostra...

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Só um detalhe, André, você referiu recursos financeiros, incentivos para preservar os ativos da reserva

florestal, não, os excedentes de reserva florestal, porque a reserva florestal é obrigatória a ser mantida.

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – Não, é porque a palavra “ativo” significa exatamente o que cede, o ativo é aquilo que está além da lei.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Não, a reserva legal é um ativo também, mas tudo bem.

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – Não, mas o ativo financeiro. Você tem razão, eu também, estamos todos certos. E assim a gente avança.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Só para ficar claro que o financiamento, o apoio é para o excedente. Isso. Já que a reserva legal obrigatória, como o próprio nome diz, ela é obrigatória, tem que ser feita às custas dos proprietários.

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – O mecanismo financeiro é para apoiar quem protege além da lei. Isso está correto. Então, 76,4% do desmatamento no Matopiba. Próximo slide. A redução nos diferentes estados, Maranhão 15%, Tocantins 9,6%, Piauí 10,1%, Bahia 63,3%. Não sei se tem o representante da Bahia aqui, presente. Merece uma salva de palmas. 63% de redução do desmatamento. Importante. E aqui é um cálculo, uma estimativa, isso aí não é um dado ainda preciso, porque o cálculo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal tem toda uma metodologia ultra sofisticada, mas aqui é um cálculo geral com base nas emissões de 2022, no Cerrado e na Amazônia, a gente pode dizer que a redução de 2023 e 2024 nos dois biomas significou a redução de emissões superior a 400 milhões de toneladas de CO₂, que o vice-presidente Geraldo Alckmin lembrou na reunião

que se representa mais do que as emissões de toda a Argentina, mais do que as emissões anuais de todo um país do tamanho da Argentina. Então, realmente uma contribuição numa escala global significativa de um programa importante do nosso governo, do Brasil, que é o Plano de Prevenção e Controle dos Desmatamentos na Amazônia e Cerrado. Próximo slide. Aí tem um conjunto de ações, meus amigos. Eu vou passar muito rapidamente, porque isso vai estar à disposição de vocês, são as ações do PPCDAm, são os quatro eixos e do PPCerrado também, atividades produtivas sustentáveis, 48 municípios dos 70 prioritários aderiram ao programa uma união com os municípios e a gente está agora aprovando o projeto no Fundo Amazônia de R\$600 milhões para investimento em regularização ambiental e fundiária para os municípios que mais reduzirem desmatamento. Então, vamos dizer assim, uma premiação para aqueles municípios que realmente onde a gente verificar a redução de desmatamento vai ter esse investimento. Ampliação das concessões florestais, o Serviço Florestal Brasileiro trabalhando duramente para ampliar as oportunidades de negócios sustentáveis com as florestas na Amazônia. Avançamos com o decreto da Estratégia Nacional de Bioeconomia em junho desse ano e uma série de medidas, eu não vou entrar em detalhes, depois vocês observam, eu destaquei algumas. No eixo de monitoramento e controle ambiental, sem sombra de dúvidas, a retomada substancial das ações de fiscalização do IBAMA e do ICMBio, considerando 2023 e 2024, em comparação com a média da gestão anterior, houve aumento de 98% das ações de fiscalização do IBAMA e 111% das ações de fiscalização do ICMBio. A AGU entrando firme na agenda de responsabilização por crimes ambientais na Amazônia, com 73 ações civis públicas, falando, inclusive, de danos climáticos, não só dano à floresta. Combate forte numa articulação entre Polícia Federal, IBAMA, Força Nacional de Segurança Pública, FUNAI, Exército Brasileiro, Força Aérea, na desintrusão da terra indígena em Yanomami e outros territórios, com garimpo, que ainda é um grande desafio para todos nós, e um conjunto de outras ações importantes, que depois vocês vão poder acessar também, no eixo de monitoramento e controle. No próximo, o eixo de ordenamento fundiário e territorial, a fundamental recriação da Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas Federais Rurais. No mês de setembro do ano passado, e de setembro do ano passado para cá, mais de 13 milhões de hectares de áreas de florestas

públicas não destinadas já tiveram interesse declarado e aprovado por essa Câmara Técnica para destinação, ou para povos e comunidades tradicionais, ou estudos para unidades de conservação e concessões florestais, mas já com medidas importantes, não apenas a declaração de interesse, mas medidas importantes sendo adotadas para frear a ocupação, a grilagem, o desmatamento nessas áreas. Homologação de mais 810 mil hectares de territórios indígenas, ampliação em unidades de conservação superior ali a 300 mil hectares. Nós estamos também trabalhando com uma nova modalidade de reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais na Amazônia, que vai acelerar o processo de celebração de contratos de concessão de direito real de uso para comunidades. A nossa meta, inclusive, ano que vem, é ter 300 comunidades beneficiadas já com um contrato de concessão de direito real de uso, que as permitirá acessar recursos, políticas públicas e garantir o seu território, enquanto se discute a melhor destinação do ponto de vista de que modalidade de unidade de conservação, se é RESEX, se é RDS, se é algum outro tipo de categoria fundiária mais apropriada. O lançamento do programa Terra da Gente, também, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, uma aliança, uma parceria muito forte com o MDA. Quero agradecer aqui a todo o empenho do ministro e toda a equipe, os secretários do MDA, nessa aliança conosco. Aliás, no programa União com os Municípios, nós vamos investir R\$600 milhões com uma ação muito forte da ANATER, do MDA e do INCRA, para acelerar processos de regularização ambiental do território fundiário nesses municípios prioritários. Próximo slide, para ir concluindo, instrumentos econômicos financeiros, uma retomada muito forte das ações do Fundo Amazônia, com a declaração de interesse em novas doações da ordem de R\$3,5 bilhões. Não sei se os Estados Unidos vão manter o seu compromisso de doação assumido, mas Reino Unido, Alemanha, União Europeia, Dinamarca, Suíça, com volume expressivo de recursos já anunciados. Teremos agora, inclusive, sexta-feira, reunião com os doadores, para discutir o próximo ciclo das doações. 28 novos projetos que tramitaram esse ano no Ministério do Ambiente foram ao BNDES, somando mais de R\$3 bilhões em demanda de investimentos para políticas públicas e também ações da sociedade civil e de comunidades tradicionais. Aprovação muitíssimo importante da Lei de Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que vai nos permitir agora ter uma estratégia mais articulada com os Estados, com a sociedade civil, com o

setor privado, porque a gente tem dito e isso é a tendência, enfrentar a situação de incêndios, que será, infelizmente, cada vez mais intensa e mais frequente, só multiplicando, fomentando comunidades resilientes ao fogo. Não vai ser de cima para baixo, com milhares de aeronaves do Exército, que nós vamos combater incêndios no Brasil. Também precisamos do apoio do Exército, das aeronaves, mas vai ser fortalecendo as comunidades de baixo para cima, preparando-as para se adaptar cada vez mais e a lei, essa Lei de Manejo Integrado do Fogo é uma lei supermoderna, uma das mais modernas, aliás, em vigor no mundo, que incentiva exatamente isso, de baixo para cima, a gente multiplicar a nossa capacidade através de comunidades, brigadas voluntárias, brigadas locais, brigadas municipais, estratégias de baixo para cima, planos de manejo integrado do fogo, na escala dos imóveis, consórcios de imóveis, de municípios, de estados, por bioma, então, essa lei é muito importante para todos nós. A alteração do nosso Decreto de Crimes e Infrações Ambientais, muito importante, dentre outras coisas, criando uma figura superestratégica, sobretudo para atuar em áreas públicas, terras públicas não destinadas, que é a figura do embargo cautelar, remoto, em escala e preventivo. Possibilidade do IBAMA agora, num único processo administrativo, embargar inúmeras áreas, milhares ou centenas de milhares de hectares em áreas públicas, por desmatamento ou mesmo por incêndios florestais, isso vai dar uma capacidade de resposta muito rápida para o IBAMA e também para o ICMBio. Tem outras ações aí e depois a gente pode avançar também nos instrumentos econômicos aqui. As normas do Banco Central, muito importantes, a revisão das normas de acesso a crédito rural, cada vez mais apertando o cerco para vedar crédito para quem desmata ilegalmente em todos os biomas. Isso significou aí mais de R\$700 milhões de reais que foram bloqueados de acesso porque quem estava pedindo acesso ao crédito era, infelizmente, proprietários rurais que tinham desmatamento ilegal. Eu acho que por aí a gente vai concluindo. Esses são os dados do Fundo Amazônia. Mais de 1,4 bilhões este ano contratados de novas doações. Próximo slide. Somando lá 1,3 bilhões de chamadas novas apresentadas este ano, vocês observam que em comparação com a média de recursos gastos ao longo de toda a história do Fundo Amazônia, nesses dois anos nós estamos bem acima da média histórica e, obviamente, dos quatro anos em que infelizmente o fundo foi anulado. Acho que agora concluir, gratíssimo a todos, e seguimos firme aqui para o ano que

vem continuar nesse ritmo de queda substancial, lançando muito provavelmente ainda este ano e no início do ano que vem, os outros quatro planos, os planos para o Pantanal, para o Pampa, para a Caatinga e para a Mata Atlântica. Muito obrigado.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Só reforçando o vigor dessa agenda, acho que todos acompanharam os noticiários recentes, indicando que nós tivemos uma redução de 55% no desmatamento da Mata Atlântica no primeiro semestre de 2024. Foi um dado extremamente importante e nós já temos o Adriano apresentou aqui, porque ainda nós não temos a série completa, mas nós já temos os dados iniciais do Pantanal. Vocês sabem que no auge da crise do Pantanal, nós obtivemos um compromisso do INPE, que foi rapidamente cumprido, de implantar o Deter Pantanal. Nós tínhamos a Amazônia-Cerrado e não tínhamos Pantanal. E agora nós já temos o Deter Pantanal. E o último relatório do Deter Pantanal mostra dados muito estimulantes. No mês de agosto, por exemplo, comparando agosto de 2023 com agosto de 2024, agora nós tivemos uma redução de 69,8% no desmatamento no Pantanal. No mês de setembro, comparando setembro de 2023 com setembro de 2024, uma queda de 81,9%. Em outubro, comparando outubro de 2023 com 2024, uma queda de 87,5% no desmatamento do Pantanal. O Cerrado também, os dados do Deter mostram a continuidade da redução, porque o dado que o André mostrou é até 31 de julho de 2024, mas nós tivemos redução em agosto, comparado com 2023, tivemos redução em outubro, e agora no mês de setembro e outubro, no mês de outubro, o Deter aponta uma redução de 57,2% no desmatamento do Cerrado, comparando outubro de 2023 com outubro de 2024. Ou seja, o processo segue, temos algumas preocupações na Amazônia, que nós estamos trabalhando agora, mas realmente o processo segue, e se nós seguirmos nesse empenho em parceria com os estados, principalmente a coisa, e agora com os municípios, com a união para os municípios também, o cenário é bem favorável.

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – E estamos também já pronto com a lista também dos municípios do Cerrado, que ainda não foi

lançada, mas deve ser lançada nos próximos dias, e o secretário lembrou bem, a agenda do Pantanal foi uma agenda que se iniciou no CONAMA, que a gente trouxe uma preocupação com a não aplicação do Código Florestal, do artigo 10 do Código Florestal, que fala da proteção do Pantanal nos estados, sobretudo a gente tinha uma dificuldade no estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso já tinha uma norma, e Mato Grosso do Sul se prontificou, imediatamente suspendeu as autorizações de desmatamento, nos reunimos ao longo do final do segundo semestre do ano passado, e o Mato Grosso do Sul aprovou uma nova lei de proteção do Pantanal, por iniciativa nossa aqui, tivemos uma reunião do SIPAM no CONAMA, e o governador se comprometeu, aprovou a lei, sancionou a lei, está aplicando a lei, nós estamos vendo aí já os primeiros resultados que o secretário apontou aí.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Eu me referi à experiência do Pantanal, antes de chegar, André, a secretária Mauren fez uma fala durante a Tribuna Livre, muito assertiva em relação a esse esforço conjunto que está trazendo essas boas notícias, e eu falei do Pantanal, exatamente sobre um case de sucesso, de cooperação. Mas me referi a isso que você trouxe agora, para lembrar que, de fato, teve um debate aqui no CONAMA, que foi até um pouco acalorado, está certo? E que isso resultou, de fato, em uma parceria muito, muito positiva, realmente. Mostra o potencial do CONAMA, e a importância do CONAMA para articular esses setores, seja no plenário, seja na tripartite. Muito bem lembrado. Temos inscritos nesse tema? Por favor, pela ordem aqui dos... a ordem do corredor. A ordem da filha do corredor. Tem que apertar o botão, tem que apertar aí. Isso.

A SR^a. JULIANA (WWF Brasil) – Bom dia. Bom dia, secretário. Bom dia, secretário André. Eu sou Juliana Miranda, do WWF Brasil. E aqui pela Sociedade Civil, a bancada da Sociedade Civil, a gente fez algumas análises...

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Fala mais perto do microfone, por favor. Levanta ele um pouquinho mais, porque ele é meio direcional.

A SR^a. JULIANA (WWF Brasil) – É, ele tem um certo preconceito aqui de tamanhos.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Não, ele é adaptável.

A SR^a. JULIANA (WWF Brasil) – Ele é superadaptável. Bom, a gente agradece a apresentação dos dados do desmatamento no Cerrado e na Amazônia. A gente celebra também essa redução das taxas e esses números obtidos no último ano. Mesmo sabendo que os valores ainda são demasiadamente altos em termos de perda da vegetação nativa. Acho que você já traz aqui ao final da sua fala também o avanço para os outros biomas, mas a gente não pode deixar de destacar aqui a importância de termos com similar regularidade e a apresentação dos dados de monitoramento desses demais biomas brasileiros. Já que vocês, governo brasileiro federal, têm trabalhado, sobretudo nas ações empenhadas para a proteção desses biomas e a atualização sobre os planos de controle do desmatamento que estão em andamento. Em relação ao desmatamento que pode ser autorizado, a sociedade civil está mobilizada. E aí a gente gostaria de saber como que o governo federal tem avançado na proposição de uma resolução desse espaço, desse colegiado, no sentido de dar maior transparência e padronização aos critérios de emissão das ASVs, das Autorizações de Supressão Vegetal. Conforme mencionado já em algumas atividades aqui também desse colegiado, mas eu queria lembrar a última oficina de diretrizes sobre essa resolução que o CONAMA promoveu no dia 18 de setembro. Lembrando, secretário, inclusive, que um dos objetivos por você destacado era que a gente tivesse essa resolução aprovada ainda no primeiro semestre de 2025. Além disso, nós da sociedade também estamos bastante atentos e preocupados com a questão da degradação causada pelos incêndios e pela fragmentação florestal. E gostaríamos de saber como que o governo federal tem organizado para lidar com essas questões, pensando tanto na prevenção quanto no sentido da mitigação dos danos já ocorridos. Era isso.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado. É só... muito bom. O André vai colocar. Com relação ao último ponto que você coloca, extremamente

importante, não sei se todos estão cientes, mas o Presidente da República assinou a medida provisória, publicada na sexta-feira passada, em que adota, mantém a vegetação nativa, vegetação em geral, não só florestal, vegetação nativa incendiada, mantém todos os critérios de proteção legal que possuía antes do incêndio. Portanto, veda a utilização dessas áreas para outros fins que não sejam a regeneração. A regeneração obrigatória é a única alternativa para essas áreas frutos de incêndio criminoso. Então, essa foi uma medida que nós consideramos muito importante para pôr fim aos incêndios especulativos. E o André vai poder tratar das outras questões aqui abordadas.

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – Inclusive, alguns destaques em relação a esse assunto da degradação. Ele está entrando na cena da política pública por várias razões. Pelos fatos, obviamente, mas eu digo assim, na política pública, nas nossas definições de municípios prioritários, o dado de degradação, ele é um indicador também, não é só desmatamento. E estamos fazendo alguns estudos, estivemos na semana passada lá no INPE, um dia inteiro, o secretário, então, o ministro interino e eu estivemos lá fazendo exatamente as análises sobre essa situação de degradação. Para, inclusive, identificar um fator que é muito crítico. Incêndio sobre incêndio sobre incêndio que no ano seguinte entra como desmatamento e não mais como degradação. Então, isso está se apresentando de maneira recorrente, então, nós estamos trabalhando na identificação desse índice de recorrência para pensar em medidas, inclusive, com base na lei que foi aprovada, a Lei de Manejo Integrado do Fogo, prevê a responsabilização por omissão, não apenas por atear fogo, mas por omissão em medidas preventivas. Então, naqueles casos de áreas com recorrência, mais de uma, duas, três recorrências de incêndio nos últimos anos, é possível se exigir algumas medidas preventivas adicionais, para que evite novos incêndios.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – André, me permite só acrescentar que o que nós estamos constatando, muito bem trazido nessa questão, é que com a mudança do clima, com o agravamento dos eventos

climáticos extremos, essa questão virou, de fato, algo de uma proporção muito maior do que nós lidávamos com o passado. A degradação por incêndio se tornou, de fato, um enorme problema para a conservação.

O SR. ANDRÉ LIMA (Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial) – Exatamente. E em relação à primeira questão, que era... Resolução. Pronto. Deve ter entrado no SEI hoje a proposta de resolução e a avaliação de impacto regulatório para a gente começar formalmente a tramitar no CONAMA, e nós queremos fazer um trabalho para fechar o semestre do ano que vem com ela aprovada. Vamos precisar muito do apoio de todos. A ideia é que seja uma resolução que respeite a liberdade dos Estados de regular, porque as autorizações são emitidas pelos Estados, mas que a gente adote poucos, mas muito bons princípios de transparência e integração de dados para que elas possam ser conhecidas e que a gente possa ter sim a capacidade de, até o final do semestre do ano que vem, começar a dizer efetivamente o que é desmatamento legal do que é ilegal. Porque isso, inclusive, tem repercussão importante na titulação, vamos dizer assim, das emissões. Uma coisa é desmatamento ilegal, criminoso, que a gente atribui a uma figura chamada uso do solo nas metodologias de monitoramento de emissões. Outra coisa é um desmatamento autorizado que é uma supressão de vegetação nativa autorizada para um fim específico que é atividade agrícola, portanto, é uma emissão de um segmento, de um setor. E a gente consegue, então, começar a pensar em medidas específicas para mitigar essas emissões, porque de um lado nós vamos ter que falar em instrumentos econômicos, de outro lado é reforçar as ações de combate ao crime, de combate à grilagem, que são duas, vamos dizer assim, dois movimentos paralelos que têm que se integrar, mas são agendas distintas. É isso.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado, secretário André. César Victor do Espíritos Santos, mas que moram em Brasília.

O SR. CESAR VICTOR DO ESPÍRITO SANTO (Fundação Pró Natureza - Funatura) – Obrigado, Capobianco. Eu queria só ressaltar um aspecto que foi colocado aqui na apresentação do André, sobre a questão financeira. A gente

assistiu no início do dia a questão apresentada pelas duas consultoras, economistas, que têm, no final das contas, tudo se resume a dinheiro. Acho que ela falou 90% da fala delas, relacionada com investimentos, com incentivos, com um trilhão, não sei quantos bilhões, se a própria ministra fala, mas, também ela abordou a questão do papel a nível de cada país, as agências nacionais. E, no caso do Cerrado, André, nós, que trabalhamos aqui no Cerrado, achamos bastante louvável essa diminuição do desmatamento no Cerrado, isso é fundamental, acredito que a maior parte disso seja desmatamento ilegal, não sabemos, mas, o que eu queria ressaltar aqui, é que o desmatamento legal, legalizado, está avançando de forma muito rápida. A gente verifica o gráfico, considerando que, sei lá, mais da metade do que é desmatado é legal, mas me parece que há até um dado aí que é meio a meio, depende do Estado, o que eu vejo, se a gente não atacar a questão relacionada com o desmatamento legal, ou seja, os incentivos que são concedidos especialmente para o agronegócio, a gente vai assistir o desmatamento do Cerrado de forma que não podemos fazer nada, porque a lei prevê que você pode desmatar até 80% da sua propriedade. Se o agricultor tem incentivos do governo através do plano safra, com juros subsidiados, todos os insumos, adubo, agrotóxico, sementes, maquinário, tudo é feito com incentivos fiscais, então, o Brasil deixa de arrecadar bilhões de reais para incentivar uma atividade que está destruindo o bioma. É evidente que aquelas áreas consolidadas de agricultura, pecuária, a gente considera que é importante que sejam mantidas. No entanto, novos desmatamentos sendo incentivados, e da forma como está aqui no Matopiba, por exemplo, vai destruindo tudo, vai degradando o Cerrado, vai transformando em ilhas de Cerrado, que daqui alguns anos pouco será importante em termos da conservação da biodiversidade, recursos etc. Então, eu vejo assim, se não houver uma posição forte em termos de redução desses incentivos que envolvam desmatamento de novas áreas, a gente não vai conseguir chegar ao que se pretende, que é a redução das emissões de gás de efeito de estufa. 70% das emissões brasileiras de gás de efeito de estufa deve-se ao setor do agronegócio, especialmente a questão do avanço da fronteira agrícola, mas também toda a questão da criação do gado, a questão do metano, a questão dos usos de agrotóxicos, também de adubação química, e a gente vai ficar assistindo. Então, eu vi ali, questões importantes de incentivar atividades

relacionadas com o incentivo à questão da bioeconomia, na questão dos produtos da biodiversidade. No entanto, é muito pouco o que precisa ser feito. Eu acho que a reforma tributária ainda está tramitando no Senado, a gente vê isenção para várias coisas que levam ao desmatamento, a questão da carne, por exemplo, que vai, obviamente, aumentar, incentivar o desmatamento na Amazônia. Então, eu acho que é aí que a gente tem que atuar. Também, sem menosprezar o que já está sendo feito, mas essa questão do incentivo é fundamental para a gente poder ter algum êxito no futuro da diminuição da emissão dos gases de efeito de estufa. É isso. Muito obrigado.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado, César. É superimportante esse ponto que você traz. Só queria, eu estou preocupado com o tempo, nós temos várias apresentações, a última palavra ali vai ser para o Pedro Ivo. Só queria dizer a você, César, que isso está sendo trabalhado de forma bastante intensa no âmbito do governo, inclusive, nas discussões dos aprimoramentos do plano Safra, exatamente nessa direção. Primeiro, já está aprovado, já está funcionando a vedação completa de crédito para desmatamento ilegal. Inclusive, ampliando o embargo, não só para o que antes era do governo federal, agora dos governos estaduais também. Totalmente vedado o crédito, zero de crédito. E está em discussão, sim, uma mudança na formulação do crédito para que não haja crédito subsidiado. Uma coisa é o crédito rural normal que ele paga a taxa de mercado, isso os bancos privados oferecem. Outra coisa é esse crédito que é subsidiado pela sociedade. E há vários processos já em curso e análise para que esse crédito subsidiado não subsidie as ações que levam a desmatamento mesmo que ilegal. E também, no programa de recuperação de pastagens degradadas, está incluído a exigência de que uma vez recebido o benefício, o CPF ou o CNPJ que beneficiaram não pode desmatar nem que legalmente em nenhum outro bioma ou outra região. Então, são coisas que estão sendo discutidas, são complexas, mas só para te dizer que estão sendo discutidas e são fundamentais, você está coberto de razão. Agora o Pedro Ivo, que é cearense, mas mora em Brasília.

O SR. PEDRO IVO (Titular Associação Civil Alternativa Terrazul) – Há 20 anos. Não, a cearense que eu moro é em Brasília. Tu és paulista, também mora em Brasília. Ele também é paulista e mora em Brasília. Ah não, não é pior então. Vamos lá, pessoal. Primeiro eu vou pedir aqui aos meus colegas da bancada da sociedade civil para falar um pouco porque eu estou me recuperando de uma gripe muito forte desde o G20 e não pude ir para a reunião. Mas eu não podia deixar passar essa oportunidade. Primeiro, parabenizar o Ministério do Meio Ambiente, na figura do secretário André Lima, e toda a equipe pelo esforço e pelo trabalho intenso nessa questão da recuperação da luta contra o desmatamento. Não é novidade, porque essa equipe, desde a primeira gestão com o Capó e a Marina, tem uma luta muito grande sobre isso. Então, eu quero parabenizar, embora, como disse a minha colega do WWF, ainda são altos os dados. Eu quero falar um pouco sobre Brasília. Embora nós estejamos no CONAMA, porque é a capital federal. O último dado que a gente tem de 2023, apesar de todo o esforço do secretário Guto, não sei se ele está aí, quero reconhecer o esforço dele como secretário de Meio Ambiente do GDF, mas geralmente nem todo secretário é tão apoiado pelo seu próprio governo. Então, o último dado que nós temos é de um crescimento de 612% do desmatamento em Brasília de 2023. E agora nós estamos na revisão do PDOT. E nós estamos numa mobilização muito grande da sociedade civil. Foram mais de 200 audiências, nós não perdemos nenhuma através do Fórum em defesa das águas, do clima e do meio ambiente. E é uma coisa muito preocupante, muito preocupante mesmo, porque a gente não sabe se vão respeitar o zoneamento econômico e ecológico, viu o secretário André Lima, feito na sua gestão, um zoneamento econômico e ecológico de Brasília muito, muito correto. Nós estamos com muito problema com o GDF em relação a isso e temos um problema em particular com a Terracap. E a Terracap tem um conselho que tem, se eu não me engano, 49% do governo federal. E a Terracap infelizmente é um dos órgãos que mais ajuda o desmatamento e a degradação em Brasília. Então, eu venho aqui fazer um apelo para que o Ministério do Meio Ambiente, dentro da legalidade republicana, obviamente, nos ajude nesse processo e reivindicar e propor, não está no script, mas depois a gente pode ver, o Ministério do Meio Ambiente precisa ter conselheiro na Terracap. Não pode ser conselheiro só de outras áreas que não entendem da questão ambiental, com todo o respeito aos

colegas que estão lá. Isso vai ser um passo fundamental para o controle do desmatamento e para uma política integrada. E nós estamos aqui na Capital Federal. E cobrar, mais uma vez, o que nós já reivindicamos, o retorno do IBAMA no Distrito Federal, que não tem ainda, parece que vai sair uma, não é, secretário, vai sair um escritório, não é, e o fortalecimento também do ICMBio, porque o ICMBio está muito desestruturado ainda, apesar dos esforços da atual gestão, nós precisamos fortalecer para ter mais membros funcionários públicos do ICMBio e também no IBAMA. Se não estruturar cada vez mais os órgãos ambientais, seja a nível de Estado Federal, seja a nível dos Estados e dos municípios, é difícil enfrentar essa lógica de desmatamento.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Obrigado, Pedro. Só para informar, nós temos concurso IBAMA e ICMBio sendo realizados e estamos avançando bastante. Realmente falta muito, mas é uma preocupação muito forte da ministra Marina Silva, da nossa gestão, fortalecimento do IBAMA e ICMBio, assim como o Serviço Florestal e do Ministério do Ambiente em geral. Na sequência, temos agora a apresentação da Larissa de Oliveira Constant Barros, assessora especial do Gabriel e da ministra Marina Silva, e que está à frente na liderança da organização da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Peço muita atenção dos senhores conselheiros, porque a viabilidade e o sucesso da Conferência Nacional do Meio Ambiente dependem fundamentalmente da colaboração e integração entre todos nós para fazer dessa conferência um sucesso que esperamos que seja. Por favor, Larissa.

A SR^a. LARISSA DE OLIVEIRA CONSTANT BARROS (Assessora Especial – GM/MMA) – Bom dia, boa tarde a todos e todas. Agradeço pela oportunidade de estar aqui com vocês. Agradeço pelo convite secretário, Capobianco, Marcela, doutor Daniel. Importante demais esse momento com vocês. Sei que não é um tema novo, que vocês estão acompanhando como CONAMA todo o processo de organização da conferência, inclusive, com representação do CONAMA na Comissão Organizadora Nacional. Mas eu acho que estamos num momento bem importante do processo de conferência, esse agora. Vivemos uma prorrogação de cronograma e estamos no momento de quase finalização do

prazo de convocação das conferências municipais. Então, esse diálogo com vocês hoje é bastante estratégico e eu peço o apoio de vocês. Já temos uma parceria muito forte com a ABEMA, a ANAMMA e com as tripartites estaduais que têm sido uma grande força nossa no processo de mobilização dos estados e municípios e também de várias organizações da sociedade civil que têm também cadeira na Comissão Organizadora Nacional e têm sido fundamentais a partir de suas atuações territoriais junto aos diversos segmentos para que a gente consiga se avançar até agora e consiga dar passos ainda maiores na realização da nossa conferência. Como vocês sabem, a nossa conferência nacional está acontecendo 11 anos depois da 4ª conferência nacional. Então, é um símbolo mesmo de um resgate desse processo de participação de escuta para que a gente consiga construir, rever, reorientar as políticas públicas baseadas nessa escuta da sociedade. Esse é o nosso tema da conferência nacional, o tema da emergência climática, o desafio da transformação ecológica, como não poderia deixar de ser, e temos trabalhado esses cinco eixos temáticos de mitigação, adaptação, preparação para desastres, justiça climática, transformação ecológica, governança e educação ambiental. Esses são os eixos que têm sido discutidos nas conferências municipais e livres, que já estão acontecendo por todo o Brasil. E a partir desses cinco eixos é que as propostas estão sendo elaboradas e priorizadas nessas conferências. Bom, eu falei, a gente teve uma atualização, vamos dizer assim, uma prorrogação no nosso calendário. É a segunda revisão que a gente faz no calendário, no cronograma das conferências. O primeiro foi feito ainda no primeiro semestre, porque nós tínhamos uma missão de realização da conferência nacional toda, de todas as etapas no ano de 2024, para que a gente conseguisse se dedicar com bastante foco à preparação da COP, em 2025. Mas, por conta do calendário eleitoral, tivemos que rever esse cronograma, que tinha sido inicialmente divulgado e que previa que as conferências municipais ou intermunicipais e as livres, elas estavam com a previsão de realização até dia 5 de julho. E, por conta já do clima pré-eleitoral e envolvimento das pessoas já nesse processo nos municípios, recebemos a solicitação de prorrogação e fizemos, então, a primeira prorrogação que foi colocando esse prazo para até 15 de dezembro, e a semana passada, a partir também de uma série de conversas e demandas que recebemos já inicialmente da própria Comissão Organizadora Nacional, em discussão nas

últimas duas reuniões, e reforçada por algumas demandas de estados e municípios e algumas organizações da sociedade civil, prorrogamos, então, essa etapa, a etapa municipal, intermunicipal e das livres, para realização até o dia 26 de janeiro de 2025. Mantivemos o prazo das estaduais para 15 de janeiro a 15 de março, e prorrogamos das municipais livres municipais e intermunicipais e livres para até 26 de janeiro de 2025, sendo que a convocação das municipais e intermunicipais é até dia 26 de dezembro e das conferências livres até dia 16 de janeiro. Então, é esse o cronograma que nós revimos e essa é uma novidade que eu gostaria de compartilhar com vocês, para que a gente possa readequar as nossas dinâmicas nos estados e municípios e organização da sociedade civil, de forma que a gente tenha um incremento na participação das populações, dos povos, das prefeituras, anunciar aos municípios que é possível ainda fazer essa convocação até o dia 26 de dezembro, para que a gente tenha um número maior de municípios envolvidos no processo de conferência e um número ainda maior de conferências livres sendo chamadas pelas organizações da sociedade civil em todo o Brasil. Bom, isso aqui são os documentos que nós disponibilizamos na Plataforma Brasil Participativo, então, está tudo disponibilizado lá, documentos básicos, manuais, passo a passo, o site do brasilarticipativo.gov.br/mma, lá vocês encontram todo esse material que está disponibilizado para facilitar a organização, a convocação, tem todos os modelos, inclusive, os relatórios de definição de propostas e delegações, está tudo disponibilizado nessa plataforma. É só aqui para dar uma ideia... meu Deus, do processo todo aqui, um desenho meio que partindo do documento básico já disponibilizado, poderão sair propostas, tanto das conferências livres como das municipais ou intermunicipais, cada uma dessas poderá escolher, discutir a partir do documento básico, elaborar propostas e priorizar 10 propostas por conferência, sendo duas propostas por cada um daqueles eixos que foram apresentados aqui e que seguem, então, para as conferências estaduais e para a distrital, no caso do Distrito Federal, e na discussão nos estados sairão como prioridade 20 propostas, sendo 4 por cada um dos eixos descritos e escolhidos para a discussão na conferência. E aí teremos, então, esse conjunto de propostas que virão das conferências estaduais para a discussão na etapa nacional que vai ser de 6 a 9 de maio de 2025. E o fluxo de eleição das delegações, que pela primeira vez nós teremos a escolha por conferência livre

de uma pessoa delegada, então, cada conferência livre vai poder escolher uma pessoa que será representante e que levará as propostas aprovadas na conferência livre para a etapa nacional diretamente, terá um limite no número dessas delegações, então, nós teremos 300 pessoas que virão das conferências livres para a etapa nacional, caso a gente tenha um número maior de conferências livres realizadas nesse período, a Comissão Organizadora Nacional vai definir critérios para fazer a composição dessas pessoas, dessas delegações que virão para a etapa nacional a partir das conferências livres, é a nossa participação horizontal e a participação ascendente, que segue o fluxo tradicional a partir das municipais estaduais e nacional. Temos essa representação aqui, é o que teremos na conferência nacional, é a partir desse processo todo de escolha e delegação, nós teremos esse desenho e essa composição na etapa nacional, de 50% representação na sociedade civil, 30% do setor privado e 20% do setor público. Eu já gostaria de fazer aqui um primeiro apelo para vocês, eu acho que a gente tem um desafio grande que é de trazer o setor privado para essa conversa. Nós não temos o entendimento de que os avanços que vão acontecer a partir dos resultados da conferência precisam ter o olhar a participação, a colaboração e as proposições também feitas e priorizadas pelo setor privado e para isso o setor privado precisa também se organizar e participar desde a etapa municipal, passando pelo estadual para chegar na nacional. Então, a gente, sei que tem representação no CONAMA, do setor privado, então, gostaria de fazer esse convite e esse pedido para que vocês possam acionar nos estados as representações para que se envolvam tanto na comissão organizadora estadual para que ativem o setor nos estados e nos municípios para que participe da etapa municipal, imagino que nas capitais e nos municípios maiores, enfim, onde estiver inserido que possa participar sair como delegado para estadual, participe da estadual que integre e agregue nesse diálogo, nessa construção as suas proposições para que a gente tenha uma composição como essa esperada na etapa nacional. Aqui é mais um quadro dos delegados, da delegação, tamanho da delegação de cada estado na etapa nacional que foi feita uma composição a partir do critério populacional. Teremos 1.110 delegados que virão nessa construção ascendente e 300 da sociedade civil, das conferências livres. E aqui é mais um mapa, atualizado hoje de manhã, um quadro de como estamos em relação à convocação das conferências

estaduais. Nós temos na região Norte ainda alguns estados que não convocaram, mas esses estados já sinalizaram, inclusive, a previsão de data das suas conferências, ou seja, estão no processo final de elaboração dos seus regimentos, do documento de convocação. Então, estamos muito, muito felizes que de ontem para hoje, inclusive, a partir da reunião que tivemos junto com a Comissão Tripartite Nacional, já tivemos várias sinalizações desses estados de que, olha, estamos nos organizando, finalizando nossa convocação, vamos publicar e a data vai ser X. Então, nós temos ali várias datas mesmo de estados que ainda não publicaram a sua convocação e os estados estão amplamente mobilizando os municípios amplamente para que a gente tenha aí um número de municípios grande envolvido com as discussões.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Mesmo o Taveira do Amazonas? Você está brincando? Puxa vida.

A SR^a. LARISSA DE OLIVEIRA CONSTANT BARROS (Assessora Especial – GM/MMA) – O Taveira já entrou online dizendo, eu já tenho dado. Já temos, sim, já avançamos bem, certamente teremos.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Cobrar os estados estão aqui, olha. Olha só os estados vermelhos aí.

A SR^a. LARISSA DE OLIVEIRA CONSTANT BARROS (Assessora Especial – GM/MMA) – Mas é por isso mesmo que a gente tem que trazer o Amazonas, por esses problemas vividos que a gente precisa de ter todos aqui. A gente tem uma expectativa, uma sinalização, não é mais expectativa, de que teremos até a semana que vem 100% dos estados com a convocação publicada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – E Santa Catarina aí, como é que está?

A SR^a. LARISSA DE OLIVEIRA CONSTANT BARROS (Assessora Especial – GM/MMA) – Santa Catarina foi o primeiro estado a convocar a conferência estadual.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bem. Parabéns, Santa Catarina. Está perdoado o pedido de vistas.

A SR^a. LARISSA DE OLIVEIRA CONSTANT BARROS (Assessora Especial – GM/MMA) – O Espírito Santo ainda não convocou, mas também já sinalizou que está em fase final.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Onde está o Rigoni? O Rigoni estava aí. Não vai ficar nem vermelho o Rigoni. A gente saiu agora.

A SR^a. LARISSA DE OLIVEIRA CONSTANT BARROS (Assessora Especial – GM/MMA) – Mas é isso, gente. A gente tem um quadro muito, muito, muito favorável. A gente está realmente feliz. Estava até emocionada. Estava na reunião, não é, Marcela? Da coordenação executiva. Falei, gente, eu estou... começaram a aparecer um monte de convocação, convocação, publicação, conferência, isso, isso, isso, os cards e tal. Eu comecei a me dar uma emoção, assim. Meu Deus, está acontecendo. Que maravilha, não é? A gente tem tanto desafio no começo do processo e ver tudo acontecendo realmente é gratificante. Aqui é mais para dar uma geral, assim, até para fazer um outro alerta e um outro pedido a vocês. Nós temos convocadas, então, 17 conferências estaduais e uma realizada. Os nove estados ainda não convocaram, mas estão em vias de. E o que é que nós temos aqui em relação às conferências municipais é que nós temos na plataforma Brasil Participativo que todas as conferências municipais ou intermunicipais livres e estaduais precisam, precisam, precisam mesmo, assim, pela questão da sistematização das propostas, rastreamento das propostas que vão chegar nas conferências estaduais e nacional, elas precisam estar cadastradas na plataforma Brasil Participativo. Isso está em todos os nossos manuais, orientando, fizemos tutorial. E, praticamente, a metade ainda não fez isso. Então, nós temos mais, já chegamos a mais de mil municípios

mobilizados e com conferências convocadas ou já realizadas e apenas 510 registros de conferências ou atividades na plataforma Brasil Participativo. A gente precisa que os demais façam esse cadastro. Então, eu peço junto a esse reforço na mobilização dos seus estados e organizações que também façam esse alerta e esse pedido, por favor, para que a gente tenha todo o processo e todas as propostas com o endereço. Essa proposta, ela saiu daqui, ela passou por ali e a gente só vai conseguir dar essa segurança se todos os municípios realmente fizerem o cadastro, tanto da realização da conferência como de subir esses dois formulários, que é um formulário com as propostas priorizadas por eixo, outro formulário com as delegações que foram escolhidas para participar da etapa seguinte. Então, esse é um pedido também que a gente faz a vocês.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Se a gente pudesse concluir, eu agradeço, Larissa.

A SR^a. LARISSA DE OLIVEIRA CONSTANT BARROS (Assessora Especial – GM/MMA) – Obrigada, gente. Muito obrigada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bem. Nós combinamos. Parabéns pelo trabalho e pela colaboração. Parabéns a todos nós pelos avanços aqui relatados. Eu não vou abrir para perguntas daqui, porque imagino que não haja, porque nós já vamos direto aqui para a apresentação dos relatórios. Relatório Anual do Acampamento de Qualidade do Ar, relatório do Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas e também já a Thaianne Rezende, nossa diretora da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Floresta Ambiental, vai fazer essa apresentação. Já chamo também Eduardo Rocha para apresentar o relatório anual de coleta de óleo lubrificante. Acredito que nós, segundo o que foi informado, precisamos de cerca de 15 minutos para apresentar os relatórios. Então, podemos dar início a isso, por favor. Thaianne.

A SR^a. THAIANNE RESENDE HENRIQUE FÁBIO (Secretária Nacional do Meio ambiente Urbano e Qualidade Ambiental – Substituta) – Bom dia a todas, a todos.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Boa tarde, já.

A SR^a. THAIANNE RESENDE HENRIQUE FÁBIO (Secretária Nacional do Meio ambiente Urbano e Qualidade Ambiental – Substituta) – Ah, não almoçamos, não é? Boa tarde a todas, a todos. Bom, enquanto vai colocando, não tem problema. Esse ano foi um ano muito importante para a parte de qualidade do ar. Temos agora uma lei que institui a Política Nacional de Qualidade do Ar aqui nessa casa, no CONAMA. Atualizamos a resolução 491 dos padrões, que agora é 516. Então, esse é um ano de muita... ah, cadê o [ininteligível]? De muitas vitórias para essa agenda. Obrigada. Já informo também que a análise de pagos regulatório do PRONAR já foi enviado. Então, com um trabalho excelente que nossa equipe fez. Já agradeço aqui a equipe do departamento de qualidade ambiental, que é excelente. Realmente é o melhor departamento pela diretora, que é muito bom. Nossa, não posso falar isso. Estou substituindo o secretário, não é? Então, tenho que falar de todos os departamentos da secretaria. Bom, o relatório, gente, anual de acompanhamento da qualidade do ar, ele foi elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, em conjunto com, através de um TED, um Termo de Execução Descentralizada, com a Universidade Federal de Santa Catarina, que eu agradeço. Muito bons pesquisadores, bolsistas, que fazem a comunicação com todos os outros especialistas do Brasil. O conteúdo do relatório, ele está exposto aqui, então, método de coleta de informações, governança sobre a qualidade do ar no Brasil, rede de monitoramento, poluentes monitorados, completude dos dados e violação dos padrões, área de cobertura do monitoramento, perspectivas para ampliação da rede e a comunicação e divulgação dos dados. E tem também publicações científicas. É claro que, em respeito ao almoço de vocês, não vou passar por todos esses itens, mas é importante destacar alguns. O método de coleta das informações, tivemos duas abordagens. Uma de pesquisa das homepages das OEMAS e também uma aplicação de questionários às Unidades de Federação, no qual, aqui, agradeço, tivemos 100% de retorno. Isso é um marco, sim, realmente histórico, de todos as Unidades de Federação nos responderem e responderem tudo, realmente, com informações de características de rede de monitoramento, a divulgação e

disponibilização dos dados, a interligação com o monitorar, quem não tiver no seu aplicativo ou no seu celular, baixe. Temos também, então, esse aplicativo que mostra os dados em tempo real, do monitoramento da qualidade do ar, e elaboração e divulgação de relatórios de avaliação de qualidade do ar, planos de controle de emissões e o inventário de emissões atmosféricas. Bom, esses mapas aqui, eles estão mostrando a distribuição espacial da nossa rede de monitoramento. O primeiro, aqui, o do lado esquerdo de vocês, ele está destacando as estações ativas e inativas, e já do lado direito, as de referência e as indicativas. As de referência são aquelas realmente certificadas, são bem mais caras, realmente, mas são calibradas, que a gente pode confiar no dado 100%. E as indicativas são muito boas também, mas precisa de uma de referência para calibrar, enfim, tem tudo isso. Aqui eu quero só fazer um destaque, então, para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, que possuem mais de 45 estações de monitoramento de referência, número muito alto, muito bom, e Amazonas e Acre, que possuem rede de monitoramento baseada em sistema de medição de baixo custo e indicativo. Bom, aqui só ampliando um pouquinho, mostrando a disposição espacial das estações em cada região, com destaque para o Sudeste, que tem as estações de referência, e aqui é um comparativo de 2023 e 2024. Então, a gente teve aqui, atualmente temos 385 estações de referência e 94 indicativas, tivemos um aumento de 27 estações de referência em relação a 2023 e 57 estações indicativas. É um ótimo avanço. Bom, dos poluentes monitorados, temos 26 poluentes que são monitorados. O parâmetro mais monitorado é o material particulado 10, que é realmente um indicador muito bom, para a parte de saúde, o ideal 2,5, mas é muito bom ter esse nível de monitoramento aqui no Brasil. Bom, quando a gente fala em completude dos dados, a gente está referindo o número de dias de monitoramento válidos e manutenção permanente da rede. Então, aqui eu destaco para vocês a região Sudeste, novamente, que tem uma maior quantidade de dias válidos, monitorados. É um indicativo, que mostra que o Estado tem mais estrutura para manutenção adequada, porque a gente sabe que não é fácil manter estações de monitoramento. E o número de violações. A região com maior número de excedências, aqui a gente está falando de violação dos padrões de qualidade do ar. O padrão intermediário 1, que é o que estamos. Lembrando que em janeiro já entra o 2 e o padrão final. E aqui a

gente mostra que a gente destaca, então, cinco estações de monitoramento, onde tem a maior violação. E no Sudeste tem a predominância bem grande em São Paulo e em Minas Gerais. Mas assim, está associado a uma maior densidade de cobertura da rede. É onde mais tem rede também. Então, não pode relacionar é onde mais tem violações, é porque está pior. Não, é porque realmente é onde mais tem estações. E agora levando aqui se a gente for olhar a área de cobertura do Brasil, a gente já tem apenas, numa cobertura de estações de referência, 0,22%. E de cobertura das estações indicativas, 0,07%. Ou seja, a gente está com 0,29% de monitoramento, numa cobertura, numa área total. Se a gente for pegar a área urbana, já melhora um pouco. Já temos 38% de cobertura com as estações de referência e 13% indicativa, totalizando, então, 50%. Podemos melhorar, mas estamos no caminho. Já chegando no fim, a população coberta pelo monitoramento, quando a gente compara em estações de referência, a gente está falando de 25% da população que tem uma cobertura de monitoramento e qualidade do ar e só 3% é atendido por estações de monitoramento indicativas. Eu vou dar um destaque aqui para o Distrito Federal, que representa a maior população coberta pelo monitoramento, com 100% de cobertura e Rio de Janeiro e São Paulo, atendendo 74% e 59%, respectivamente. No relatório, vocês vão ver isso com muito mais detalhes, estou bem passando aqui, só para passar mesmo. As áreas urbanizadas são as mais monitoradas no Brasil. Faço o destaque de novo. São Paulo, Mato Grosso, Goiás. Quando a gente fala de áreas agropecuárias e florestas, Santa Catarina, Amazonas, Acre e Pará são os que mais têm o monitoramento comparando com os do solo. Como eu falei, a maioria das estações estão instaladas em locais urbanizados. São 326. Indicando que elas provavelmente servem para avaliar o efeito da poluição na saúde humana. E é onde a gente usa mesmo muitos desses dados. Bom, com perspectiva de ampliação da rede, nove estados têm projetos já para expandir as redes de referência equivalentes. Aqui a bandeirinha deles. Em manutenção, três estados estão com uma perspectiva de manutenção e dois com reativação de estações. Então, a gente vai ter um aumento. É modernização. Modernização, manutenção e modernização. Que são os três. Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais que informaram que estão com essa perspectiva. E dois para reativação, o Acre e Ceará. 39 estações de referência ou equivalentes estão com perspectiva no próximo ano de serem aumentadas e

140 indicativas. A gente gostaria de colaborar muito mais com isso, com o Fundo Amazônia e com as compensações com a conversão de multas. Já peço um pedido aí, uma análise bem prioritária nesse ponto, porque é importante demais a gente ter uma rede de monitoramento na região amazônica e na conversão de multas para o Centro-Oeste. Bom, por fim, comunicação e divulgação sobre qualidade do ar nos estados. Apenas, gente, oito estados possuem relatórios com a abrangência estadual realizada pela respectiva OEMA. Três unidades da federação elaboram um plano de controle de emissões atmosféricas. E oito estados declaram possuir um inventário de alguma fonte de emissão de poluentes atmosféricos. A expectativa, com a Política Nacional de Qualidade do Ar, com todo o trabalho que a equipe está fazendo, é que a gente aumente isso, que a gente passe, eu falo que a gente tem que passar dessa fase de monitorar e agora para agir, para a gente realmente ter uma qualidade do ar melhor. Bom, no mais, agradeço a atenção de vocês por essa parte. Aqui está nosso e-mail do departamento. Ficamos à disposição. Obrigada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Pode continuar. Aliás, eu cometi um erro, anunciei a Thaianne Rezende como diretora, mas ela é diretora, mas no momento ela está como secretária substituta de Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental.

A SR^a. THAIANNE RESENDE HENRIQUE FÁBIO (Secretária Nacional do Meio ambiente Urbano e Qualidade Ambiental – Substituta) – Sim, o Adalberto está lá trabalhando até agora, meia noite lá.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – O Adalberto se encontra na negociação de plásticos, tentando ajudar que seja possível aprovar um acordo internacional para lidar com o problema dramático dos plásticos, que hoje constitui um dos maiores problemas de poluição ambiental do planeta. Mas seguindo, Thaianne.

A SR^a. THAIANNE RESENDE HENRIQUE FÁBIO (Secretária Nacional do Meio ambiente Urbano e Qualidade Ambiental – Substituta) – Está bom.

Obrigada. E também, esquecendo, não esquecendo, sou também com muito orgulho analista ambiental, além de diretora e secretária substituta. Bom, trocando, então, agora o chapéu na coordenação de substâncias químicas, esse ano também foi muito especial para nós, Capobianco, que secretário, a gente teve, então, a Política Nacional de Qualidade do Ar e tivemos também há poucos dias atrás aprovado o marco de substâncias químicas. Então, a legislação que institui mesmo a obrigação do inventário de substâncias químicas. Então, realmente o departamento esse ano se realizou em legislações. Bom, o projeto PCB responsável, para quem não tem conhecimento, enfim, da área, não vou entrar muito aqui nesse detalhe, mas a substância, o PCB, ele é chamado também de Ascarel. Então, se consegue colocar play, que é muito melhor a gente desenhar do que eu explicar.

[Apresentação de vídeo]

A SR^a. THAIANNE RESENDE HENRIQUE FÁBIO (Secretária Nacional do Meio ambiente Urbano e Qualidade Ambiental – Substituta) – O convite já deu para mostrar que não é um problema novo. Estou vendo aqui a Ceicilene. Quantos anos a gente já está trabalhando com isso? O Ministério do Meio Ambiente e o Ministério de Minas e Energia. É um problema muito grande, porque transformadores a gente tem milhares distribuídos pelo país e que duram muito tempo. E quando você vai trocando o óleo, você vai contaminando outros. Então, é um problema muito grande e a gente conta com esse auxílio do PNUD e com o recurso do GEF. É um projeto na ordem de 9,6 milhões de dólares. Então, é um recurso bem considerável para a gente atingir esse objetivo. E aqui, gente, eu quero só informar alguns dados muito importantes. 2024, legalmente, foi o prazo para declarar o estoque no Inventário Nacional de PCBs. Capobianco, era hoje meia-noite, finalizou o prazo. Então, a gente está trazendo os dados aqui superatualizados para vocês em primeira mão. E temos o prazo, então, em 2025, já não pode mais ter nenhum equipamento com PCB. Então, tem que ter sido retirado de uso até 2025. E eliminado, então, eliminar todo o PCB até 2028. O projeto que é aqui, eu já aproveito para agradecer muito a equipe, a coordenadora, está aqui a Camila Borchardt, toda a equipe, a Anísia, a nossa coordenadora técnica, peço desculpas a coordenadora Caíssa, na parte de

qualidade da água, e o Luiz, que está aqui, e o Daniel, enfim, Mirian, que trabalharam muito nesse tema de qualidade do ar. E a parte aqui da segurança química. Bom, gente, o que eu trago para vocês aqui é a parte do Inventário Nacional. Tivemos a contratação da Interação Ambiental, que auxiliou bastante nesse contato com os empreendimentos. E aqui são todas as nossas missões. A gente está falando de pelo menos 15 mil toneladas de material contaminado de PCB e resíduos descartados. E 18,8 milhões de pessoas beneficiadas. Como bem falou no vídeo, é um poluente orgânico persistente. Então, assim, é uma substância que demanda realmente esse nosso trabalho, nossa dedicação. Bom, a mobilização para o preenchimento desse inventário foi imensa. Foram quase 19 mil contatos realizados com potenciais detentores, 10 mil empresas contatadas, 529 atendimentos realizados via helpdesk. Gente, é pegar na mão mesmo. A gente decidiu, isso não estava no projeto, a gente decidiu, vamos pegar na mão. Vamos ligar, até contato de WhatsApp a gente fazia. Olha, você não sabe como aplicar o inventário? Não. Vamos lá, vamos fazer juntos. Então, foi um helpdesk para ter o sucesso que foi nesse inventário. Várias reuniões bilaterais, com o setor elétrico, com as áreas sensíveis, e aqui, gente, eu faço um adendo. Então, assim, hospitais, universidades, vai ter um tratamento totalmente diferenciado mesmo, é onde a gente vai ajudar praticamente, sim, 100% na destinação, que, assim, são consideradas áreas sensíveis, que não tem uma expertise para fazer o tratamento disso. Já o setor elétrico já vem trabalhando com isso há muito tempo, mas que são bem parceiros. Aqui, as associações setoriais, as indústrias foram muito parceiras, assim, em todo o tempo desse projeto. Bom, e aqui, por fim, temos os dados recentes, então, são dados preliminares, a gente vai ter que revisar, analisar dado a dado aqui, mas já passo para vocês que temos inventariado 254 mil toneladas de PCB já destinados e 348 mil toneladas de PCB a destinar. Foram 613 inventários submetidos dentro do nosso sistema, então, mostra o desafio que a gente tem. A gente tem recurso para 15 mil toneladas e temos 348 mil toneladas para destinar. Então, a gente vai ter que fazer, assim, uma mágica, mas que com muita determinação, não é, a gente vai conseguir alcançar. Porque, assim, não é uma obrigação nossa, mas aí é uma obrigação nossa como país parte. E eu, pessoalmente, como ponto focal da Convenção de Estocolmo, fazer dar certo. Então, mesmo que o projeto tenha 15 mil toneladas, o nosso objetivo é o quê?

348 mil toneladas destinadas. Então, a gente está falando de massa também, não é só do líquido. Mas é isso, agradeço muito vocês e toda a equipe que está por trás dessa apresentação e desse projeto. Obrigada.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito obrigado. Daiane, eu acho que é um... os dois, as duas apresentações mostram um esforço enorme de atuação do sistema ambiental brasileiro para enfrentar duas questões centrais que foram muito bem apresentadas. Passo de imediato aqui ao Eduardo Rocha, para fazer a apresentação do relatório anual de coleta de óleos lubrificantes usado ou contaminado. Trata da resolução CONAMA 362 de 2005. Almoço? Almoço? Tantas coisas importantes para resolver, você quer almoçar? Não, brincadeira. A ideia é que após... Como ele vai terminar, a previsão era uma apresentação rápida, vai ser um relatório muito rápido, que vai ficar disponível. Aliás, todo esse material está disponível para análise e as equipes, nossas equipes estão à disposição para esclarecer, aprofundar e tirar qualquer dúvida de vocês. Eu vou pedir ao Eduardo uma apresentação rápida, conforme disse a Daiane. E aí nós interrompemos para o almoço e voltamos para dar sequência às apresentações finais. Mais uma apresentação e o debate sobre a composição do CONAMA. Por favor, Eduardo.

O SR. EDUARDO ROCHA DIAS SANTOS (Diretor do Departamento de Gestão e Resíduos) – Obrigado, secretário Capobianco. Bom dia a todos e a todas. Sou Eduardo Rocha, diretor do Departamento de Resíduos. Trabalho na Secretaria de Qualidade Ambiental, da Secretaria do Substituto Daiane, secretário Adalberto, que está lá na Coreia, como foi dito. Hoje é uma satisfação estar aqui, poder apresentar e reportar o CONAMA, os resultados dessa Resolução 362, que trata de óleo lubrificante. Enaltecer o trabalho do CONAMA, que estruturou desde a sua história, todo o marco legal para a área de resíduos. Então, a gente monitora resoluções de pilhas e baterias, diversas resoluções de produtos perigosos, que precisam ter um adequado gerenciamento de resíduos. E no dia de hoje eu trago aqui de óleo lubrificante, o relatório anual que a gente produz em parceria com outros órgãos. Nesse contexto, a gente tem nessa resolução grandes parceiros, a Agência Nacional de Petróleo, ela é responsável

também por regular esse setor. O Ministério de Minas e Energia, a gente elabora regulamentos de maneira conjunta, para ter os resultados que estão sendo alcançados e as metas estabelecidas. Então, todo óleo lubrificante, ele deve ser recolhido e destinado adequadamente. Esse mecanismo foi estruturado por meio de entidades gestoras, que hoje a gente chama de logística reversa. Então, o CONAMA já fazia regulamentos de logística reversa, sem usar o nome logística reversa, muito antes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em 2010. Então, esse sistema de logística reversa de óleo lubrificante, ele envolve uma série de atores e é representado pelo Instituto Jogue Limpo. O Instituto Jogue Limpo organiza todo esse sistema e centraliza esse fluxo de materiais, de óleo e do seu reaproveitamento. Em que medida a gente avança no setor de óleo lubrificante? Então, é um setor que ainda depende de capacidade de processamento e de reciclagem, que a gente chama de rerrefino do óleo. E existe já um conjunto de metas, que é estabelecido desde a resolução CONAMA, que iniciou com 30% e a gente tem um horizonte de alcançar até o limite da produção de óleo, mas eu vou explicar que existe um limite técnico, porque alguns tipos de óleo e algumas aplicações do óleo, o óleo é queimado, o óleo fica no motor, o óleo não é passivo de ser reciclado, porque ele não volta para o sistema. Então, as nossas metas hoje elas estão em um patamar de 47,5% a previsão de 2023 e o Brasil alcançou, bateu a meta, a gente alcançou 49,05% do óleo lubrificante. O horizonte potencial não é 100%, como eu expliquei, porque na ordem de 30% é o que fica sem a capacidade de recolhimento. Então, essa meta relativa é maior do que esse número que está apresentado aqui de maneira estática. Então, o que não é contabilizado? Pulverização agrícola, óleo que vai em corrente de motosserra, óleos industriais que ficam no produto, para estampagem, aqueles equipamentos que manuseiam ferro, fazem a moldagem, motor de dois tempos que não precisa trocar o óleo, solúveis fabricados a base de asfalto e aquilo que é exportado. Então, tudo que é fabricado como óleo se é exportado e isso obviamente não vai entrar na meta de recolhimento. Bom, hoje a gente tem 88 instalações autorizadas pela ANP a fazer recolhimento de óleo e processamento. Então, a gente tem a distribuição geográfica dessas instalações. Como tudo na área de resíduos acaba concentrando bastante no parque industrial principal no Sudeste. E aí a gente vai mostrar aqui adiante que está existindo uma melhoria relativa nas outras regiões. Então, você observa a série histórica que a região

Nordeste passa a ter uma contribuição maior na coleta e no refino, mas a gente tem ainda um número insuficiente de plantas de reciclagem de óleo lubrificante na região Nordeste, na região Centro-Oeste e na região Norte, como outras cadeias de logística reversa também. Então, isso requer uma política também industrial, então, a reciclagem passa muito pela valorização do resíduo, a partir do momento que o resíduo passa a ter mais valor, mais é a presença dele de reciclagem. Então, a gente tem trabalhado muito em incentivos fiscais, a gente tem agora a lei de incentivo à reciclagem, que a gente coloca a possibilidade de os setores de reciclagem captarem dinheiro por meio de projetos e deduzirem do imposto de renda, então, é uma possibilidade de a gente melhorar esses números, que já estão batendo meta, mas a gente quer que chegue no 100%. E com o vencimento das metas de 2023, a gente fez um estudo de impacto regulatório, junto com o Ministério de Minas e Energia, e que deu os cenários possíveis de ampliação desse processo de reciclagem com o parque previsto de instalação das indústrias de rerrefino. Então, a gente tem um acréscimo de metas, as metas vão subindo, mas isso ainda fica com algumas restrições por conta dessas instalações que são caríssimas, essas plantas de rerrefino. Então, os desafios são ampliar essas instalações, ampliar a malha de coleta no Nordeste e, obviamente, o uso de novas tecnologias para o aproveitamento desse óleo. Então, esse foi o resumo da Resolução 362. Obrigado pelo tempo de vocês, eu agradeço.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Só fazer uma pergunta, desculpa. Voltando ao slide anterior, só para entender, só para esse número, quer dizer, a meta até 2027 seria de 50,9%, nós já estamos em 49?

O SR. EDUARDO ROCHA DIAS SANTOS (Diretor do Departamento de Gestão e Resíduos) – 49,05.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, nós já estamos praticamente lá. Agora, você disse que, só para entender, o potencial de reciclagem é na faixa até 70% do óleo.

O SR. EDUARDO ROCHA DIAS SANTOS (Diretor do Departamento de Gestão e Resíduos) – Do comercializado.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Esse aí é o comercializado também, não é? Ou esse aí é o total do reciclável? Isso que eu não entendi.

O SR. EDUARDO ROCHA DIAS SANTOS (Diretor do Departamento de Gestão e Resíduos) – Não, esse é o total em relação ao comercializado. Então, hoje o 49,5% é mais do que isso.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Não, entendi, mas eu quero dizer o seguinte, a gente não consegue chegar acima de 70%, nem que tivesse um sistema totalmente bem estruturado? Esse número não seria superior a 70%?

O SR. EDUARDO ROCHA DIAS SANTOS (Diretor do Departamento de Gestão e Resíduos) – Esse número não seria superior, porque muito é queimado, fica nos equipamentos, então, existe um teto.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Entendi. Não, é só para ver que não é que a meta, o ideal seria 100 e nós chegaríamos a 50,9%. Na realidade, o ideal seria 70 e nós estamos nos complementando a 5,9% até 2027. É isso, não é?

O SR. EDUARDO ROCHA DIAS SANTOS (Diretor do Departamento de Gestão e Resíduos) – É isso mesmo, é isso mesmo. Oi? É, o que exportado sai dessa conta. Eu não sei te dizer agora, no painel da ANP a gente tem todas essas informações. Que no relatório lá tem até os links, as informações todas. Mas a gente nesse desempenho a gente com o estudo de impacto regulatório que a gente fez, Brasil está no nível de países da Europa, de países desenvolvidos em relação ao recolhimento do óleo. Recebi hoje uma notícia de uma parceira que o Chile está se inspirando na resolução CONAMA aqui, 362,

e está implantando esse sistema para começar a valer em 2027 lá no Chile. Então, a gente está muito bem posicionado nesses termos aí da legislação.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Muito bom, muito obrigado então.

O SR. EDUARDO ROCHA DIAS SANTOS (Diretor do Departamento de Gestão e Resíduos) – Obrigado pessoal.

O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Então, a minha proposta agora nós teríamos mais uma apresentação que seria extremamente relevante, porque gerou muito debate na imprensa que é a questão das nossas novas NDCs que foram apresentadas, foram anunciadas pelo presidente Lula na sexta-feira que antecedeu o início da COP29 em Bacu e depois foram formalmente entregues pelo vice-presidente da República juntamente com a ministra Mariana Silva para o secretariado da Convenção de Mudança do Clima lá durante a COP29 em Bacu. Então, o Aloísio Lopes vai fazer essa apresentação, mas eu vou propor, então, que a gente interrompa para o almoço agora. Agora são 13h07 e que a gente possa voltar em uma hora, acho que uma hora está bom, não é isso? Então, voltamos às 14h15. 14h15 retomamos com a apresentação da nossa IDC e com a discussão sobre a mudança na composição do CONAMA. Até breve. Obrigado a todos. Bom apetite.

1 **SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
2 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom dia a todos e a todas. Nós teremos a
3 Secretária no online, ela teve... Por conta dessa mudança da data, a gente não conseguiu
4 a presença dela, mas ela fará a entrada logo mais aqui agora. Tudo bem? Seja bem-
5 vinda. Tudo joia? Konmannanjy, bem-vindo. Sandra, Ricardo, Pacheco, Márcia, doutor
6 Bruno Nunes, o paladino da bioeconomia nacional. A gente teve em uma apresentação
7 muito legal do EMBRAPII na semana passada aqui, que impressionante, que
8 impressionante. Parabéns. A gente tem que aproximar o EMBRAPII com CGen, com a
9 Câmara setorial das empresas também para aproveitar esse instrumento que é realmente
10 impressionante. Falaram novamente daquela maquininha que você comentou que usa a
11 semente do açaí como combustível para fazer o açaí liofilizado. Eu já vou começar para
12 a gente valorizar o tempo de todos, embora gente tenha agendado uma reunião para 2
13 dias, eu acredito que a gente consiga terminar isso tudo hoje, até porque a nossa pauta
14 deliberativa são dois instrumentos, mas não necessariamente menos complexos. Eu vou
15 seguindo aqui a ordem do dia, quando a Secretária entrar ela faz uma apresentação
16 também. Bom, abertura da décima reunião ordinária do comitê gestor do fundo nacional
17 para repartição de benefícios. Instalação dos trabalhos, leitura e a aprovação da pauta
18 da 10ª Reunião Ordinária. Pergunto se há alguma sugestão de pauta? Não vejo pedidos.
19 Aprovamos a pauta então. Aqueles que forem favoráveis à aprovação da pauta, levantem
20 os seus prismas. Votam favoravelmente, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da
21 Agricultura, MDS, MCTI, Funai, IPHAN, CNPCT, CONSEA e SBPC. Votos contrários?
22 Não há votos contrários. Abstenções? Não há abstenções. A pauta foi aprovada com 9
23 votos favoráveis e nenhum voto contrário. Agora vamos ao segundo item da pauta. A
24 aprovação da ata da 9ª Reunião Ordinária. Abro a palavra a Conselheiros que queiram
25 fazer sugestões à ata. Não há pedido de palavra. Eu vou encaminhar para a votação.
26 Aqueles que são favoráveis à aprovação da ata da 9ª reunião, levantem os seus prismas.
27 Votam favoravelmente, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, Ministério
28 do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MCTI, Funai, IPHAN, CNPCT, CONSEA
29 e SBPC. Só um minutinho. Vê se você consegue falar com a gente agora, chefe. Só o
30 microfone que está mudo, na verdade. Está bem. Onde eu estava? Votos favoráveis, não
31 é? Votos contrários? Vota contrário, Pacheco? A Funai mantém o voto. Vamos lá, votos

32 contrários? Não há votos contrários. Abstenções? Não há abstenções. Ata da 9ª reunião
33 aprovada com 9 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Muito
34 bem. Só para informar que a Secretária nos acompanha aqui no online, e assim que você
35 quiser pedir a palavra, Secretária, fique à vontade, estamos à disposição, está bom?
36 Obrigado. Se tivermos sorte nossa eficiência e na nossa capacidade de construção de
37 consensos, não será necessária a reunião amanhã. Então, vamos torcer para a nossa
38 capacidade de síntese e consenso. Então, entramos no próximo item da pauta, ordem do
39 dia e aqui vou fazer um comentário geral antes de entrar em cada um dos itens. A nossa
40 pauta, ela está diminuta em termos de substância, em termos de itens, mas substantiva
41 em termos de importância, a rigor, nós incluímos aqui um item de criação de um prêmio,
42 mas aqui a rigor é a proposta de nós enquanto Secretaria-Executiva do Comitê Gestor
43 estamos sugerindo ao Comitê Gestor do Fundo que se aprovado, na próxima reunião nós
44 traremos, de fato, a proposta elaborada determinado pelo Comitê Gestor. Colocamos
45 esse item primeiro, porque caso exista o entendimento do Comitê gestor da importância
46 da criação desse prêmio, ele tem que estar previsto no plano quadrienal do Fundo
47 Nacional de Repartição de Benefícios e nós inserimos uma proposta lá de execução
48 orçamentária para uma linha de conhecimento tradicional associado, que é exatamente
49 a criação do prêmio e aí sem entrar também no mérito dos itens, o nosso grande desafio
50 hoje, se tivermos sucesso, hoje e amanhã, se tivermos muito debate, é aprovação do
51 plano quadrienal recordando que o plano quadrienal, ele prevê as receitas, os
52 desembolsos e, no nosso caso, a gente previu também alguns itens a mais, inclusive, por
53 força das sugestões que foram colhidas na última reunião até a própria Conselheira
54 Márcia Muchagata fez uma sugestão de a gente incluir no plano a projeção de entrada
55 das receitas do Fundo, que não estava inserida e isso agora já consta lá. Então, sem
56 mais delongas, eu vou entrar no item 3, análise e deliberação sobre proposta de criação
57 de prêmio em reconhecimento das organizações guardiãs da sociobiodiversidade. Todos
58 receberam a proposta e em linhas gerais nós temos um recurso segregado, como nós
59 sabemos, nós temos os recursos que são segregados na entrada do Fundo. O banco
60 quando recebe os pagamentos consegue segregar o recurso que é oriundo do patrimônio
61 genético, separado do recurso que é oriundo do conhecimento tradicional associado e,
62 por sua vez, dá aquele recurso oriundo de patrimônio genético obtido de coleções *ex situ*

63 os três têm tratamento diferenciado pela Lei e por isso a nossa programação, nosso
64 prêmio quadrienal também diferencia os desembolsos, conforme essas três grandes
65 linhas: Patrimônio genético; conhecimento tradicional associado; e coleções *ex situ*.
66 Particularmente sobre a proposta de prêmio, nós fizemos uma discussão interna aqui na
67 Secretaria de Bioeconomia sobre qual seria o instrumento que nos permitisse repassar,
68 repartir os benefícios oriundos do conhecimento tradicional associado de uma maneira
69 rápida, mas que ao mesmo tempo garantisse que aquelas organizações que sejam
70 beneficiadas por essa repartição tivessem, de fato, com algumas aspas aqui, legitimidade
71 com base em critérios e a tendência do que seria a ideia da repartição de benefícios.
72 Então, inspirados no edital que a Funarte lançou recentemente do prêmio das mestras e
73 mestres de saber, nós entendemos que o caminho rápido, o caminho efetivo para se
74 fazer esse desembolso dos recursos da repartição de benefícios dos conhecimentos
75 tradicionais associados seria criar um prêmio que reconhecesse a trajetória das
76 organizações de base de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e
77 agricultores tradicionais. Para isso, esse reconhecimento, ele teria que se dar por um
78 processo de seleção, por um processo de análise da trajetória, do próprio trabalho,
79 inclusive, o reconhecimento para os seus pares pelas próprias organizações de base.
80 Então, em linhas gerais, lembrando que a Lei estabelece que a repartição de benefícios
81 que é oriunda do conhecimento tradicional associado deve ser destinada aos povos que
82 são provedores e que organizam... Que organizam, que detêm e conservam
83 conhecimentos tradicionais associados, a exposição de motivos basicamente elabora
84 base jurídica da qual porque fazer um prêmio e quais os fundamentos que levam ao
85 Comitê Gestor poder criar um prêmio com recurso do CTA destinado justamente ao
86 reconhecimento das organizações que desempenham um trabalho muito importante em
87 relação à proteção, promoção do uso e valorização de conhecimentos tradicionais
88 associados. Essa, então, é a nossa proposta: Submeter ao Comitê Gestor o pedido que,
89 ao ser aprovado, delegue a nós, Secretaria Executiva, o mandato para criar o prêmio,
90 conforme foi sugerido. Ou seja, os detalhes do que vai ser o prêmio, os valores, os
91 critérios para seleção, o processo de seleção, tudo isso vai ser elaborado assim que tem
92 se o prêmio for aprovado. Por isso que nós colocamos, se puder voltar para a pauta,
93 como o item... Cadê? Ah, não, perfeito, é o programa que a gente vai discutir depois,

94 desculpa, eu confundi, mas sem prejuízo, obviamente, do que a gente possa discutir os
95 detalhes desse prêmio. Então, em suma, Bem-vinda, Tarcila, tudo bem? Bom dia. A gente
96 ainda está aqui na discussão da proposta da Secretaria-Executiva de se criar um prêmio
97 em reconhecimento das organizações de base de povos indígenas, povos e
98 comunidades tradicionais e agricultores tradicionais pelo trabalho desempenhado na
99 proteção do conhecimento tradicional, uso sustentável e na valorização do conhecimento
100 tradicional. A ideia, então, é que, se for entendimento do Comitê Gestor, se delegue à
101 Secretaria-Executiva o mandato para sugerir uma proposta de um prêmio para ser
102 aprovado na próxima reunião. Então, tomando o nosso manual de operações, tendo ele
103 em mente, o nosso fluxo de elaboração de instrumento de apoio pressupõe que o Comitê
104 Gestor do Fundo comissione da Secretaria-Executiva a elaboração das propostas. Então,
105 basicamente, vou passar a palavra todos os membros, mas o que se está aqui sugerido,
106 então, é que se aprove esse pedido à Secretaria executiva que elabore uma proposta de
107 um prêmio nesses termos. Então, eu abro a palavra aos membros do Comitê Gestor que
108 queiram fazer uso e comentários sobre essa proposta. Ricardo Machado da SBPC. Só
109 uma questão de ordem. A gente teve problema com algumas das falas dos colegas na
110 última reunião, porque esse microfone, infelizmente, você tem que quase beijar ele para
111 falar. Então, quando forem fazer uso da palavra, eu peço que façam isso e eu peço
112 desculpas de antemão, porque vou acabar constrangendo alguns aqui recordando isso.
113 Obrigado.

114 **O SR. RICARDO BONFIM MACHADO - 2º SUPLENTE (Sociedade Brasileira para o**
115 **Progresso da Ciência - SBPC) –** Alô, alô. Agora sim. Bom, bom dia a todos. Eu acho a
116 ideia bem pertinente de criar o prêmio e certamente a equipe do Ministério vai
117 desenvolver os critérios e detalhar todos esses procedimentos para a seleção, inscrição,
118 valor do prêmio e assim por diante. Inclusive, com quanto tempo depois uma eventual
119 organização que foi agraciada se ela poderia reaplicar. Então, esse prazo de quarentena
120 aí também ser observado. A minha dúvida, ou sugestão, se esse processo vai contar com
121 uma Comissão de seleção a parte de pessoas convidadas para exatamente para não ter
122 interferência de ninguém aqui do Comitê Gestor, porque eventualmente algum
123 representante poderia indicar alguém a receber o prêmio, mas acho que para manter
124 essa independência, o ideal seria ter um Comitê a parte, ou seja, as inscrições são

125 recebidas, são selecionadas, avaliadas e tal, e depois manda para esse Comitê para ele
126 fazer a seleção e depois a gente vem aqui só bate o martelo e aceita. Basicamente é
127 isso.

128 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
129 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Ricardo. A sua sugestão está bem
130 em linha com o que a gente tem em mente, uma Comissão de sugestão, inclusive, para
131 não ficar dependendo da reunião do Comitê Gestor para fazer análise dos documentos e
132 tudo mais. É claro que não há prejuízo caso os membros do Comitê Gestor queiram fazer
133 parte do Comitê de seleção. Inescapavelmente o Ministério do Meio Ambiente terá que
134 fazer parte, Secretaria-Executiva, mas eu tomei nota aqui da sugestão que a Comitê de
135 seleção seja composta por outros, até para não impedir que as organizações que
136 compõem o Comitê Gestor também sejam agraciadas, para não ter nenhum conflito de
137 interesse na seleção. Eu não vejo mais inscrições. Pergunto se eu posso encaminhar,
138 então, pela aprovação. A Carina? Secretária, por gentileza. Você consegue ver,
139 Fernando, ela? Você consegue? Está bem. Então, estamos aqui com monitoramento em
140 tempo integral aqui, pode deixar. Então, Márcia, por gentileza, do MDS.

141 **A SRª. MÁRCIA REGINA MUCHAGATA - TITULAR (Ministério de Desenvolvimento**
142 **e Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS)** – Não, eu só queria um
143 esclarecimento, porque, assim, a gente vai discutir a aprovação e aí vocês vão elaborar
144 uma proposta com periodicidade, valores, critérios de seleção e tudo isso, não é?

145 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
146 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Exato. A ideia, nesse momento, é aprovar o
147 prêmio, o valor a gente vai acabar discutindo no segundo item, que vai ser sobre a
148 proposta de desembolso, que existe um valor disponível, uma previsão de entrada de
149 recursos sobre CTA, a capacidade nossa de avaliar quantos prêmios poderão ser
150 realizados com recurso disponível. Então, neste momento seria aprovar a criação do
151 prêmio. A partir do que seja aprovado no plano, nós teremos o valor do prêmio e aí para
152 a próxima reunião já o prêmio com critérios, Comitê de seleção e aí eventualmente até
153 mais de uma sugestão para algum outro item que talvez seja um pouco mais, como vou
154 colocar? Que nós da Secretaria-Executiva entendamos que não tenhamos que tomar

155 uma decisão por conta da modalidade, a gente pode colocar opções para que quando for
156 discutido aqui o prêmio, a gente tenha mais do que uma ou outra opção ali para não
157 parecer tão hermético. Luiz, do Ministério da Agricultura.

158 **O SR. LUIZ GUSTAVO ASP PACHECO - 2º SUPLENTE (Ministério da Agricultura,**
159 **Pecuária e Abastecimento - MAPA) –** Bom dia a todos e todas. Algumas dúvidas
160 também, só esclarecimento, se a gente aprovar a continuidade desse processo, vão ser
161 trabalhados os critérios, que é realmente o que importa, a substância da proposta. Ainda
162 haveria uma nova instância para gente poder dizer: "Não, entendemos que não é
163 pertinente." Porque... Eu acho super louvável a iniciativa, claro, mas eu queria entender
164 o que diferencia, então, o prêmio para os guardiões da sociobiodiversidade e das demais
165 ações inerentes ao Conselho, ao Comitê Gestor, que são realmente redirecionados de
166 volta os benefícios das ações direcionadas à conservação dos recursos genéticos. A
167 gente vai estar premiando o quê? Projetos de sucesso? Mas também essa é uma das
168 minhas perguntas e esse é um dos objetivos e quando você abre a possibilidade de
169 escolha de projetos como sugerido aqui pela SBPC por exemplo, para membros externos
170 ao Comitê. Se isso é válido também considerando que os recursos, eles são geridos
171 dentro do âmbito do Comitê. Obrigado.

172 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
173 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Bom, no momento é o mandato para se
174 elaborar uma proposta. A proposta, ela vai ser novamente discutida nos detalhes,
175 inclusive, os critérios, quem vai ou não vai ser selecionado. Nesse momento, a nossa
176 intenção é o prêmio que reconheça a trajetória das organizações. Ou seja, serão
177 indicadas organizações pelo conjunto do seu trabalho e obviamente isso vai ter que ser
178 avaliado, vai ter que se montar um dossiê para cada uma das candidatas vai ter um
179 processo de levantamento da trajetória, de relatos, de pessoas que estariam ali
180 endossando aquela candidatura, essas candidaturas serão organizadas, vão ser
181 encaminhadas a um Comitê de seleção que fará uma listagem ali do que seriam aptas a
182 serem selecionadas e essa lista depois vai ser cancelada pelo Comitê Gestor, que é
183 quem de fato aprova o prêmio e suas indicações. Em relação à sugestão da SBPC, eu
184 entendo que seja aquela organização que tenha aplicado o prêmio e eventualmente sido

185 selecionada, não possa concorrer numa segunda rodada se o Comitê Gestor entender
186 que vai haver uma segunda rodada do prêmio. Então, é justamente para permitir que se
187 esse prêmio tiver duas, três rodadas, ela agracia o maior número possível de candidatos,
188 porque obviamente a gente vai ter sempre muitas organizações com trajetórias
189 relacionadas à própria proteção do conhecimento tradicional associado, que pelo
190 conjunto da sua obra, deveriam e poderiam ser beneficiadas pelo prêmio, mas
191 recordando: Aqui o nosso momento é o pedido da Secretaria-Executiva que elabore uma
192 proposta. Então, ela ainda vai ser avaliada pelas senhoras e senhores e, se for o
193 entendimento, aprovada. Então, é mais um mandato para nós elaborarmos e obviamente
194 que a gente vai circular, a gente até pode fazer esse compromisso com vocês do quanto
195 antes tivermos uma proposta, circular nos entre vocês todos para termos uma discussão
196 ainda da próprias reunião para quando a gente tiver aqui o encaminhamento, já ter o
197 maior número possível de subsídios da parte dos membros do Comitê Gestor recolhidos
198 antes mesmo da deliberação, senão a gente vai ter que ficar ali, de repente, 3 dias de
199 Comitê Gestor e não é a nossa ideia, mas seria justamente para que o documento chegue
200 aqui o mais maduro em termos das expectativas do Comitê Gestor, o quanto possível.
201 Perfeito? Ricardo, da SBPC.

202 **O SR. RICARDO BONFIM MACHADO - 2º SUPLENTE (Sociedade Brasileira para o**
203 **Progresso da Ciência - SBPC)** – Outra informação com outra observação. Eu vi aqui
204 que está previsto um milhão de reais para o próximo ano para esse prêmio, tem que
205 definir qual é o valor de cada prêmio, mas só para lembrar que talvez seja interessante
206 reservar parte do recurso para propaganda, para trazer os agraciados, para colocar, para
207 produzir material na mídia, principalmente, [Ininteligível].

208 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
209 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Até para trazer os premiados. E para organizar
210 o processo. Então, quando a gente for discutir no próximo item de pauta o plano, o valor
211 alia o valor total incluindo também a própria realização do plano e um evento aqui de
212 premiação e a sua sugestão está bem em linha com que a própria Secretária já havia
213 chamado a atenção para a gente também. Fazer um prêmio custa, então, a gente vai
214 aprender da Funarte, do IPHAN que já tem essa experiência também, mas muito obrigado

215 pela sugestão e está na nossa... Está anotado nos nossos itens necessários para fazer
216 o prêmio acontecer e inescapavelmente a promoção, a propaganda, a divulgação dele e
217 obviamente fazer a própria Comissão de seleção implica em reunir pessoas. Então, a
218 gente vai ter que trazer pessoas para sentarem, fazerem análise e julgarem as propostas.
219 Mais algum comentário? Bom, a Secretária... Só fazendo a checagem. Então, vou
220 encaminhar para a votação. Os que forem favoráveis à criação, ao mandato para que a
221 Secretaria-Executiva elabore uma proposta de prêmio para ser apreciada na próxima
222 reunião do Comitê Gestor do Fundo, levantem seus prismas. Votam favoravelmente:
223 Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Agricultura; MDS; MDA; MCTI; Funai; IPHAN;
224 CNPCT; CONSEA; e SBPC. Votos contrários: Não há votos contrários. Abstenções: Não
225 há abstenções. A proposta da criação do prêmio foi aprovada com 10 votos favoráveis e
226 nenhum voto contrário. Muito bem, entramos agora no nosso próximo item de pauta,
227 análise deliberação sobre a proposta de plano quadrienal do Fundo Nacional para
228 Repartição de Benefícios. Peço ao Fernando que projete o plano. Vamos ver se a gente
229 vai conseguir vê-lo aqui. Muito bem. Bom, eu vou fazer uma fala introdutória sobre o plano
230 como um todo e peço que vocês permitam que eu possa fazer a exposição completa, até
231 para socializar com vocês o racional das nossas sugestões e depois entramos no mérito
232 da discussão, conforme o que vocês acharem pertinente. Muito bem, o nosso plano
233 quadrienal, ele está composto de um plano de mobilização de recursos, que é essa
234 primeira aba que está projetada na tela, pode deixar aí, não precisa mudar ainda. Um
235 plano quadrienal e um plano anual. Quando nós entramos para entrar no plano
236 quadrienal, a estrutura do plano quadrienal, se você conseguir reduzir só um pouquinho.
237 Pode deixar ele bem pequeno para a gente ver ele como um todo. Só mais um pouquinho,
238 isso. Diminui mais um pouco. Isso. Ele está... Não, isso, pode voltar lá mais uma vez.
239 Pode deixar pequeno, é que a gente consegue visualizar ele todo. Basicamente esse é o
240 plano que está estruturado nessas faixas, nas linhas coloridas, cada um... Eu sei, depois
241 a gente vai entrar no detalhe. Eu estou fazendo a visão geral, não quero matar ninguém
242 de cegueira aqui não, fiquem tranquilos. Só estou fazendo a visão completa do plano. Na
243 parte superior do plano, a gente listou todas as receitas do Fundo e separou as receitas
244 do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado, Coleções ex situ e de
245 doações com essas cores. Abaixo dessa tabela está programação, conforme o manual

246 de operações que está dividido em: programas permanentes; programas prioritários e os
247 de demanda espontânea que, como nós sabemos, não foi elaborado, porque faz parte
248 da fase II do nosso manual de operações e que terá que ser enfrentado no próximo item
249 de pauta aí, que é o sorteio das relatorias dos itens e teremos que ver quem será de nós
250 sorteado para fazer essa proposta. Voltando, agora você pode abrir ele, ele mesmo, pode
251 continuar lá para o campo de cima onde estão os valores e as cores, o que se sugeriu
252 aqui? Pode subir mais. Ótimo, para aí. Você pode abrir agora para mostrar bem a coluna
253 da esquerda. Então, aqui nós temos as disponibilidades do Fundo divididos em: O total
254 por conta; entrada; saída em termos do que está sendo proposto a ser executado no
255 programa, pode colocar ali à direita para visualizar pelo menos o primeiro campo ali.
256 Vocês veem que temos é ali, o que está em vermelho é o que está sendo proposto a ser
257 executado, o que está logo acima é a nossa previsão de entrada e o saldo. E aí, por favor,
258 pode voltar para o começo, descendo, e aí como as duas propostas são... Pode descer.
259 O programa de fortalecimento institucional, nós estamos aqui sugerindo no plano
260 plurianual, pode virar... Programa quadrienal a ação, conforme foi demandado pelo
261 Comitê Gestor na reunião passada, o fortalecimento institucional das capacidades
262 técnicas e gerenciais das beneficiárias da Lei é um eixo de ação do programa... Desculpa,
263 é o eixo de ação previsto no manual de operações e que faz parte... Vai um pouquinho
264 para a esquerda, Fernando. Pode ir mais um pouquinho. Com o Comitê, não é? Aí estão
265 os programas de demanda permanente. Nós temos três eixos de ação: O de
266 fortalecimento; o do conhecimento tradicional; e o de apoio às coleções. Certo? São os
267 permanentes e aí nós incluímos a proposta que foi aprovada para ser comissionada por
268 nós, Secretaria-Executiva, nessa ação primeira ali que está em laranja, ela dialoga com
269 o item 1. Talvez fosse melhor eu ir para aí, Fernando. Alô, alô. Muito bem. Então,
270 conforme o nosso manual, nós temos aqui, deixa eu colocar aqui. Nós temos três
271 programas que estão previstos um manual de operações: Programa de demanda
272 permanente tem três eixos de ação, sendo o primeiro o fortalecimento institucional que
273 tem uma linha de ação, que é fortalecimento institucional das capacidades técnicas e
274 gerenciais das beneficiárias da Lei. Aqui nós estamos propondo este projeto que foi
275 comissionado, que é o plano, agora vamos chamar de programa, na verdade, de
276 fortalecimento institucional e uma previsão de o valor de um milhão de reais ao ano e

277 depois a gente quando for entrar no plano anual, ele entra nos detalhes de como, de
278 onde, metas, indicadores e tudo mais. Esses valores todos que nós listamos, ele dialoga
279 com esse documento que o plano de mobilização de recursos do Fundo e porque é um
280 plano de mobilização? Porque o tamanho da ambição deste programa e deste plano, ele
281 é muito maior do que nós temos hoje em termos de recursos do Fundo. Como nós
282 sabemos, o Fundo conta hoje com 7 milhões e 202 mil reais, sendo que nós temos uma
283 reserva técnica na faixa de 3 milhões de reais que equivale a 42% da receita atual do
284 Fundo. Então, quando a gente aplica a reserva técnica no valor total de R\$7.200.000,00,
285 sobram R\$4.202.000,00 para execução do Fundo. Aplicando um critério de equidade, o
286 mesmo 42% que foi aplicado aqui, que é 42%, 58% do valor que sobra, 100 menos 42...
287 Na verdade, é por que é 41,65%, que R\$3 milhões representam do valor total do Fundo.
288 Vocês podem fazer a conta aí na calculadora de vocês, mas esse é o valor total e se a
289 gente aplica a reserva técnica, que é 42%, a gente multiplica, então, aqui por 58 e esse
290 é o valor que tem disponível. Para cada uma das linhas de ação do Fundo nós temos
291 esses valores: R\$1.500.000,00 para CTA; R\$473.000,00 para coleções ex situ; e um
292 pouco menos de R\$5.200.000,00 para patrimônio genético. Aplicando o mesmo critério
293 que foi aplicado aqui para os 3, nós temos esses valores para serem executados no
294 momento. Aplicando a média do que entrou das receitas do Fundo ao longo dos últimos
295 anos, que é algo em torno de R\$1.500.000,00 ao ano inserimos aqui a cada ano um
296 acumulado, sem levar em conta o azulzinho, que eu vou comentar em breve, nós temos,
297 então, no primeiro ano R\$4.200.000,00, mais R\$1.500.000,00, R\$5.700.000,00, mais
298 R\$1.500.000,00, R\$7.200.000,00, mais R\$1.500.000,00, 8,7. Significa dizer que se entrar
299 R\$1.500.000,00 e não for executado nenhum real do valor do Fundo, ao fim de quatro
300 anos nós teríamos este valor, ou seja R\$6 milhões. Então, a cada... Entram na nossa
301 projeção isso pode ser mais, isso pode ser menos, recordando que as receitas do Fundo
302 são advindas da repartição de benefícios, então, isso pode ter um aumento, e é do nosso
303 objetivo enquanto departamento, e da Secretaria de bioeconomia como um todo, que
304 esse valor aumente. Por toda a política, seja facilitar o acesso por um lado, facilitar a
305 repartição de benefícios por outro. A nossa ambição é que esse valor de 1,5 ao ano se
306 multiplique pela eficiência, pela capacidade nossa que novos produtos sejam gerados e
307 novas receitas sejam aferidas para a repartição de benefícios. Mas sendo conservador,

308 ou seja, levando em conta a média recente do Fundo, entraria 1,5 milhão, então, em
309 quatro anos somaria mais 6 milhões. Lembrando aqui que nós temos 3 milhões que
310 ficaram de reserva técnica. Eu não estou somando aqui os 3 milhões, estou basicamente
311 esquecendo a nossa reserva técnica para que ela siga fazendo a sua obrigação de
312 cumprir com os contratos, as obrigações do Fundo. Muito bem. Na perspectiva de que
313 somente a repartição de benefícios seja fonte de receitas do Fundo, cada uma aqui das
314 linhas, patrimônio genético, coleções ex situ e conhecimento tradicional associado, nós
315 decupamos esse valor em uma média de entrada de 1 milhão por ano do patrimônio
316 genético. Então, do que nós vemos aqui é entrando 1 milhão de reais ao ano, em quatro
317 anos teríamos mais 4 milhões de reais. Aplicando a média de R\$100.000,00, que é o que
318 entra vindo das coleções ex situ, nós saíamos, então, de 276.000 para 300, 400, 500 e
319 600. Aqui eu deixei esse valor, lembrando aqui a reserva técnica. E da mesma forma o
320 conhecimento tradicional associado, nós estamos projetando a entrada de R\$400.000,00
321 ao ano. O que acontece? Sem levar em conta as doações, nossa proposta do plano,
322 como vocês verão na próxima aba, é desembolsar 6 milhões de reais em quatro anos,
323 porque serão acumulados 6 milhões de reais ao ano, ao ano não, no período. O que faz
324 com que ao fim do plano quadrienal o valor inicial... Espera aí. Cadê? Deixa eu achar
325 qual é a linha aqui. Anos não são fáceis de ler. Bom, mas é isso, não estou achando aqui
326 a informação. Mas, em resumo, se nós temos a entrada de 1,5 milhão ao ano, em 4 anos
327 teremos 6 milhões. O que está se propondo aqui é executar 6 milhões de reais, porque
328 aí ao fim do período de quatro anos o Fundo terá o mesmo valor que ele tem hoje, 7
329 milhões, sem levar em consideração a Selic que estará rendendo sobre esse valor. Então,
330 assim, uma proposta conservadora, porque tiramos a reserva técnica e também o
331 rendimento da Selic nesse período de quatro anos. No entanto, como eu comentei, a
332 nossa ambição, se nós pretendemos fortalecer organizações de bases, de povos
333 indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e agricultores tradicionais, nós temos que
334 no mínimo ter uma ambição expressiva em termos de organizações que serão
335 estabelecidas. E é por isso que nós colocamos como meta 240 organizações de base
336 fortalecidas em quatro anos, 40 por bioma. Ou seja, 240 dividido 6 biomas, 40
337 organizações de povos indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e agricultores
338 tradicionais, seriam fortalecidas em quatro anos. Só que para fazer isso o recurso que o

339 Fundo tem não é suficiente, por isso nós propusemos aqui nessa primeira... A criação de
340 uma meta para a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor, mas obviamente para o Fundo
341 como um todo, de arrecadação de recursos de outras fontes. A fonte mais imediata em
342 termos de disponibilidade é as das doações. E é por isso que nós estamos propondo ao
343 Comitê Gestor do Fundo que nos dê o mandato, a Secretaria-Executiva do Comitê Gestor
344 encampar essa estratégia de mobilização de recursos que nos impõe uma meta de
345 arrecadar 20 milhões de reais no primeiro ano, no ano que vem, e uma meta de 150
346 milhões de reais no segundo ano. É uma meta, pode parecer uma meta ambiciosa, mas
347 ela ainda é conservadora. Vai ficar, claro, mais para frente, quando a Secretária nos
348 auxiliar com a sua intervenção. Então, em linhas gerais a primeira coisa que seria
349 necessário aprovar é estratégia de mobilização que está sendo proposta aqui para o
350 comitê, para Secretaria-Executiva poder utilizar o plano e as suas metas e a sua ambição
351 para arrecadar recursos extras, porque o que nós temos hoje a rigor é capacidade de
352 executar 1,5 milhão ao ano. E se 1 milhão for destinado especificamente para o
353 patrimônio genético, como nós estamos sugerindo, esse aqui é o plano anual. Nossa
354 ambição está em 240 organizações, só que um milhão ao ano, o projeto de 4 milhões de
355 reais ao ano, a meta concreta é algo em torno de 5 organizações por ano. O trabalho de
356 fortalecimento institucional é um trabalho que não é simples, a gente tem que fazer todo
357 um diagnóstico dos gargalos que as organizações estão enfrentando, buscar um trabalho
358 específico de fortalecimento, às vezes é um fortalecimento contábil, às vezes é um
359 fortalecimento de uma advogada para sanear algum tipo de questão da organização em
360 termos de documento e tudo mais. Então, por mais que a nossa ambição seja grande, o
361 valor que nós temos para o Fundo não é suficiente. Por isso é necessária uma estratégia
362 de mobilização de recursos, por isso é necessário pôr uma meta de arrecadação por
363 doação. E é justamente essa a meta que nós estamos sugerindo... Esse campo daqui. O
364 plano de mobilização de recursos do Fundo reúne a projeção das receitas a serem
365 arrecadadas para o quadriênio, 6 milhões de reais, uma média de 1 milhão e meio por
366 ano, incluídas as projeções resultantes da estratégia de mobilização de recursos do
367 Fundo, com foco em doações. E aqui doação no sentido amplo, doação internacional,
368 doação nacional, filantropia, isso vai fazer parte do trabalho que a Secretaria-Executiva
369 vai desempenhar com o propósito de alcançar essas duas metas aqui. 2024, arrecadar

370 20 milhões, 2025, 150 milhões. Sem prejuízo, obviamente, que esses valores sejam
371 revistos para cima ao para baixo, a depender da nossa capacidade de arrecadação.
372 Lembrando que é um plano quadrienal, ele é um documento vivo, porque nós temos a
373 expectativa que esse recurso receba outras fontes. Então, toda vez que houver um aporte
374 substantivo de recurso nós podemos visitar o plano para incluir novas ações. O manual
375 não, o decreto diz: o plano quadrienal revisitado em até, revisado bienalmente, ou seja, tem
376 que ser visto a cada dois anos, mas não há impedimento de se rever anualmente,
377 conforme as entradas forem acontecendo, mas é aquela questão de programação e
378 planejamento. Nós estamos nos propondo aqui a ter um plano conservador com os
379 valores que estão disponíveis hoje, que são esses recursos, mas a medida que o nosso
380 sucesso vem termos de arrecadação de recursos, de doação se materializar, esse plano
381 será revisado para incluir novas ações aqui embaixo. Aqui embaixo. Ou seja, aqui nesse
382 primeiro ano como não é possível ainda executar recursos para coleções ex situ, nossa
383 expectativa é que a partir do ano que vem possamos ter uma ação específica para
384 coleções ex situ, e assim para outros itens também. Se houver uma doação de 1 milhão
385 de reais para fazer um trabalho, por exemplo, de restauração florestal em determinado
386 território, a gente vai ter que elaborar um instrumento de apoio naquele valor para que
387 ela finalidade. E toda vez que entrar em recurso a gente pode visitar o plano. Então,
388 em suma, apenas para alertar que esse não é um documento escrito em mármore, nós
389 teremos a liberdade de toda vez que o próprio Comitê Gestor achar pertinente revisá-lo
390 será revisado. Obviamente é um instrumento de planejamento e os planos, novamente,
391 quando não correspondem à realidade, eles têm que ser revistos, têm que ser adaptados
392 à realidade dos fatos. Muito bem, vou entrar em um pouco mais de detalhe aqui da
393 proposta que está sendo feita aqui de desembolso. Como vocês perceberam, nós
394 propusemos para o prêmio de CTA, que é esse valor aqui. O valor disponível hoje,
395 R\$894.000,00, porque é um milhão e meio no total, aplicado à reserva técnica, 894.000,
396 mais a entrada do ano que vem, 400.000, com um prêmio no primeiro ano com o valor
397 total de 1 milhão de reais, o saldo no primeiro ano seria de R\$294.000,00. Para o ano
398 seguinte, entrariam mais 400.000 e estamos propondo aqui uma segunda rodada do
399 prêmio, dos guardiões e das guardiãs. E aí o saldo no segundo ano ficaria negativo em
400 305.000, mas no terceiro ano, na projeção de entrada de 400.000, mas aí não realizando

401 o prêmio a gente recupera o saldo e aí mais um quarto ano sem a realização do prêmio,
402 ele volta a R\$494.000,00. Então, ele termina o quadrienal positivo. O caso das coleções
403 *ex situ*. Este é o valor sem o corte da reserva técnica, aqui nós temos a reserva técnica
404 com a entrada de 100.000 no ano que vem, sem o desembolso, porque ainda não é
405 possível por conta da questão do CGen e do credenciamento das coleções *ex situ*. Teria
406 376, aqui mais 100, 476, e sucessivamente. Então, nesse momento nós não estamos
407 prevendo para o segundo ano nenhum desembolso, mas provavelmente no fim do ano
408 que vem a gente vai ter que rever ele para incluir algum programa de desembolso focado
409 em coleções *ex situ*. Então, no retrato atual do plano não há essa previsão, mas ao fim
410 do ano que vem, já tendo toda essa questão das coleções *ex situ* saneadas, já podemos
411 começar a incluir nessa linha aqui que eu comentei, do programa permanente de
412 coleções *ex situ*. Ali em cima, apoio às coleções *ex situ*, o programa permanente. E aqui
413 nós temos as várias previsões do artigo 33 da lei, do programa nacional de repartição de
414 benefícios que dialoga com tema de coleções *ex situ*. Não dá para ler muito bem aqui,
415 porque o documento aqui é um pouco grande, mas eu vou lendo para vocês. O primeiro
416 é recuperação e criação de coleções *ex situ*, desenvolvimento de um sistema eficiente,
417 monitoramento e manutenção da viabilidade das coleções. E obviamente no
418 entendimento que coleções *ex situ* não é sinônimo de coleções científicas e que, por
419 exemplo, farmácias vivas, banco de sementes são coleções *ex situ*, porque concebe um
420 recurso genético que não está no local que ocorre *in situ*. Poderíamos ter também apoio
421 no programa, no eixo de programa coleções *ex situ*, apoio também às atividades, por
422 exemplo, da articulação do Semiárido, que tem o banco de semente que é fundamental
423 para a garantia da segurança alimentar de uma série de Povos e Comunidades
424 Tradicionais, apoiada aqui com recurso das coleções *ex situ*, tudo ao sabor do
425 entendimento de vocês Comitê Gestor. Seguindo. A proposta, então, decupando o que
426 está proposto aqui em termos de entrada e de receitas, nós estamos propondo
427 basicamente para esses quatro anos duas ações, 2 anos prêmio nesse valor aqui, e
428 durante os quatro anos no valor de 1 milhão ao ano, fortalecimento de organizações de
429 base de Povos e Comunidades Tradicionais. Aí entra justamente a necessidade de se
430 fazer captação em outros, em outras fontes, para que esse projeto daqui saia de um
431 milhão e consiga crescer em escala para atender um número maior de organizações de

432 base de Povos e Comunidades Tradicionais, para que além de conseguir acessar o
433 recurso do Fundo, sejam capazes de, inclusive, em prender os seus negócios se ter uma
434 autonomia que vai além da autonomia em acessar recurso, mas também uma autonomia
435 em termos de empreendimento, desenvolvimento dos seus próprios negócios. Em linha
436 com o programa nacional de bioeconomia e o plano que está sendo desenvolvido. Bom,
437 o que mais que eu queria comentar aqui? Em linhas gerais, como eu comentei, isso aqui
438 são metas, são projeções, é um plano que. Ele também segue uma projeção de entrada...
439 1 e 100. Porque é um milhão para executar o programa e 100.000 para contratar o que
440 seria o apoio para o projeto. Na mesma linha que o prêmio tem que prevê recursos para
441 a organização do prêmio, para divulgação do prêmio, para a seleção, esse projeto de
442 fortalecimento institucional, ele está sendo previsto um milhão para ser aplicado nas
443 organizações e 100.000 para ser contratado o que seria a equipe de apoio para
444 implementar, para contratar, para fazer os editais, para fazer as seleções que esse
445 programa de fortalecimento de organizações de base demandará. Então, para o ano que
446 vem, se vamos resumir, a ideia seria prever o primeiro desembolso de um milhão de reais,
447 a gente está chamando de Desenrola Bio, um nome fantasia, vocês podem dar o nome
448 que vocês quiserem, mas seria basicamente o desenrolar, as organizações de base para
449 que elas possam ter autonomia institucional e toda autonomia necessária para fazer as
450 atividades que elas desempenham. Da mesma forma, o total seriam 4 milhões para o
451 período, execução anual, 1 milhão, entrega em quatro anos, 240 organizações. Nossa
452 meta aqui seria, então, 60 ao ano, mas isso vai depender de fato do valor disponível e da
453 capacidade de arrecadação do plano de mobilização de recursos, para que ganhe escala.
454 E aqui eu faço um pequeno lembrete. Todos os órgãos de governo têm a faculdade, o
455 instrumento do TED, esse fundo recebe TEDs. Então, aqueles Ministérios milionários que
456 queiram se solidarizar com Desenrola Bio, podem fazer TEDs e alocar recursos
457 orçamentários no Fundo, e o Fundo pode também implementar parte desse recurso que
458 seria para o Desenrola Bio por fontes orçamentárias. Então, lá em dezembro quando vem
459 o barata voa do orçamento, vocês lembrem do Fundo aqui e da nossa ambição. Da
460 mesma forma o prêmio, nós temos um milhão e meio hoje disponível no total para o CTA.
461 Fazendo o corte da reserva técnica são 890.000, mas com as entradas de R\$400.000,00
462 ao ano, no fim dos 4 anos nós teremos a capacidade de fazer dois prêmios de um milhão

463 de reais e depois no fim dos 4 anos, o Fundo terminaria como o saldo positivo de
464 R\$400.000,00 de recursos do CTA, como está previsto aqui no desembolso, conforme
465 está sugerido aqui. Ele começa com um milhão e meio mais o corte, 890, primeiro
466 desembolso, segundo desembolso e aqui já não teria o prêmio, seria quando as contas
467 do CTA seriam, então, realimentadas. Bom, posso ficar horas aqui falando sobre o plano,
468 mas eu acho que em grande medida essa é a proposta. Em primeiro lugar, aprovar esse
469 plano de mobilização de recursos em que nós, Secretaria-Executiva, nos autoimpomos
470 uma meta ousada, mas nós entendemos que factível, de arrecadar 170 milhões. 20 no
471 primeiro, 150... Sem prejuízo que depois possamos visitar e ampliar essa meta também.
472 Proposta de... Basicamente essa aqui incluindo os valores totais aqui de arrecadação
473 dos 20 mais 150, 170 e aqui 00, 170, e com a projeção que o Fundo vai receber um milhão
474 e meio ao ano. Está aqui, 1 milhão e meio, 1 milhão e meio, 1 milhão e meio, 10. No fim
475 de quatro anos, se arrecadarmos os 170 milhões e não executarmos nenhum real, o
476 Fundo estaria com 181 milhões de reais. Essa é a nossa ambição com esse plano, a
477 quem convidamos vocês que discutam, façam sugestões e quando for a hora
478 encaminharemos para a votação. Então, a palavra aberta aos membros do Conselho.
479 Secretária, você não gostaria de fazer um adendo aqui depois da minha exposição? Não?
480 Então, está bom. Márcia? Opa, sim. Perdão, Secretária, por gentileza.

481 **A SR^a. CARINA MENDONÇA PIMENTA - TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e**
482 **Mudança do Clima - MMA) - Vocês me escutam bem?**

483 **INTERLOCUTOR NÃO IDENTIFICADA - Sim.**

484 **A SR^a. CARINA MENDONÇA PIMENTA - TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e**
485 **Mudança do Clima - MMA) - Ok. Bom, acho que vale, acho que a gente quer muito**
486 **escutar o comentário mais geral sobre o plano quadrienal, mas eu gostaria só de**
487 **complementar um pouco a intervenção do Henry no que significa esse plano de**
488 **mobilização de recursos, explicar um pouco o que entendemos. Acho que o Fundo tem**
489 **esse histórico todo de não ter ainda repartido benefícios, ele é um dos instrumentos mais**
490 **importantes que eu enxergo, talvez no momento, da sociobiodiversidade, dos guardiões**
491 **e de toda essa, enfim, todos os objetivos que temos aqui, mas quando a gente olha para**
492 **o desenvolvimento do próprio Fundo e desse setor todo a gente tem que reconhecer que**

493 a gente não vai chegar muito longe dessa forma. É óbvio que o próprio MMA já
494 desenvolveu e outros ministérios aqui desenvolvem projetos que apoiam o
495 desenvolvimento das organizações, apoiam agenda de uso sustentável, fortalecimento
496 de várias formas, mas o que nos levou a fazer essa proposta é trazer para a governança
497 do Fundo essa visão estratégica e essa visão do conjunto da estratégia de
498 desenvolvimento das ações ligadas à sociobiodiversidade como um todo. Então, é por
499 isso que a gente refletiu um pouco e quis trazer essa solicitação de mandato. O que se
500 traduz na prática tendo aprovado o Fundo de... O manual operacional e aprovando uma
501 visão inicial, que acho que ainda é bastante genérica do plano quadrienal, que a gente
502 possa trabalhar numa qualificação de como isso se dará ao longo do tempo. A ideia dessa
503 estratégia de mobilização é que ela seja um apoio ao plano quadrienal começando pelo
504 mandato que temos do fortalecimento institucional, mas expandindo em outros eixos o
505 volume de recursos em outros eixos que sejam estratégias montando um desenho mais
506 robusto. Então, esse é basicamente o tema, é uma área onde para quem está em diálogo
507 no campo da filantropia é uma área de grande interesse para apoios. Um dos grandes
508 gargalos sempre tem sido a capacidade desses recursos chegarem nas organizações e
509 aqui reforçando que esse é um mérito que esse Fundo tem que manter e uma premissa
510 que ele tem que manter em todas essas estratégias. Acho que o recurso, de fato, tem a
511 sua maior parte de investimento na ponta e não se perca no meio do caminho quando
512 muitas propostas e muitas construções nós acabamos também de fazer isso. E eu acho
513 que a estrutura operacional que nós desenvolvemos aqui para o Fundo de poder contar
514 com múltiplos agentes orientadores de ter esse Conselho como gestor e como
515 direcionador, eu acho que oferece condições diferenciadas para que a gente tenha uma
516 boa estratégia de mobilização de recursos para essa finalidade. Então, essa... Eu acho
517 que a gente tem que ser ambicioso, vocês podem ver que tem um escalonamento, acho
518 que vale dizer ali, que o Fundo precisa ganhar tração de saída do 0, executando R\$ 1
519 milhão, 2, 3, depois 20, depois, sim, tendo o projeto de cento e poucos, aqui é um número
520 que a gente pode ter uma margem de negociação ainda bastante grande, mas a gente
521 queria colocar uma alvo mais para indicar a ambição e discutir com vocês se a gente está
522 no caminho certo, de enxergar o Fundo como esse grande mecanismo para o
523 desenvolvimento das organizações que cuidam e protegem a nossa biodiversidade. Se

524 a gente está no caminho certo, com certeza vamos qualificar juntos o conjunto, a forma
525 e as estratégias de implementação, mas eu acho que nessa visão de plano quadrienal,
526 que para nós é mais relevante, medir as nossas ambições enquanto Conselho, medir os
527 riscos, medir as oportunidades e a gente acordar um plano de voo mínimo para que a
528 gente possa ao longo das seções ir trabalhando. Também para que a gente da Secretaria-
529 Executiva do Ministério do Meio Ambiente tenha um mandato claro de vocês para
530 conduzir processos de captação nessa área. Nós temos diálogos com múltiplos
531 financiadores, doadores, interessados, tem várias formas, como o Henry bem mencionou,
532 de juntar esse conjunto de recursos. Mas o Fundo é gerido por todos, somos todos aqui
533 corresponsáveis, é fundamental que a gente tenha essa visão compartilhada. E que essa
534 estratégia seja aqui validada e ela possa servir de respaldo para esses diálogos. Então,
535 era isso que eu queria reforçar, quando a gente fala do eixo de fortalecimento
536 institucional, eu acho que tem um desenho prévio que a Secretaria-Executiva conduziu,
537 acho que vai ser discutido depois um pouco, precisa ainda ter muita qualificação, mas
538 que o mais importante é que a gente esteja apontando na mesma direção. Eu acho que
539 é isso que o plano quadrienal deveria dizer, se tem prioridades, se tem questões, eu acho
540 que é o campo agora de a gente discutir essa proposta inicial. E se a gente quer entrar
541 nesse modelo de escala do fundo, se isso é um consenso aqui desse Conselho para que
542 a gente possa trabalhar os instrumentos de como fazer isso. Está bom? Era só isso,
543 Henry, que eu queria reforçar. Obrigada, gente.

544 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
545 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado, Secretária. E só somando
546 aqui o que a Secretária comentou, que isso é, antes de tudo, uma ambição, um plano de
547 onde nós gostaríamos de chegar em quatro anos. Então, agradeço e já passo a palavra
548 à Márcia, por gentileza.

549 **A SRª. MÁRCIA REGINA MUCHAGATA - TITULAR (Ministério de Desenvolvimento e**
550 **Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS)** – Bom, primeiro eu queria
551 elogiar não só todo esforço que a Secretaria tem feito para fazer o Fundo funcionar. Eu
552 acho que isso é nítido, o trabalho que vocês têm feito. E também o fato de vocês terem
553 escutado o que foi conversado na reunião passada e terem voltado com um plano de

554 desembolso acho que bem no sentido de que a gente gostaria de prever a captação, de
555 ter um planejamento. Eu acho que ele sinaliza toda a vontade de fazer com que realmente
556 a política aconteça eu acho que isso é super importante nesse sentido dou os parabéns.
557 Eu fiquei com algumas dúvidas, primeiro, eu vou fazer e depois do fim... Porque é o
558 seguinte, a reserva técnica, quando você vê a reserva técnica ali, ela é substantiva, ela
559 é bastante volumosa. Eu queria saber exatamente o que acompanha essa reserva
560 técnica além da remuneração no banco, porque eu também fiquei na dúvida se esse
561 contrato que vocês têm com banco, se ele é fixo. Ou seja, independente de a gente ter 7
562 milhões ou 30 milhões, ter 10 projetos ou 30 projetos, como que vai ser isso? E também
563 com relação ao prêmio... Porque assim, o BNDES, que é onde o dinheiro está depositado.
564 Bom, as organizações, muita gente tem crítica sobre a velocidade, a burocracia dele,
565 todas essas coisas. Então, eu queria entender, no caso do prêmio, para vocês até de
566 pensar bem no prêmio. Porque como é que vai ser? Eles vão depositar o dinheiro e
567 depois não vai ter acompanhamento, ou como é que... Sabe? Eu queria entender um
568 pouco essa dinâmica. Eu acho que no ponto de vista contábil seria até interessante,
569 porque com a Selic bem alta, aqui é o único lugar que a gente está torcendo para Selic
570 alta. Porque com a Selic 12% e tal, é um volume significativo. Então, assim, eu acho que
571 não incluir isso, mesmo que a gente diminuindo a Selic em 0,5% de dois em dois meses,
572 sei lá. Porque esse dinheiro no fim vai ser bastante, um volume significativo. Eu não sei
573 em que medida não seria também bom ter esse cálculo em termos de pensar o volume,
574 mas assim, não necessariamente, mas eu acho que foi bem importante o que vocês
575 fizeram, eu acho que é bem interessante. Eu queria reforçar, porque enquanto vocês
576 estavam falando aí, eu ia até perguntar se o ex situ caberia os bancos de semente das
577 organizações. Então, eu queria reforçar, porque justamente a gente teve uma reunião
578 MDA, MMA, ressaltando a importância de a gente voltar a financiar esses bancos de
579 semente. Eu acho que isso é uma política bem importante. Então, realmente reservar
580 recursos para isso é muito bom. Eu tinha uma sugestão, eu acho que o Desenrola é muito
581 bacana, tem uma fantasia, mas eu acho que não é bom ter esse nome fantasia, porque
582 o Desenrola está associado a ter dívida. E a gente não pode dizer que as organizações
583 têm dívida, nós que estamos em dívida, o mundo da burocracia que está em dívida.
584 Alguma coisa Fortalece Bio ou alguma coisa do gênero, eu acho que seria mais

585 interessante. E aí, eu não sei se vocês já têm, mas eu queria depois, eu acho que não
586 agora, mas no momento em que as coisas estiverem aprovadas, entender melhor essa
587 coisa do BNDES, de como vai funcionar, de como que vai ser. Sei lá, porque a gente sabe
588 que eles têm muitas instâncias, acompanhamento e não sei o quê. E assim, eu queria
589 ver em que medida aqui esse fórum pode incidir para que isso seja o mais simples
590 possível. Mas parabéns.

591 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
592 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Parabéns ao comitê. O que eu ia comentar?
593 A nossa sorte em relação ao BNDES é que o BNDES é apenas instituição financeira, ela
594 recebe o dinheiro. E no momento em que o Comitê Gestor disser: Este projeto foi
595 aprovado pelo Comitê Gestor, este é o beneficiário, esta é a conta. Ele não exige critérios,
596 ele não acompanha os critérios, quem faz isso somos nós. Então, todas essas que seriam
597 as críticas às dificuldades de usar o recurso do BNDES, prestar contas para o BNDES,
598 serão para a gente. Nós é que não podemos ser o BNDES nesse processo. Então, é
599 justamente por isso que o comitê de gestor tem na sua composição os próprios
600 beneficiários da lei, para que no desenho dos instrumentos de apoio ele dialogue com o
601 que está na lei, mas também dialogue a realidade dos beneficiários, para não criar
602 instrumentos que são completamente inacessíveis. E é justamente aí que entra o
603 Fortalece Bio, que é: nós sabemos que para uma série de fatores, organizações de base
604 às vezes têm dificuldades que são inerentes da realidade. Por exemplo, como eu consigo
605 a nota fiscal de um barqueiro lá no Rio não sei das quantas, no interior do alto rio negro?
606 Às vezes não consegue. E aí você não consegue prestar contas de um projeto, o projeto
607 fica em aberto. E aí a organização não consegue mais acessar recursos. É justamente
608 com esse olhar que nós aprovamos o manual de operações na última reunião, fazê-lo de
609 uma maneira que seja acessível e sempre o instrumento de apoio é que vai entrar nesses
610 detalhes, ele não tem regras gerais que se aplicam para todos de uma maneira igual, é
611 sempre um instrumento que vai fazer isso. Porque quando a gente aprova um prêmio,
612 quando a gente for desenhar aos critérios de seleção do prêmio seremos nós Comitê
613 Gestor que vamos dizer quem vai entrar, que não vai entrar. Ah, mas esse critério, tais
614 organizações jamais conseguir acessar esse recurso por esses termos. Então, a gente
615 vai dar um passo atrás e vai adaptar o instrumento para que ele seja sempre condizente

616 com a realidade. Então, a primeira boa notícia frente à sua pergunta é que o BNDES não
617 tem lugar de fala em relação aos critérios para receber, para executar, monitorar e prestar
618 contas. O BNDES somos nós nesse caso. E aí justamente a sensibilidade que o Comitê
619 Gestor tem, obviamente a academia como beneficiária da lei também no futuro. Eu
620 entendo o sucesso da nossa estratégia de mobilização, também recursos para apoiar
621 pesquisas científicas que sejam estratégicas, poderão ser feitas também. Então, era nos
622 editais para universidades, da mesma forma, o edital tem que ser desenhado de um jeito
623 que permita as organizações, que se quer beneficiar, sejam capazes de atender. Essa é
624 talvez uma das maiores vantagens que nós temos com esse fundo, que cada instrumento
625 pode ser desenhado na sua particularidade, não precisem entrar em regras gerais que
626 acabam filtrando muito mais do que incluído. Sobre a reserva técnica, hoje ela é cara,
627 hoje tem que ser retirado esse valor, porque o rendimento com a Selic, desse valor, que
628 faz a remuneração do banco e que paga a vinda dos representantes de Povos e
629 Comunidades Tradicionais para as reuniões do Comitê Gestor do Fundo. Então, são as
630 suas obrigações e foi o CGen, o CGen, não o Comitê Gestor, quem estabelece essas
631 diretrizes de aplicação que nós estamos chamando de reserva técnica, mas é diretrizes
632 de aplicação para repartição de benefícios instituída pelo CGen. E o CGen aprovou e
633 instituiu sendo... Hoje é esse valor. Quer dizer o quê? Se a gente consegue na nossa
634 estratégia de mobilização arrecadar 20 milhões reais do ano que vem, a gente vai ter que
635 é calcular essa reserva técnica. Porque vamos supor, vão ser 20 mais os quatro que têm,
636 são 24 milhões. Aqueles 3 milhões que já não vão ser... É porque é uma porcentagem, o
637 rendimento do valor total. Então, a gente teve que tirar o X para que pelo menos o
638 rendimento do valor total garanta as obrigações. Quer dizer que os outros estão livres,
639 mas continua rendendo a Selic o e contribuindo para a reserva técnica. Quer dizer que
640 essa porcentagem que hoje é 42% ela vai diminuir à medida que recursos entrarem no
641 Fundo. Então, se nós tivermos sucesso, quando nós tivermos o 170 milhões de doação,
642 reserva técnica não será 3 milhões. Quer dizer, pode até ser 3 milhões, mas não serão
643 42% do valor disponível pelo Fundo, porque vai se aplicar sobre os vinte e tantos milhões.
644 Também é essa a nossa ambição, aumentar recurso do Fundo para que a quantidade
645 que é contingenciada por reserva técnica também passa a ser uma coisa inexpressiva
646 no valor total dos recursos que o Fundo tenha. Sobre o conteúdo da proposta do

647 programa, ele é o nosso terceiro item de pauta. Porque a ideia era trazer em linhas gerais
648 do plano pronto para aprovação, mas nós entendemos que o tamanho do desafio merece
649 justamente esse olhar cauteloso do desenho. E nossa queridíssima Ana Luiza, ela quem
650 está desenhando esse plano. Depois que a gente finalizar, se tivermos consenso, esse
651 plano e a aprovação dele, a gente vai entrar justamente na discussão do que nós estamos
652 querendo chamar agora de Fortalece Bio, salvo outro nome que seja sugerido aqui por
653 vocês. Sandra. Rapidinho. Eu não sei se eu responder todas as perguntas. Respondi?
654 Sandra.

655 **A SRª. SANDRA MARLI DA ROCHA RODRIGUES - TITULAR (Conselho Nacional De**
656 **Segurança Alimentar E Nutricional - CONSEA) –** Bom dia a todos e todas. Também
657 me somo, quero parabenizar toda a equipe pelo esforço na elaboração desse plano. Dizer
658 da importância, Henry, desse olhar que se tenha mesma para as organizações, porque o
659 que a gente vê lá na base pisando no barro e junto às organizações. Às vezes tem editais
660 que dialogam muito com as demandas, a gente precisa acessar esse recurso porque vai
661 fortalecer. Eu gosto do Fortalece Bio, Enraíza Bio, talvez, que dialoga muito assim. Eu
662 também tinha me incomodado com Desenrola Bio. Só que quando se lê os editais se
663 tornam inexecutáveis, não existe a possibilidade de executar, de acessar, porque não tem
664 condições de fato. Você falou do barqueiro, na região sul não é diferente, embora tenha
665 aquela ideia de que... Dentro, passa por lá. Mas as organizações de base, as
666 organizações que precisam acessar muito recurso para se fortalecer não conseguem
667 justamente por esse engessamento burocrático. Então, isso é de fundamental
668 importância central para que de fato os recursos cheguem a quem precisa.

669 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
670 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado. E bom, novamente, aqui caberá a
671 nós termos a sensibilidade de desenhar as duas coisas, projetos que atendam às
672 demandas, mas que incluam os beneficiários. Eu acho que esse é o grande desafio nosso
673 enquanto Comitê Gestor, é desenhar instrumentos que consigam de fato alcançar o
674 público, alcançar as realidades e enfrentar esse desafio. A palavra segue aberta.
675 Ricardo?

676 **O SR. RICARDO BONFIM MACHADO - 2º SUPLENTE (Sociedade Brasileira para o**

677 **Progresso da Ciência - SBPC)** – Bom, ter metas é muito bom, porque pelo menos tem
678 uma direção a ser alcançada. Eu acho que o maior volume de recursos previstos é
679 justamente o de doação. Eu só queria... Desculpe se já foi discutido na reunião passada,
680 porque eu não pude vir. Mas essa... Tem uma estratégia para fazer essa captação de
681 doações? Ir atrás, fazer um corpo a corpo com empresas que são usuárias da
682 biodiversidade, por exemplo, O Boticário, Natura? Mas são doações indedutíveis, imposto
683 de renda, algo como imposto verde que foi tentado vários anos atrás junto com a lei
684 Rouanet. Empresas que estão devendo o imposto ao invés de pagar para o imposto de
685 renda, eles pegam esse dinheiro e aplicam em projetos verdes. Isso já foi tentada, pode
686 renascer, porque as empresas, quando se fala em doação, sempre imagino, se for
687 doação eu vou poder deduzir isso no meu imposto de renda. Então, entender um pouco
688 dessa estratégia de captação dessas doações. E a parte de apoio institucional, eu não
689 sei se... Há um tempo atrás eu tive experiência com o finado FNMA, onde as prefeituras
690 acessar com recursos para alguns projetos e tinham empresas intermediárias que... Tem
691 muita prefeitura no interior que não consegue fazer a prestação de contas ou elaborar
692 propostas. Então, eu não sei se o credenciamento de ONGs, o credenciamento de
693 escritório de advocacia, de contabilidade, porque realmente fica mais fácil você ter uma
694 organização intermediária para poder, inclusive, fazer a prestação de contas. Antes de
695 entrar para a UnB trabalhava numa ONG de serviço de Internet, a gente financiava
696 projetos. E teve uma expedição que a gente financiou para o Amapá onde o pesquisador
697 teve que apresentar uma nota de 3000 pães para cobrir o gasto com barqueiro. Então,
698 demagogia, você aceita a nota fictícia, mas tem que ter a nota. Então, essa é a realidade.
699 Eu queria saber se essa a ideia de fazer um credenciamento de instituições que possam
700 ajudar as organizações de base a acessar os recursos e a ideia da campanha de doação.

701 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
702 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado. Vou começar respondendo pela
703 segunda. Eu entendo que esses detalhamentos são justamente o que nós temos que
704 colocar no desenho do projeto. E é o que nós vamos discutir no item 3 da pauta, que é
705 qual a primeira visão que nós temos sobre esse plano e aí recolher de vocês exatamente
706 esse tipo de sugestão, estratégias mais efetivas para que possamos alcançar o nosso
707 objetivo ambicioso de 240 organizações fortalecidas. E em relação à estratégia de

708 captação dos recursos, ele não vai na linha do que você comentou de buscar novas
709 fontes extras às que estão aqui. Mas particularmente quando ele fala em doação, está
710 falando aqui da filantropia mesmo, porque vocês sabem que houve um hiato do interesse
711 da cooperação internacional em aportar recursos para a conservação da biodiversidade,
712 para o uso sustentável da Biodiversidade no Brasil e que esse ato hoje mudou, existe
713 uma série de sinalizações em nível internacional de recursos para a conservação da
714 biodiversidade, para fortalecimento daquelas organizações de Povos e Comunidades
715 Tradicionais que estão na trincheira do desmatamento. Ou seja, nós temos que chegar a
716 eles, darmos um alternativas para que eles não sejam seduzidos e assediados pelas
717 atividades predatórias. Então, no ponto de vista de uma estratégia de mobilização de
718 recursos o nosso Fundo, justamente por ter em seu mandato a obrigação de focar
719 recursos para a conservação da biodiversidade e para proteção dos conhecimentos
720 tradicionais associados, ele é um instrumento altamente sedutor em termos do que existe
721 da filantropia internacional. Com uma grande diferença, a maior parte dos fundos que
722 existem são Fundos orçamentários, que tem limite para receber recursos, tem limite para
723 a execução, tem contingenciamento. Esse fundo não, esse fundo tem uma outra
724 vantagem, que é flexibilidade para repassar recursos, que fazer de também ser um fundo
725 extremamente sedutor, porque você consegue visualizar que o recurso irá para o Fundo
726 cujo mandato dele é conservação da biodiversidade, apoio a atividades sustentáveis,
727 apoio à Povos e Comunidades Tradicionais. Segundo, ele não é contingenciável. O
728 recurso pode vir, eu quero doar esse recurso para fazer essa atividade. O manual de
729 operação diz: quando a doação vier com o plano vai para ser para aquilo ali, nós só
730 vamos apenas desenhar o instrumento. E terceiro, que é uma outra virtude e uma grande
731 vantagem do nosso Comitê Gestor comparado a grandes outros. Os beneficiários do
732 Fundo participam da tomada de decisão sobre o que vai ser feito com recurso. Então,
733 SBPC, CONSEA, CNPCT, CONDRAF, CNPI, são os beneficiários da lei que estarão
734 fazendo controle sobre o próprio instrumento de apoio que será executado. Então, até
735 isso, na minha opinião, extremamente sedutor quando se faz uma estratégia de captação,
736 porque você não está captando um recurso para fazer um projeto para entregar para uma
737 pessoa que nem está envolvida no processo. Os beneficiários não só estão envolvidos
738 como votam e aqui no caso são a metade do Comitê Gestor. Então, tem um peso de

739 importância na hora do voto tanto quanto os outros membros. E um pouco a mensagem
740 que nós temos que ter em relação a nossa responsabilidade aqui enquanto Comitê
741 Gestor do Fundo, porque hoje o Fundo embora tenha poucos recursos, ele tem um
742 desafio muito grande que em sendo um fundo *sui generis* em termos de onde vem o
743 dinheiro, como ele é gasto, tem participação na decisão desse recurso, ele não é um
744 recurso da união. Então, isso é uma outra questão extremamente sedutora muitas vezes
745 para o doador, não estou dando dinheiro para o governo brasileiro, estou dando para o
746 Fundo que a sociedade civil está lá e decide onde vai ser feito a locação. Então, quando
747 a gente fala de um plano de mobilização, ela se insere no meio desse contexto que hoje
748 é favorável, porque existe um desejo da filantropia em pôr recursos no Brasil para a
749 conservação para Povos e Comunidades Tradicionais e agricultores familiares, para a
750 própria pesquisa científica que vá fortalecer eles. Eu entendo que embora soe
751 extremamente ambicioso, quando a gente escuta os valores que existem disponíveis em
752 fundos, ele é até conservador. Mas eu acho que é o nosso papel enquanto Comitê Gestor
753 não sinalizar uma ambição que não é factível. É exatamente isso que nós queremos fazer
754 com esse plano, nós temos ambição, queremos ser ambiciosos, mas vamos fazer isso
755 com uma forma extremamente pragmática, extremamente consciente de não dar o passo
756 maior do que a perna vai dar conta. Então, em linhas gerais, não sei se eu consegui
757 responder completamente, mas precisamos de uma estratégia de mobilização de
758 recursos para que outros recursos de outros doadores veja um o Fundo, inclusive, como
759 talvez possa estar parecendo muito confiante, mas talvez os melhores instrumentos para
760 fazer o recurso chegar no território e de fato reverter as atividades predatórias, os
761 assédios e as ameaças que os Povos e Comunidades Tradicionais sofrem de um modo
762 geral. Com a diferença que ele ainda tem uma linha de ação específica para
763 conhecimento tradicional associado, que também faz ele um fundo *sui generis*. A palavra
764 segue aberta. Eu vou, então, encaminhar para a votação. Posso? Olho no lance. Os
765 membros do Comitê Gestor que são favoráveis à aprovação do plano quadrienal, sua
766 estratégia de mobilização com mandato para Secretaria-Executiva encampar e arrecadar
767 e captar esses recursos, bem como o plano anual de desembolso com a previsão de 2
768 anos para o prêmio e de conhecimento tradicional associado e 4 anos para o plano que
769 será discutido logo mais, levantem a suas plaquinhas. Votam favoravelmente: Ministério

770 do Meio Ambiente, Ministério da Agricultura, MDS, MDA, MCTI, Funai, IPHAN, CNPCT,
771 CONSEA, SBPC. Votos contrários? Não há votos contrários. Votos favoráveis...
772 Abstenções. Desculpa, eu estava lendo aqui. Abstenções? Não há abstenções. Nosso
773 plano quadrienal, sua estratégia de mobilização e o plano do primeiro ano foram
774 aprovados com 10 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.
775 Gostaria aqui de pedir uma salva de palmas a vocês, porque isso é um momento histórico
776 para esse Comitê Gestor do Fundo. Parabéns. Agora nada mais segura esse fundo. Muito
777 bem. Estou particularmente feliz nesse momento, então, passo a palavra para a Ana
778 Luiza, para que possa... Ah, não, divisor de tarefas? Não, vamos deixar isso para depois,
779 porque isso é tenso. Vocês já querem dividir as tarefas agora? Está na ordem, não é?
780 Vamos abrir a nossa planilha de tarefas. Não são poucas, mas são complexas. Olha só,
781 nós temos ainda pendente para a nossa, para completude do manual de operações os
782 procedimentos para a execução dos recursos provenientes de receitas vindas de
783 contribuições, feitas por usuários do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional
784 associado para repartição de benefícios. Os procedimentos de monitoramento do Fundo
785 e dos instrumentos de apoio, plano de monitoramento. Os procedimentos para a
786 avaliação do Fundo e dos instrumentos que forem apoiados, o plano de salvaguarda
787 socioambiental do Fundo. E havíamos também colocado como obrigação da última
788 reunião o primeiro instrumento de apoio, o plano operativo quadrienal e agora a obrigação
789 do MMA de trazer para a próxima reunião também uma proposta do prêmio das guardiãs.
790 Então, como vocês podem ver, os três últimos estão sobre obrigação do MMA, pode até
791 tirar o 6, porque a gente já aprovou. Ficando basicamente 1, 2, 3 e 4 como documentos
792 pendentes ainda para a completude do nosso manual. Recordando que eles são
793 importantes e são partes que não podemos nos furtar a discutir e aprovar, porque agora
794 que nós temos previstos dois instrumentos de apoio para serem elaborados, nós
795 precisaremos ter um procedimento de monitoramento para acompanhar a
796 complementação deles, bem como anual ou ao final um procedimento de avaliação da
797 implementação desses instrumentos. Assim como, obviamente e muito importante, um
798 plano de salvaguarda que vai justamente, a partir da leitura do manual de operações que
799 coloca em seus princípios, entre outros, a equidade de gênero, democracia, questão de
800 você ter... Bom, são oito ou nove critérios que devem ser levados em conta. Isso tem que

801 estar refletido no plano de salvaguardas do manual, para que justamente a gente possa
802 medir se aquilo que são os princípios que devem reger o Fundo estão sendo atendidos
803 em cada um dos instrumentos de apoio. Dito isso, a primeira perguntinha, sem querer
804 constranger ninguém. Alguém se candidata a fazer alguma dessas atividades? Que
805 consultor? Tinha, mas ele não quis fazer, porque o valor que havia disponível para fazer
806 o trabalho, ele achou muito trabalho e desistiu, por isso que não foi possível. A gente vai
807 lançar um edital ainda, mas obviamente que... O que acontece? O construtor será
808 contratado, ele vai elaborar uma minuta, e seria de bom tom que algum membro do
809 Comitê Gestor acompanhasse, avaliasse, nos ajudasse. E quando for ser aprovado aqui,
810 relatasse o que fosse. Nem tanto desenhá-lo, mas acompanhar e relatar para todos nós
811 aqui quando no momento da sua aprovação.

812 **A SR^a. MÁRCIA REGINA MUCHAGATA - TITULAR (Ministério de Desenvolvimento e**
813 **Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS)** – Mas, então, antes de você
814 saindo pegando o nome dos voluntários, acho que era importante, então, entender qual
815 que vai ser o trabalho que vai ser necessário das pessoas aqui. Porque parece que você
816 estava até duvidando que alguém iria se candidatar.

817 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
818 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Eu já ia assumir tudo isso daí, mas eu acho
819 que é importante o que nós todos aqui do Comitê Gestor do Fundo entendamos que
820 daqui para frente o trabalho vai aumentar. Porque se tudo que nós estamos planejando
821 se materializar, a rigor, cada um de nós vai ser instado a relatar instrumentos de apoio,
822 fazer um pouco mais do que simplesmente aprovar, votar e aprovar. Eu acho que aqui a
823 ideia é que a Secretaria-Executiva elabore documentos, mas hoje quem tem feito a
824 relatoria deles têm sido nós. Mas com o andar da carruagem e com sucesso do trabalho,
825 a expectativa é que cada vez mais cada um de nós passamos a ter esse trabalho de
826 dividir as relatorias as dos trabalhos. Neste momento nós estamos encaminhando para
827 contratar alguém para fazer o plano de monitoramento e avaliação. Se nada fosse feito
828 nós faríamos a relatoria, nós apresentaríamos aqui e o processo seria como tem sido
829 feito. Mas eu acho que passamos do momento em que todo esse trabalho possa ser feito
830 exclusivamente pela Secretaria-Executiva. Então, nesse sentido, qual seria o trabalho

831 para não ficar... Nós seguiríamos trabalhando para elaborar os documentos, contratar
832 consultorias. Mais para frente teríamos, no nosso sucesso, a equipe e mais para frente
833 com recursos que justifiquem a contratação de uma agência implementadora, uma
834 agência implementadora. Mas todos os documentos que forem ser encaminhados para
835 a votação do Comitê Gestor, o ideal é que como nós encaminhamos duas semanas antes
836 da pauta, tenha alguém que faça cargo justamente de fazer uma leitura que não seja
837 nossa, porque isso fortalece o próprio trabalho do Comitê Gestor. É um segundo membro
838 do comitê avaliando um documento que a Secretaria-Executiva está acompanhando. E
839 aí na hora de se aprovar não seremos nós que estamos trazendo em isolado a proposta,
840 temos um relator que vai dar um parecer favorável ou contrário, ou sugerir coisas. Isso
841 além de melhorar o resultado do trabalho, vamos dizer assim, divide um pouco as tarefas
842 e o comitê se apropriam mais do seu próprio trabalho. Então, é nessa linha que seria o
843 trabalho. Neste momento seria sim pegar um pouco mais na mão na massa, acompanhar
844 de perto o trabalho, não só esperar a relatoria duas semanas antes. Então, eu volto a
845 perguntar se alguém tem essa...

846 **A SR^a. MÁRCIA REGINA MUCHAGATA - TITULAR (Ministério de Desenvolvimento e**
847 **Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS) – Não, em sendo isso eu posso**
848 **fazer, acompanhar a 2 e 3.**

849 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
850 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – Ótimo. Márcia Muchagata, muito obrigado. Já**
851 **temos dois itens a menos para serem sorteados.**

852 **O SR. RICARDO BONFIM MACHADO - 2º SUPLENTE (Sociedade Brasileira para o**
853 **Progresso da Ciência - SBPC) – O prazo?**

854 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
855 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) – O prazo? Bom, aí vai depender da nossa**
856 **capacidade de contratar o consultor. Porque a nossa ideia era estar aprovando esses**
857 **documentos agora na nossa relatoria, mas como nós sabemos, nem tudo ocorre da forma**
858 **como sai no roteiro. Mas eu posso... O Nilton é o nosso coordenador de projetos, ele está**
859 **fazendo o edital de contratação, ele pode ter mais novidades do que eu. Mas de toda**

860 forma, nossa próxima reunião do Fundo é a final de novembro, não é isso? No fim de
861 novembro. Então, a ideia seria daqui até lá ter contratado, ter os resultados prontos, um
862 documento minimamente consolidado para encaminhar para a relatora, a relatora faz
863 análise dos documentos, faz basicamente uma proposta de relatório aprovando, ou não
864 aprovando, ou sugerindo, e isso seria o que seria deliberado aqui.

865 **O SR. RICARDO BONFIM MACHADO - 2º SUPLENTE (Sociedade Brasileira para o**
866 **Progresso da Ciência - SBPC)** – Eu posso me arrepende amargamente depois, mas
867 eu me voluntario para salvaguarda socioambiental. Depois eu comunico o titular e o...

868 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
869 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Para você não sofrer... Então, muito bom,
870 SBPC. Aí pode ter certeza que, tanto SBPC quanto o MDS, terão o total apoio e parceria
871 e compromisso conjunto da nossa Secretaria-Executiva de fazer esse acompanhamento.
872 Só para você saber, o plano de salvaguardas, se você não tivesse se candidatado eu me
873 candidataria, então, a gente faz junto. Estamos juntos nessa tarefa aí. Bom, eu confesso
874 que o primeiro aí a gente pode fazer também, porque são alguns parágrafos que a gente
875 a gente deveria incluir no manual de operações. Então, eu também vou me arrepende
876 amargamente... O Iphan quer se candidatar?

877 **A SRª. CLARA MARQUES CAMPOS - 1ª TITULAR (Instituto do Patrimônio Histórico**
878 **e Artístico Nacional - Iphan)** – Eu estou insegura de me candidatar, porque, na verdade,
879 a Natália que está como titular, está de férias, ela que vai ficar mais à frente, mas eu acho
880 que... O plano de salvaguarda. E também, como já tem gente, de repente o prêmio.

881 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
882 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Ótimo. Vamos fazer isso então. Vocês relatam
883 o prêmio, porque o plano de salvaguardas... Lembrando, nós vamos elaborar minuta, a
884 gente da fazer todo esse... Na verdade, o prêmio, ele vai ser discutido virtualmente antes
885 também, assim que a gente tiver uma minuta minimamente consolidada com... O que a
886 gente não achar que a gente como a Secretaria-Executiva tenha que decidir, a gente
887 pode mandar como opções e aí a relatoria fica a cargo do Iphan então. Muito obrigado.
888 Eu estou ficando feliz com vocês. Vou sugerir vocês ganharem prêmios também, mas aí

889 é a Funarte que vai fazer o prêmio. Então, ficamos nós MMA com a primeira tarefa
890 também. Beleza? Viu só? Conseguimos tudo. A CNI quer fazer alguma coisa? Ah, não é
891 membro. Que pena. Então, vocês ajudam a gente no primeiro com a segunda parte do
892 trabalho, que é conseguir as contribuições. Ah, é? Isso aí. Julia da CNI.

893 **A SRª. JULIA PUPE (Representante da CNI)** – Bom dia a todos e todas. Julia Pupe,
894 CNI. Eu sei que tem várias empresas interessadas em contribuir com o Fundo, mas eu
895 entendo que hoje existe a insegurança pelos projetos ainda não estarem acontecendo.
896 Então, à medida que esses projetos forem acontecendo, eu acho que é possível, ou até
897 antes, vocês realizarem reuniões bilaterais com algumas empresas, justamente para
898 mostrar esse cronograma, esse desembolso que vocês estão pensando e assim
899 conseguir mobilizar esse recurso 2024 de 20 milhões. Inclusive, era até uma pergunta
900 que eu gostaria de fazer sobre, se vocês já têm essa estratégia e por que foi pensado em
901 20 milhões 2024 e mais tantos milhões nos próximos anos?

902 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
903 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Esse número foi a Secretária quem propôs,
904 eu como bom servidor acatei e aceitei o desafio, faremos isso com ela. Mas confesso que
905 a melhor parte da sua fala é a primeira, de ouvir que existe essa disposição do setor
906 privado e contribuir com o Fundo. De repente a gente vai ter que até alterar essa meta aí
907 para cima. Depois a gente conversa com mais calma sobre isso. Dr. Konmannanjy.

908 **O SR. RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA (TAATA KONMANNANJY) - TITULAR**
909 **(Conselho Nacional Dos Povos E Comunidades Tradicionais - CNPCT)** – Bom dia a
910 todos. Eu estou com um pouco de dúvida como a Sociedade Civil entra nisso daí. Qual é
911 a tarefa nossa? Eu ainda tenho mais dúvidas, porque só tem eu de Sociedade Civil aqui
912 hoje, não é? Deixa falar quem faltou. Quero saber, quero ter maiores informações para
913 colocar meu grupo. Dar uma noção, uma explicação melhor?

914 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
915 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Pois não, Konmannanjy. Aqui a gente, no
916 momento, por incrível e que pareça, que coisa boa, já dividiu as tarefas todas. Então, em
917 tese não teria necessidade de mais alguém se candidatar, mas de toda forma, recordando

918 que a SBPC também é Sociedade Civil e beneficiária, a gente pode falar que do conjunto
919 das organizações representativas, os beneficiários da lei, a SBPC vai se prontificar a
920 fortalecer esse trabalho conjunto. Perfeito? Bom, a gente não precisa aprovar isso aqui,
921 eu acredito. Então, depois a gente encaminha para cada qual dos relatores um
922 cronograma do que vai ser feito, os documentos que já tenham sido antecipados. E vocês
923 fiquem sempre à disposição para entrarem em contato conosco. Eu não vou propor criar
924 um grupo um do WhatsApp do Comitê Gestor, não se preocupem, mas de toda forma
925 nosso telefone está sempre à disposição de vocês. Que horas são? Ainda dá para
926 trabalhar mais um pouquinho. Vamos para o próximo item da pauta. Opa, a Secretária
927 Carina, por gentileza.

928 **A SR^a. CARINA MENDONÇA PIMENTA - TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e**
929 **Mudança do Clima - MMA)** – Desculpa. Eu interrompo aqui a reunião, eu levanto a mão,
930 mas não sou vista. Eu queria me desculpar que eu tive que atender uma ligação. Eu vi
931 que você me chamou aqui para responder algo. Se você quiser que eu ainda responda
932 algumas das coligações, você me diz quais são que eu posso contribuir, se for necessário
933 agora.

934 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
935 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Sim, o que nos foi perguntado, Secretária, os
936 valores de 20, 150, se existe uma razão ou se é realmente uma média autoimposta sem
937 uma referência. Algo nessa linha que foi a pergunta.

938 **A SR^a. CARINA MENDONÇA PIMENTA - TITULAR (Ministério do Meio Ambiente e**
939 **Mudança do Clima - MMA)** – Bom, primeiro que a primeira proposta é de uma captação
940 de 20 milhões, 2023 aqui, 2024. E depois um crescimento maior exatamente para ver o
941 Fundo conseguindo ter um ganho operacional para conseguir dar conta da gestão e da
942 diversidade de gestão desses recursos. Os 20 milhões foram feitos com base na
943 estratégia de fortalecimento institucional, que eu acho que ainda não foi detalhada, se eu
944 entendi bem a gente vai depois compartilhar um pouco mais em apresentação como que
945 foi pensada. E aí é um número, um orçamento em torno do que seria possível executar
946 em uma primeira etapa de construção desse programa. E os 150 milhões é um número
947 para chegar nas 240 organizações. A gente se colocou uma meta que pode ser para cima

948 ou pode ser para baixo, por isso que eu falei na minha fala inicial que eu estava falando
949 de uma ordem de grandeza. Desculpa, que eu não escutei as contribuições, vocês podem
950 ter abordado isso. Eu acho que cabe a esse Conselho manejar esses temas, direcionar,
951 inclusive, impor, faz sentido ser 40 por bioma? A gente tem biomas que são mais
952 prioritários ou que tem um número maior de organizações. Eu acho que tem várias coisas
953 que a gente pode discutir e qualificar falando do desenho da proposta. E daí eu escutei
954 só o comentário, o último comentário sobre a operacionalização, e eu concordo, eu acho
955 que para as empresas ainda têm. Se o Fundo se mostrar um mecanismo de execução
956 fácil, de execução rápida com o resultado, isso atrai, é uma fonte de atração de outros
957 parceiros, sobretudo, das empresas que participam da lei e que vão se beneficiar
958 diretamente do fortalecimento dessas instituições. Então, eu entendo esse ponto, eu
959 concordo, na verdade, por isso que, inclusive, a primeira estratégia de captação dos 20
960 milhões não estavam focada nas empresas que fazem parte do CGen e tudo mais.
961 Porque a gente entende que nesse momento é importante trazer o recurso de filantropia
962 para criar essa estrutura e aos poucos a gente vai montando uma estratégia mais robusta,
963 mais inteligente de captação. Eu não sei se eu respondi todas as perguntas, mas são
964 escalas. Eu acho que o que a gente está aprovando aqui são escalas, se é 150,170, a
965 gente ainda precisa detalhar, não tem uma memória de cálculo por trás, tem um número
966 estimado de custo por ano de apoio às organizações. E como a decisão do fortalecimento
967 institucional e, sobretudo, de fortalecer as atividades produtivas dessas organizações
968 requer um conjunto de estratégias que são perenes, ou seja, não dá para fazer em um
969 ano com uma, em outro ano com outra. A ideia é você ofertar uma estratégia perene. E
970 aí por isso que os números vão escalonando, vão crescendo e a participação da
971 filantropia também vai ser muito estratégica. A gente vem conversando com alguns
972 filantropos, daí só para concluir. Então, esse desenho já vem sendo colocado em
973 conversas com alguns e gera muito interesse. Então, se a gente tem aqui um aval para
974 seguir, eu nem sei se foi feita votação ou não, mas se a gente tem esse aval, a gente
975 agora se sente melhor colocado para fazer essa construção dos dois lados, com o
976 Conselho e com um grupo de filantropos. A gente já tem, está montando uma estratégia
977 de matching, uma estratégia de contrapartida, os recursos do fundo mais os recursos de
978 alguns filantropos nacionais e mais alguns internacionais para a gente poder compor esse

979 volume de recursos que a gente está finalizando. Esses números já foram tratados e
980 apresentados para vários deles, estamos em uma linha de trabalho correta. Pelo menos
981 do ponto de vista da filantropia.

982 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
983 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Secretaria. Dando seguimento ao
984 item 6, análise e discussão sobre conteúdo dos instrumentos de apoio do Fundo nacional,
985 plano de fortalecimento institucional das organizações de base, a sua fase 1. E se a gente
986 quiser também, se tiver tempo, pode entrar nos detalhes já de alguma coisa que vocês
987 queiram discutir sobre o prêmio também. Eu acredito que feita essa apresentação agora,
988 provavelmente a gente pode até concluir a reunião agora pela manhã. Vai ao sabor da
989 discussão aí de todos. Está bom? Eu passo a palavra à doutora Ana Luiza,
990 Coordenadora-geral do Fundo, que fará a apresentação do Fortalece Sociobio.

991 **A SRª. ANA LUIZA ARRAES DE ALENCAR ASSIS - 2ª SUPLENTE (Ministério do Meio**
992 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, a primeira coisa que eu queria dizer
993 para vocês é que a gente tinha planejado apresentar o plano, mas a medida em que a
994 gente foi desenvolvendo o desenho dele e percebeu que ele está como uma das
995 atividades permanentes do Fundo, a gente entendeu que se trata de um programa de
996 fortalecimento institucional e não um plano. Porque a gente não vai fazer são um ciclo de
997 formação, a ideia é que essa seja uma atividade permanente que seja feita em vários
998 ciclos e que fique ao longo do funcionamento do Fundo, a gente tenha sempre alguma
999 atividade de fortalecimento institucional das organizações de base. Então, eu vou
1000 apresentar para vocês o planejamento do primeiro ciclo de formação, mas a gente
1001 entende que isto vai se dar de forma continuada no tempo, porque vão ter vários outros
1002 ciclos ao longo da existência do Fundo. Então, esse programa de fortalecimento
1003 institucional das organizações de base, que são guardiãs e guardiões da
1004 sociobiodiversidade. A gente pensou a princípio que ele pudesse se basear em um
1005 diagnóstico, e aí um diagnóstico de 240 organizações de base e, sendo 40 por bioma.
1006 Então, a gente pensou que a partir desse diagnóstico, então, de 40 por bioma, a gente
1007 pudesse selecionar trinta organizações de base, cinco em cada bioma, para serem
1008 fortalecidas nesse primeiro ciclo, nesse primeiro período de quatro anos. E aí como foi

1009 exposto mais cedo, isso de forma linkada à uma estratégia de captação de recursos para
1010 garantir a continuidade do programa de fortalecimento institucional. E aí a gente pensar
1011 talvez em uma escala maior quando a gente tiver essa disponibilidade dos recursos que
1012 foram captados. Então, a gente... A questão do diagnóstico. Aí no gráfico a gente tem um
1013 gráfico de níveis de maturidade das organizações. Então, os dois gráficos são bastante
1014 parecidos, o mais a esquerda está em uma linguagem mais voltado para a questão de
1015 acesso ao mercado e desenvolvimento institucional. Então, quando a gente vai fazer o
1016 diagnóstico das organizações de base, das organizações que trabalham com a
1017 sociobiodiversidade, organizações de bioeconomia, a gente vê que gente tem instituições
1018 com diferentes características. Então, a gente tem organizações que muitas vezes tem
1019 um desenvolvimento institucional grande, elas estão fortalecidas, estão ativas, elas têm
1020 um processo de legitimidade, de governança operando, mas muitas vezes elas não
1021 conseguem ter acesso a mercado ou elas não conseguem ter capacidade de realização
1022 das próprias iniciativas por falta de oportunidade. E pensado na questão de acesso a
1023 mercado ou capacidade de realização, a gente vai ter também essa variação de eixo que
1024 muitas vezes a gente tem organizações que elas conseguem fazer acesso a mercado,
1025 elas conseguem acessar recursos para realizar as próprias iniciativas, mas às vezes elas
1026 estão precisando de atenção ou elas são frágeis do ponto de vista da governança, do
1027 ponto de vista do desenvolvimento institucional. Então tentando mostrar dois eixos e aí a
1028 gente tem claro organizações que vão estar frágeis e vulneráveis desses dois pontos de
1029 vistas e organizações que vão estar grandes e fortalecidas desses dois pontos de vistas.
1030 Então, esse gráfico a mais para a gente pensar, quando a gente está pensando programa
1031 de fortalecimento, quais são as instituições com as quais a gente quer trabalhar ou com
1032 as quais seria estratégico atuar. A gente sabe que as que têm mais necessidade são
1033 essas que estão como frágeis e vulneráveis, mas dependendo da ação, do ciclo, a gente
1034 pode estar priorizando também aquelas que estão em amarelo ou em azul, dependendo
1035 do que o Comitê Gestor do Fundo entender como mais assertivo como o que possa ser
1036 mais eficiente. Então, a princípio a gente pensou nessa primeira etapa de até 12 meses
1037 a apresentação e análise e deliberação para o comitê sobre o plano de fortalecimento,
1038 que é um pouco que a gente está fazendo aqui nesse primeiro momento. A gente está
1039 fazendo mais como apresentação, mas pode vir como um instrumento mais detalhado no

1040 futuro. E aí o lançamento dos instrumentos de apoio, primeiro para selecionar entidades
1041 implementadores, uma por bioma. Então, seriam entidades que poderiam realizar o
1042 levantamento e o diagnóstico dessas organizações de base para o Comitê Gestor do
1043 Fundo tomar as decisões. E aí também é um lançamento de um instrumento de apoio
1044 para preparar abordagem metodológica do plano de fortalecimento institucional e os
1045 materiais técnicos de apoio para as organizações de base. Então, a gente pensa que
1046 esse plano de fortalecimento institucional, ele vai ter como componentes o
1047 desenvolvimento de uma rede de apoio continuada. Então, essa rede de apoio deverá
1048 contar com a assessoria, cooperativismo, governança, gestão de negócios, assessoria
1049 contábil e assessoria jurídica, com expertise em acesso e repartição de benefícios. Para
1050 poderem ser acionadas dependendo da demanda de cada uma das organizações de
1051 base que vai está sendo fortalecida. E também o fomento de oportunidades diretas, que
1052 a gente está chamando de arca de oportunidades. Seriam mais ou menos esses dois
1053 componentes, esse primeiro componente, então, um componente com uma rede de
1054 assessorias, uma rede de apoio continuada e que pode vir ser acionada a depender da
1055 necessidade de cada uma das organizações de base que está participando do plano de
1056 fortalecimento. A segunda etapa, então, do plano que a gente está prevendo que ela
1057 tenha até 12 meses também. A apresentação, então, do levantamento do cadastro das
1058 organizações de base de guardiãs e guardiões. Então, como eu falei para vocês, a gente
1059 estava prevendo, está prevendo que esse diagnóstico conte com 40 organizações de
1060 base por bioma, um diagnóstico de 40 e de 240 no total, pensando no país como um
1061 todo. Essas 240 seriam aquelas que poderiam participar do processo de fortalecimento
1062 institucional. E aí com base nesse diagnóstico, que vai levar em consideração os níveis
1063 de maturidade de cada uma das organizações, aí o Comitê Gestor do Fundo pode
1064 selecionar as cinco organizações de cada bioma, as trinta que de fato vão participar do
1065 programa de fortalecimento. E aí a gente prevê nessa segunda etapa ou início das ações
1066 de fortalecimento institucional, com desenvolvimento da rede de apoio continuada, com
1067 aquelas assessorias todas que eu mencionei. Como terceira etapa, então, tenho
1068 desenvolvimento das atividades que continuam e aí um processo de monitoramento e
1069 avaliação das atividades que forem realizadas a cada uma dessas trinta instituições, 5
1070 por bioma, que estão participando do primeiro ciclo do programa de fortalecimento

1071 institucional. Então, essas atividades desenvolvidas, esse monitoramento e avaliação vai
1072 ser apresentado para o Comitê Gestor. E aí ainda na terceira etapa gente teria se
1073 disponibilização de recursos diretos para cada uma dessas organizações que a gente
1074 está chamando de arca de oportunidades, para que elas possam desenvolver as
1075 iniciativas que considere prioritárias. Então, isso seria como se fosse um piloto para ver
1076 se elas estão fortalecidas de fato, se elas conseguem acessar os recursos diretamente,
1077 fazer todo o processo de monitoramento, avaliação e prestação de contas desse recurso.
1078 Então, seria como se fosse um teste final aí para a gente ver se elas estão fortalecidas e
1079 se elas podem dar seguimento às suas próprias atividades sem contar tanto com a
1080 assessoria do programa de fortalecimento. E aí, então, a quarta etapa que o
1081 monitoramento e avaliação dessas atividades realizadas por cada uma das 30
1082 organizações através da arca de oportunidades. E aí, por parte do Comitê Gestor do
1083 Fundo, a análise e avaliação de todo o primeiro ciclo de formação e assessoramento. E
1084 aí isso pode gerar o redesenho do próximo ciclo, e aí é nesse momento também que a
1085 gente consegue pensar a escala e o eventual direcionamento já com base no que foi
1086 angariado na estratégia de captação de recursos do Comitê Gestor. Então, aqui só um
1087 panorama geral de cada uma das etapas, incluindo as quatro etapas. E aí nesse segundo
1088 ciclo, a gente não realizaria novamente o diagnóstico, o diagnóstico é um primeiro
1089 diagnóstico inicial que cadastrar essas 240 organizações e aí o segundo ciclo já vai partir
1090 desse diagnóstico, a gente não volta a realizar o diagnóstico de novo. Então, a gente já
1091 pode partir da seleção das organizações. Claro que tudo isso pode se ajustar à medida
1092 que o Comitê Gestor do Fundo for ver a necessidade. Então, se daqui no final do primeiro
1093 ciclo a gente achar que o diagnóstico precisa ser fortalecido, que a gente precisa atualizar
1094 alguma coisa do diagnóstico, não deixa de ser uma possibilidade.

1095 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1096 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, Ana. Antes de passar a
1097 palavra eu queria só também destacar uma questão muito importante. Vai prender nesse
1098 primeiro ano, como Ana falou, o levantamento das 240 organizações. Nesse processo no
1099 primeiro ano a se gente conseguir na nossa estratégia de mobilização arrecadar os 20
1100 milhões que está proposto lá, esse valor de 5 organizações para o ano 2, a gente já pode
1101 ampliar para o maior número. Então, é justamente por isso que está casado essa etapa

1102 primeira ser como se fosse a base de todo o programa e a etapa 2 está conservadora
1103 com os valores que nós temos hoje, mas na nossa lida de buscar a captação de recursos,
1104 esses recursos sendo doados ao Fundo pode fazer com de esse número de 5
1105 organizações passe a ser 10, passe a ser 20 e assim sucessivamente, obviamente
1106 conforme a deliberação do Comitê Gestor. Então, por isso que eu volto a destacar que o
1107 nosso plano é um plano vivo, ele vai ser sempre atualizado conforme o nosso sucesso
1108 em termos de captação dos recursos. E por fim, a gente entende que embora ele seja
1109 inicialmente ainda um pouco tímido, o objetivo dele é ser um programa permanente.
1110 Então, ele não deixa de ser nessa primeira etapa ainda um teste, isso vai ser sempre
1111 uma atividade permanente, porque não são só 240 organizações que demandam esse
1112 fortalecimento. E assim sucessivamente. Embora tenha esse foco em acessar recursos
1113 do Fundo e dessa arca de oportunidade, a ideia é justamente que esse fortalecimento
1114 permita eles, as organizações, elas, acessar outros recursos. Inclusive, recursos
1115 orçamentários e de outras fontes e assim no fim das contas a gente acaba gerando
1116 musculatura para essas e organizações, para inclusive irem atrás de outras fontes que
1117 não só o Fundo. Então, assim, eu entendo que é um programa ambicioso também, ele é
1118 ousado, mas eu entendo que ele é do tamanho do desafio que nós temos enquanto país
1119 de gerar musculatura para que essas organizações cada vez mais prescindam até
1120 mesmo do estado, que é justamente essa a ideia. Quando a gente fala de fortalecer,
1121 estamos falando de fortalecer a autonomia, inclusive, para que eles possam acessar
1122 outros recursos que não só os recursos de fonte governamental. Então, eu deixo a
1123 palavra aberta a todos, nossa ideia é justamente colher subsídios, detalhes, críticas,
1124 sugestões para que quando venhemos na próxima reunião do Comitê Gestor do Fundo
1125 tenhamos já uma minuta mais estruturada a partir das impressões das senhoras e dos
1126 senhores. Então, palavra aberta. Márcia, do MDS, seguida de Konmannanjy.

1127 **A SR^a. MÁRCIA REGINA MUCHAGATA - TITULAR (Ministério de Desenvolvimento e**
1128 **Assistência Social, Família e Combate à Fome - MDS) – Bom, como a Cris não veio,**
1129 sou eu que estou levantando a plaquinha toda hora. Eu tenho certeza que vocês
1130 pensaram a respeito disso, mas eu queria que vocês colocassem os argumentos. Porque
1131 assim, se você pega a extensão do bioma e população, você não dá para comparar
1132 Semiárido com pampa e tal. Eu queria ver que ponderações vocês fizeram para dizer que

1133 iam ser os mesmos números por bioma. Eu tenderia a colocar mais apoio... A gente não
1134 pode dizer de biomas mais ameaçados, mas todos estão ameaçados. Mas assim,
1135 aqueles biomas que têm mais organizações, que estão precisando de mais apoio, que
1136 tem mais defensores sendo assassinados. Bom, esse tipo de coisa. Eu não colocaria o
1137 mesmo número no Semiárido, na Amazônia e no Pampa. Então, eu queria entender um
1138 pouco a ponderação de vocês para essa decisão. A outra coisa, sobre as entidades
1139 implementadoras. Bom, tudo bem, vai ser feito o edital para as entidades
1140 implementadoras, mas isso vai sair do recurso que está no Fundo, não é? Está bem.
1141 Não, eu acho que eram só essas duas questões que eu tinha.

1142 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1143 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não existe uma razão em particular por esse
1144 número. Na verdade, toda a ideia do programa é que ele tenha alcance nacional, que ele
1145 contemple todos os biomas. É lógico que existem realidades e realidades, mas no
1146 processo de seleção a gente pode ponderar esses critérios, grau de ameaça, local que
1147 está com uma questão de violência, porque mesmo que seja... Ah, o Pampa não vai ter
1148 tantos, mas alguma organização que você vai encontrar que está no mesmo grau de
1149 ameaça político-existencial que um ou outro que esteja na Amazônia. Óbvio, na medida
1150 em que o recurso for entrando e a gente consegue revisar esse número de 240 para
1151 outras, a gente pode ter enquanto Comitê Gestor, lembrando que aqui são sugestões
1152 nossas ao comitê. Essa é uma decisão do comitê, inclusive, de fazer esse tipo de corte.
1153 Então, não, na primeira fase vai se tal bioma, tal tipo de organização, isso tudo está ao
1154 sabor nosso aqui definir em conjunto e nós detalharmos no projeto. Mas a ideia era ser o
1155 mais abrangente em termos de bioma, entendendo que vamos encontrar organizações
1156 que demandam esse tipo de fortalecimento e que vão estar em maior, menor grau mais
1157 ou menos ameaçadas. Mas isso daí pode ser algo a ser levado em conta no processo de
1158 seleção das organizações, esse um dos critérios para que quando a agência que vai fazer
1159 a seleção leve em conta na sua categorização de quem são as organizações, as
1160 organizações que estejam nesse tipo de contexto mais adverso e mais complexo, de
1161 necessidade mais imediata. Ana Luiza.

1162 **A SR^a. ANA LUIZA ARRAES DE ALENCAR ASSIS - 2ª SUPLENTE (Ministério do Meio**

1163 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, assim, só para agregar, para contar um
1164 pouco do processo. Quando a gente estava pensando que a gente tem uma quantidade
1165 de recursos limitados e que a gente não poderia apoiar essas 240, que precisava ser um
1166 número menor, a gente pensou até cogitar deixar para o Comitê Gestor do Fundo
1167 escolher, por exemplo, um bioma com base, sei lá, no que estivesse mais ameaçado.
1168 Mas a gente queria um desenho que perpetuasse a permanência do programa de
1169 fortalecimento, então, que contempla seu território nacional como um todo. E isso reduziu
1170 bastante o número por bioma e a gente não chegou no exercício de pensar uma
1171 proporcionalidade, pensando nessa questão de número de organizações de grau de
1172 ameaça. Mas eu acho que essa é uma coisa possível sim de ser feita, a gente só precisa
1173 pensar bem nos critérios para não acabar sendo injusto com um bioma ou outro.

1174 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1175 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Konmannanjy.

1176 **O SR. RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA (TAATA KONMANNANJY) - TITULAR**
1177 **(Conselho Nacional Dos Povos E Comunidades Tradicionais - CNPCT)** – Sou eu de
1178 novo. Eu fico... Engraçado, eu ia falar a mesma coisa, meu irmão, mas eu ia falar da
1179 caatinga. Eu acho que no bioma caatinga, não tem um bioma mais discriminado do que
1180 ela, nunca se vê a caatinga em nada. Até imaginando porque que o governo não olha
1181 para caatinga. Também tem outro bioma que está sendo muito destruído e não se fala
1182 nisso, que é a mata atlântica. Corresponde a toda àquela orla marítima do Brasil, você
1183 ver as nascentes hoje colocando prédio, colocando tanta coisa e não está tendo
1184 visibilidade nenhuma a mata atlântica. É um dos maiores biomas do Brasil e está restrita
1185 a uma avenida, em vários estados. Eu queria saber quantos biomas nós estamos
1186 trabalhando mesmo? E quais são eles? Se for possível ser citado, por gentileza.

1187 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1188 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Konmannanjy. São 6 biomas. O
1189 cerrado, mata atlântica, Amazônia, o pampa, caatinga e a zona costeira e marinha.
1190 Também um bom trabalho com Povos e Comunidades Tradicionais que são de RESEX
1191 marinhas, pescadores artesanais que muitas vezes entram em um outro bioma, mas nós
1192 estamos incluindo como sexto bioma. Pantanal. Obrigado. O professor Ricardo não me

1193 deixa faltar a essa aula.

1194 **O SR. BRUNO CESAR PROSDOCIMI NUNES - 1º SUPLENTE (Ministério da Ciência,**
1195 **Tecnologia e Inovação - MCTI)** – Henry, então, são. Considerando a zona costeira, são
1196 7.

1197 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1198 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, qual que está faltando? É que eu falei
1199 zona costeira, mas, na verdade...

1200 **O SR. BRUNO CESAR PROSDOCIMI NUNES - 1º SUPLENTE (Ministério da Ciência,**
1201 **Tecnologia e Inovação - MCTI)** – A minha pergunta era exatamente se a zona costeira
1202 ia ser considerada ou não a próxima versão.

1203 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1204 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A gente vai ter que dividir por 7. A gente
1205 poderia interpretar da seguinte maneira, a zona costeira e inescapável mente passa por
1206 caatinga, um pouco de cerrado, um pouco da mata... Um pouco não, toda a mata atlântica
1207 quase. E um pedacinho do pampa. De novo, pessoal, o Comitê Gestor é soberano, nós
1208 somos apenas palpiteiros e sugestores, se existe essa palavra. A gente pode fazer desde
1209 o primeiro já com o corte da... Obrigado pela questão de ordem, Bruno. Ricardo.

1210 **O SR. RICARDO BONFIM MACHADO - 2º SUPLENTE (Sociedade Brasileira para o**
1211 **Progresso da Ciência - SBPC)** – Só para discutir um pouco da ideia da Márcia. Lá na
1212 academia gente passa por esse tipo de discussão, quando a gente orienta os alunos.
1213 Quer fazer amostragem padronizada ou proporcional? Esse é o tipo da discussão que
1214 acontece. Quando eu falo para os alunos, vai fazer trinta pontos de amostragem? Não,
1215 eu quero fazer 10, 20, 30 e tal. Mas de qualquer forma, como eu acho que a gente está
1216 dando o primeiro pontapé, a gente está fazendo a primeira iniciativa de apoiar as
1217 instituições. Eu tenderia a ficar com o esforço padronizado, 5 por instituição... Nesse
1218 primeiro ano. Por bioma, para exatamente avaliar, dentro desse universo de 240 que vão
1219 ser avaliadas, para exatamente avaliar como deve ser é a nossa abordagem. Se a gente
1220 deve focar mais na Amazônia porque tem mais, a maior área, tem mais instituições ou

1221 vamos focar naqueles que são mais ameaçados, aqueles mais tradicionais, aqueles
1222 pouco estruturados. Então, a minha posição seria de a gente seguir o plano e como vai
1223 ser o resultado.

1224 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1225 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Outro comentário? Tarcila, do MDA.

1226 **A SRª. TARCILA MARTINS PORTUGAL PRIMEIRO - 1ª SUPLENTE (Ministério do**
1227 **Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA) –** Bom dia a todos e todas.
1228 Eu queria tirar uma dúvida em relação a... Vocês podem voltar o slide anterior? Posterior.
1229 É o último. Só para eu entender mesmo, 5 organizações vão estar inseridas nesse plano
1230 de fortalecimento institucional, e depois essas cinco instituições também vão acessar
1231 essa arca de oportunidades, é isso? E o que seria essa a arca de oportunidades? Um
1232 pouco mais detalhada, só para eu entender.

1233 **A SRª. ANA LUIZA ARRAES DE ALENCAR ASSIS - 2ª SUPLENTE (Ministério do Meio**
1234 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** A arca de oportunidades, é que depois do
1235 processo de fortalecimento tem alguns recursos que são disponíveis diretamente para
1236 cada uma das organizações, para que elas possam desenvolver iniciativas próprias,
1237 como se fosse mesmo elas apresentando um projeto para um edital. Então, assim, tem
1238 um montante de recursos que elas vão utilizar para desenvolver iniciativas que sejam
1239 prioritárias para elas e que vão fazer todo o processo de monitoramento, de avaliação de
1240 prestação de contas, como se fosse mesmo um projeto, um edital para a gente dar o
1241 diploma, entre aspas, do processo de fortalecimento, se está tudo ok, se está saudável,
1242 pode participar de vários processos de projeto.

1243 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1244 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Como se fosse um teste do treinamento.
1245 Fizeram todo o processo, fortaleceu, e aí tem um recurso sob as condições do projeto
1246 para que a gente possa ver. Olha, submeteram o projeto, estão executando, mas estão
1247 tendo uma dificuldade com relação a tal parte do projeto. Quer dizer que a gente tem que
1248 voltar e dar um fortalecimento extra naquela etapa de monitoramento, de prestação de
1249 contas, como se fosse literalmente uma prova. Você acessa o recurso para testar se está

1250 fortalecida, porque senão também fortalece, dá o curso e tchau. Eu acho que também
1251 importante também a gente acompanhar como eles estão acessando o primeiro recurso,
1252 como estão lidando com treinamento, com o fortalecimento que eles obtiveram. E aí isso
1253 ficaria como parte da avaliação do próprio projeto, porque se você treina 40 organizações
1254 e elas não conseguem acessar nem esse recurso, porque a gente realmente não teve o
1255 sucesso que se esperaria com o programa. O termo técnico é fundo de oportunidades,
1256 mas como é um fundo, o Fundo vai ter um fundo, a gente ficou pensando em um nome
1257 mais bonito. E tinha uma política tão bonita lá do MDA que era arca das letras e aí a gente
1258 se inspirou também na arca de oportunidades. Alguma outra palavra? Pois não, Júlia, da
1259 CNI.

1260 **A SR^a JULIA PUPE (Representante da CNI)** – Tenho uma dúvida em relação ao
1261 diagnóstico, sobre e se existe uma escala que vocês estão pensando de risco, de quais
1262 organizações de base vão entrar nessa lista de 240, enfim, depois de 30 organizações e
1263 5 no final. Se vocês estão pensando em trazer essa escala aqui para o Comitê Gestor,
1264 enfim, tem que ver como está sendo esse processo de análise dos riscos.

1265 **A SR^a. ANA LUIZA ARRAES DE ALENCAR ASSIS - 2^a SUPLENTE (Ministério do Meio**
1266 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A nossa ideia era justamente trazer isso para
1267 o Comitê Gestor. Então, o diagnóstico, ele também não está traçado exatamente quais
1268 são todos os critérios que vão aparecer no diagnóstico, são ferramentas que a gente vai
1269 desenvolvendo ao longo, mas a gente pensou em um diagnóstico que trouxesse o foco
1270 nessa questão nos níveis de maturidade tanto para as organizações que têm acesso a
1271 mercado quanto ainda para as que não têm ou não tem vontade de ter também, porque
1272 a gente tem um panorama muito grande muito diverso de organizações de base. E que
1273 a partir do diagnóstico o Comitê Gestor do Fundo pudesse pensar nessas questões de
1274 quais seriam os critérios de seleção dessas organizações, o que seria mais estratégico
1275 para estar entrando no programa e no plano. E aí pensar os riscos faz parte desse
1276 panorama dessa tomada de decisão.

1277 **A SR^a JULIA PUPE (Representante da CNI)** – Eu achei muito interessante o gráfico que
1278 vocês trouxeram, e aí talvez colocar todas essas organizações que vocês encontrarem
1279 como pontinhos dentro desse gráfico, colocar um círculo nessas instituições que vocês

1280 mais... Que o Comitê Gestor vai entender que são as que devem ser apoiadas. Eu acho
1281 que é até nesse sentido que o gráfico foi pensado, certo?

1282 **A SR^a. ANA LUIZA ARRAES DE ALENCAR ASSIS - 2^a SUPLENTE (Ministério do Meio**
1283 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Isso mesmo.

1284 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1^o SUPLENTE (Ministério do Meio**
1285 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Sandra. Ricardo pediu a palavra também?
1286 Está bem. Tarcila? Então, só a Sandra.

1287 **A SR^a. SANDRA MARLI DA ROCHA RODRIGUES - TITULAR (Conselho Nacional De**
1288 **Segurança Alimentar E Nutricional - CONSEA) –** Então, para a gente que vem de
1289 educação popular, para entender melhor o processo. Então, vai ser feito esse processo
1290 de formação junto às organizações, esse acompanhamento, quando busca um edital, um
1291 monitoramento e um processo de avaliação junto com sujeitos. O processo é junto, então,
1292 um PMA, planejamento, monitoramento, avaliação coletiva.

1293 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1^o SUPLENTE (Ministério do Meio**
1294 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito bom você ter comentado isso, porque
1295 é algo que a gente tem que inserir no edital. Então, bom que você tenha chamado a
1296 atenção para que esse monitoramento e avaliação também seja participativa. Uma coisa
1297 não dialoga com um público que está sendo fortalecida.

1298 **A SR^a. SANDRA MARLI DA ROCHA RODRIGUES - TITULAR (Conselho Nacional De**
1299 **Segurança Alimentar E Nutricional - CONSEA) –** Como sujeitos da realidade, é
1300 fundamental.

1301 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1^o SUPLENTE (Ministério do Meio**
1302 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Se a gente quer fortalecer a autonomia tem
1303 que ser autonomia desde o início. Segue a palavra aberta. Bom, vou colhendo algumas
1304 sugestões interessantes para melhor elaborar o nosso instrumento. Eu acredito que se a
1305 gente tiver sucesso a gente possa circular também ele antes mesmo da reunião para que
1306 vocês já possam fazer uma primeira rodada de sugestões, assim a gente chega em
1307 novembro com ele melhor formatado possível para uma discussão final e aprovação,

1308 conforme o caso. Perfeito? Bom, nós temos ainda 18 minutos até meio dia. Eu pergunto
1309 aí o que vocês... Podemos seguir para finalizar a reunião? Temos basicamente informes,
1310 palavra aberta. E a gente segue, então? De acordo? Vamos encerrar tudo. Vão poder
1311 trabalhar. Vão poder trabalhar. Bom, informes da Secretaria-Executiva. Existe um informe
1312 importante a ser dado, a gente está no início do mês que inaugura o processo de
1313 renovação do contrato junto ao BNDES, nós encaminhamos um documento a eles,
1314 oficiando eles a necessidade de revisar o contrato. Estamos aguardando a devolutiva do
1315 BNDES com a concordância, sei lá, sugestão de alteração no contrato, e a medida que
1316 isso for evoluindo, inescapavelmente, queremos informá-los também para que vocês
1317 possam acompanhar de perto esse processo. Basicamente... Você teria algum outro
1318 informe, Ana Luiza? Ah, essa é uma ótima notícia para vocês. Nosso manual de
1319 operações foi encaminhado para a CONJUR, a CONJUR avaliou o manual de operações
1320 e aprovou ele sem nenhuma ressalva, nenhuma condição. Não era uma condição, que o
1321 manual, ele vale no momento em que foi aprovado aqui, mas era bom ter uma chancela
1322 jurídica extra, porque isso também fortalece a nossa estratégia de mobilização de
1323 recursos, que é a um parecer favorável da consultoria jurídica sobre esse documento.
1324 Você quer fazer mais algum informe?

1325 **A SR^a. ANA LUIZA ARRAES DE ALENCAR ASSIS - 2^a SUPLENTE (Ministério do Meio**
1326 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Eu acho que eles fizeram alguma sugestão
1327 de adequação de texto, mas a gente vai avaliar com calma e, se for o caso, a gente vai
1328 trazer na próxima reunião. Mas assim, eles não viram nenhuma ilegalidade, aprovaram,
1329 então, está tudo nos conformes.

1330 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1^o SUPLENTE (Ministério do Meio**
1331 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** As sugestões são de forma, mais do que tudo,
1332 numeração, pontuação. Não houve em relação à termos de redação, palavras que
1333 pudessem ser complicadas. É, exatamente, a gente pode apontar o dedo depois. É bom
1334 que você não falou no microfone isso. Mas ele quis dizer... Estou brincando, estou
1335 brincando. Bom, vamos para o item 8. Palavra aberta aos membros. Normalmente é a
1336 hora que o povo reclama, é bom que parece que vocês estão bem felizes. Que bom, eu
1337 confesso que achei que fosse... Opa. Konmannanjy, por favor, diga lá.

1338 **O SR. RAIMUNDO NONATO PEREIRA DA SILVA (TAATA KONMANNANJY) -**
1339 **TITULAR (Conselho Nacional Dos Povos E Comunidades Tradicionais - CNPCT) –**
1340 Eu só quero fazer um adendo aqui. A gente de comunidade, nós de povos e comunidades
1341 tradicionais de todo canto do Brasil... Esses anos todos, esses seis anos. Eu peço que
1342 dá para um, dá para nós, dê para todos. Todas as regiões de todos os biomas, não deixe
1343 ninguém para trás, não, porque o sofrimento está grande. Agora, graças a Deus estamos
1344 tendo grande visibilidade no Amazonas. A gente fica feliz pelos nossos parentes
1345 indígenas, mas não é uma zona só que segura o clima do Brasil. Se não tiver o pampa
1346 lá tem problema, se não tiver a caatinga vai ter um problema sério, se não tiver a mata
1347 atlântica também vai ter. Então, que a gente lembre dos demais, de todo mundo, não tira
1348 ninguém. Se for repartir mesmo, reparte a verba para quem está, mas não deixa ninguém
1349 para trás, não, por gentileza.

1350 **O SR. HENRY PHILIPPE IBANEZ DE NOVION - 1º SUPLENTE (Ministério do Meio**
1351 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado, Konmannanjy. Bom, eu vou
1352 encaminhar para o encerramento. Eu achei que a gente fosse ficar dois dias aqui
1353 discutindo o manual. O manual não, o plano. Mas é isso, agradecer a todas e a todos que
1354 vieram. Bom, gostaria que todas as nossas reuniões fossem sempre assim, produtivas,
1355 positivas e aos poucos transformando a realidade desse fundo e do público beneficiário
1356 dele, que tanto depende das políticas públicas. Bom, é isso. Muito obrigado. Bom almoço
1357 a todos. Bom regresso aos seus destinos. E... Nosso trabalho aqui. Bom, eu declaro
1358 encerrada a reunião e agradeço novamente a todos vocês. Obrigado.

1359 **Tarde:**

1360 **A SRª. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) –** Boa tarde, pessoal. Nós vamos
1361 dar início agora à parte da tarde. Como a gente falou antes do almoço, temos a
1362 apresentação das NDCs, das novas NDCs. Vai ser feita pela Secretaria Nacional de
1363 Mudança do Clima, o diretor Aloísio Lopes. Depois temos a discussão sobre o
1364 fortalecimento do CONAMA, na qual vamos ter três apresentações. E, por fim, o relatório
1365 anual de destinação de pneus inservíveis. O presidente do CONAMA e o secretário
1366 executivo João Paulo Capobianco estão a caminho. Mas, para não atrasar a nossa
1367 agenda, vamos dar início com a apresentação do Aloísio.

1368 **O SR. ALOÍSIO LOPES (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima) –** Boa
1369 tarde a todas e todos. Muito obrigado pelo espaço para dar esse informe. O que eu vou
1370 fazer, muito brevemente, para vocês, três pontos. O histórico processo para chegar até
1371 a proposta, uma síntese do que está na NDC, da sua meta, e a leitura que a gente tem
1372 sobre o papel, a importância desse ato do Brasil de apresentar seu compromisso lá na
1373 Conferência do Clima, que ocorreu agora no Azerbaijão, em Baku. Isso aqui é a mesma
1374 apresentação que a gente fez lá, no momento em que o vice-presidente da República,
1375 Geraldo Alckmin, fez a entrega formal do documento para o secretariado da Conferência
1376 do Clima da ONU. Em seguida, ele e a ministra Marina, a secretária Ana Toni, fizeram
1377 uma coletiva com a imprensa para mostrar as linhas gerais da NDC, que é isso que eu
1378 vou apresentar para vocês aqui. Desculpem a má educação. Aloísio Lopes, sou diretor
1379 na Secretaria Nacional de Mudança do Clima, do departamento responsável pelas
1380 políticas de mitigação, adaptação e instrumentos de implementação. E a nossa área foi
1381 que teve responsável por fazer o trabalho que deu base, enfim, que gerou subsídios para
1382 a tomada de decisão sobre o novo compromisso climático do Brasil. Isso aqui são alguns
1383 destaques do documento, mas antes de entrar tanto no mérito, como eu falei, esse
1384 processo, as bases, principalmente, para qual é a nova meta do compromisso climático
1385 brasileiro, foram feitas, foram desenvolvidas no âmbito do Plano Clima, que é o trabalho
1386 que a nossa secretaria, junto com a Casa Civil, junto com o Ministério de Ciência e
1387 Tecnologia, está desenvolvendo, de atualização, do principal instrumento da nossa
1388 Política Nacional de Mudança do Clima, lá em 2009. O Plano Clima Mitigação,
1389 Adaptação, tem esses dois eixos, e tem sido desenvolvido ao longo desse período, acho
1390 que vocês, a maioria dos senhores e senhoras, têm acompanhado. Na agenda de
1391 mitigação, é que a gente desenvolveu a base, o trabalho analítico, na verdade, o trabalho
1392 de modelagem, que orientou esse olhar do governo sobre qual é o potencial de um novo
1393 compromisso adicional de redução de emissões de gases de efeito de estufa no Brasil,
1394 considerando os aspectos de viabilidade econômica, técnica, e um olhar agregado do
1395 que significa para o país ir além em relação aos compromissos já estabelecidos, quais
1396 são as condições para viabilizar isso, e quais são, então, balizas para o que poderia ser
1397 esse novo compromisso. Então, o secretário Capobianco está aqui, acompanhou bem de
1398 perto, este ano, desde o início do ano, fez várias rodadas internas do MMA, para discutir

1399 as premissas, as bases para esse trabalho, o que a gente considera como possíveis
1400 caminhos para o Brasil olhar para as futuras metas climáticas. Fez o trabalho analítico,
1401 voltou com os resultados e tal. A gente teve rodadas no grupo interministerial, são 18
1402 ministérios no grupo de mitigação que está desenvolvendo esse trabalho, e, depois disso
1403 tudo, muitas discussões técnicas com a equipe de modelagem lá da Universidade
1404 Federal do Rio de Janeiro, um processo conduzido pela Casa Civil da Presidência da
1405 República, que foi receber esses insumos que a gente gerou, basicamente dizendo, olha,
1406 essas são as possíveis trajetórias em termos de emissões do país até 2050, a gente
1407 mostrou ali no gráfico, o Brasil tem os seus compromissos já assumidos perante a
1408 Convenção do Clima. Um deles é ser um país neutro em 2050, em termos de emissões
1409 de todos os gases de efeito estufa, compromisso 2025 e 2030. Então, o trabalho que a
1410 gente fez foi fazer, como que a gente segue essa trajetória do que já tem em 2030 para
1411 chegar em 2050 sendo neutro, e qual é o ponto de 2035 da trajetória de descarbonização
1412 do país. Esse foi o trabalho feito no âmbito técnico, como eu falei, no âmbito político,
1413 conduzido pela Casa Civil, com duas rodadas de discussão com os ministros das pastas
1414 diretamente afetas a isso, e depois rodadas de discussão dos ministros com o Presidente
1415 da República, que, ao fim, foi o que resultou nessa decisão sobre a meta da NDC. Então,
1416 como saiu, acho, bastante anunciado, tem uma nova contribuição do Brasil perante a
1417 Convenção do Clima que estabelece que, em 2035, o Brasil vai estar com um nível de
1418 emissões de gás de efeito estufa correspondente a, que vai ser inferior em 59%, pelo
1419 menos, ou até 67% abaixo das emissões do ponto de referência, que é 2005. Então, a
1420 gente mantém 2005 como a base e diz quanto que a gente vai reduzir em termos
1421 absolutos em relação a essa base. Isso, essa decisão de dizer que a gente vai ficar aí
1422 nessa faixa, responde a dizer que a gente vai sair de mais de 2,5 bilhões de toneladas
1423 de CO2 equivalente lá em 2005, para um patamar de 850 a 1,5 bilhão de toneladas de
1424 CO2 equivalente. Ou seja, a gente, de fato, tem uma trajetória descendente que é
1425 bastante acentuada. E que esse trabalho analítico foi todo orientado para dizer, olha, com
1426 isso, qual é o nível de esforço que é necessário para que a gente, de fato, esteja
1427 caminhando para a neutralidade em carbono em 2050, neutralidade em todos os gases
1428 de efeito estufa em 2050 e que também esteja alinhado com o compromisso que todos
1429 os países fizeram de que o aumento da temperatura do mundo até o final do século não

1430 pode ultrapassar e a gente está nesse limite, 1,5 graus de elevação média de
1431 temperatura. Então, esse alinhamento mais geral foi feito. E só para dizer, nesse último
1432 ponto aí, é que a gente já tem, como eu falei, meta 2025, 2030. Com a meta 2035, a
1433 gente está aumentando um pouco a nossa queda de emissões entre 2025 e 39%. Agora
1434 a gente está reduzindo mais 13% a 29% das emissões. Por que que dessa vez, primeiro,
1435 as características gerais da NDC, só para a gente não perder de vista, do tipo de
1436 compromisso que o Brasil fez perante o mundo, perante a Convenção do Clima. O Brasil
1437 foi o primeiro e ainda é um dos únicos países em desenvolvimento que fez uma meta,
1438 um compromisso de redução de emissões, que é, primeiro, para todo o país, para toda a
1439 economia, para todos os setores. Segundo, é de uma redução absoluta. A gente está
1440 caindo, de fato, as emissões. Não é como muitos países fizeram, que eles projetam as
1441 emissões futuras e falam que vai reduzir em relação à projeção. Mas que, na prática, está
1442 aumentando as emissões. O Brasil não falou, não, a gente vai reduzir em termos
1443 absolutos. E cobrindo todos os gases de efeito estufa, parece uma coisa trivial, mas a
1444 gente tem um desafio enorme por metano, óxido nitroso, vários outros gases que não
1445 são CO2 e cujo abatimento, redução, são mais difíceis. E uma NDC que é não
1446 condicionada. Também muitos países falam, eu vou até aqui, mas se tiver mais dinheiro
1447 eu vou até ali. Eles falam, não, a gente não está condicionando. O nosso objetivo é
1448 chegar nos 67%. Esse é o nosso alvo. Por que a gente usou a abordagem dessa banda,
1449 dessa faixa? Basicamente para refletir, primeiro, que é uma meta definida em um
1450 ambiente de muita incerteza, externa e interna. Quais são as condições econômicas, as
1451 condições de investimento, de financiar efetivamente todas as medidas. Além das
1452 próprias incertezas inerentes às estimativas de gases de efeito estufa. A gente mira os
1453 67%, mas considera que esse ambiente de incertezas pode fazer com que não seja viável
1454 chegar lá, por isso essa banda. Isso que eu falei aqui embaixo, essas características de
1455 que não é um compromisso qualquer. Ele, de fato, representa um esforço substancial
1456 para todos os setores, para toda a economia brasileira. E o Plano Clima acaba sendo
1457 esse instrumento pelo qual a gente diz como vai implementar. Só para dizer, a NDC é o
1458 compromisso que a gente deposita perante a Convenção do Clima. Ele dá uma meta
1459 para o país. Agora, como isso se desdobra em metas setoriais, por exemplo, qual é a
1460 participação do setor industrial, do setor de transportes, ou das cidades, onde tem muitas

1461 fontes de emissões de resíduos e tal, isso a gente vai resolver internamente por meio do
1462 nosso Plano Clima. Além disso, como a gente vai implementar as ações, quais são as
1463 medidas concretas, os instrumentos, os recursos, a gente detalha isso internamente no
1464 nosso Plano Clima. Então, a NDC comunica, dá grande mensagem para fora, mas
1465 internamente o instrumento que a gente tem para detalhar essa chegada, esse caminho
1466 de chegada nas metas, ele é o Plano Clima, é um instrumento nosso do país, que está
1467 em desenvolvimento. No caso de adaptação, já terminou a consulta pública da Estratégia
1468 Nacional, vamos colocar os planos setoriais. No caso de mitigação, está em elaboração.
1469 E essa visão, quem teve a oportunidade de olhar lá para o documento da NDC?

1470 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1471 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Aloísio, desculpe, só para completar. Está em
1472 elaboração com previsão de encerramento no primeiro semestre de 2025.

1473 **O SR. ALOÍSIO LOPES (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** – Isso,
1474 perfeito, secretário executivo. A gente, inclusive, ontem reuniu os ministérios, refez o
1475 cronograma, e agora, em maio, é o nosso prazo acordado, para que tenham todos os
1476 sete planos setoriais de mitigação desenvolvidos e em consulta pública. Eu acho que um
1477 elemento importante da nossa NDC, como eu falei, ela não detalha especificamente as
1478 ações, mas ela apresenta para o mundo a nossa visão. A primeira visão do país em 2035,
1479 os elementos, por exemplo, o Pacto da Transformação Ecológica, assinado pelos três
1480 poderes e substanciado no decreto, em 2012, 2023, recentemente. Então, mostra para o
1481 mundo qual é o arranjo e a visão do país. Mas um elemento importante é isso que a gente
1482 destacou aqui. Além de dizer o que a gente vai fazer, ou qual é a nossa meta, a gente
1483 também, na NDC, fala para o mundo, olha, estamos fazendo, estamos mobilizando
1484 recursos internamente, meios para implementar essas medidas. Então, a gente fala, tem
1485 um capítulo, ou vários elementos lá da NDC, que fala um pouco desses vários avanços
1486 que desde o ano passado a gente já tem feito para viabilizar a implementação das ações.
1487 E aqui a gente destaca o Fundo Clima, que está sob a gestão aqui do MMA, que desde
1488 o ano passado e esse ano ganhou um aporte substancial de recursos. O EcoInvest, que
1489 é uma nova estratégia do Fundo Clima para alavancar investimento privado nas várias
1490 agendas fundamentais de adaptação e de mitigação. A Plataforma de Investimento

1491 Climático, que o Brasil lançou agora também, que é basicamente uma plataforma em que
1492 os projetos prontos, maduros, financiáveis, são expostos para o mundo, para os
1493 investidores. Enfim, e o conjunto das medidas da transformação ecológica. E aí
1494 detalhando um pouco os vários elementos dessas ações. Então, só para dizer para o
1495 mundo, olha, é uma questão de ter meta, mas a gente também está se movendo para
1496 criar as condições para que isso se viabilize por meio desses vários instrumentos. Do
1497 ajuste e de criação de novos arcabouços normativos e, principalmente, de novos
1498 mecanismos de financiamento. Eu acho que isso foi um, a gente discutiu um conteúdo
1499 importante para que a gente se posicione nesse debate global, que vocês viram, sobre
1500 financiamento climático global, para dizer que o país, sim, precisa receber financiamento,
1501 mas nós, como país, também estamos mobilizando recursos internos, públicos, privados,
1502 mobilizando investimento externo para que a gente possa implementar as nossas
1503 medidas. A trajetória, para finalizar, é essa. A gente está partindo daquele ponto de
1504 referência 2005, com aquele volume total de emissões. A gente já tinha, na NDC primeira
1505 do Brasil, que passou por aquelas revisões, a meta do 1,32 para 2025, que é,
1506 basicamente, amanhã, como a gente fala, essa é a nossa meta perante a qual a gente
1507 vai ter que reportar o alcance.

1508 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1509 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só para lembrar, 1 bilhão 320 milhões de
1510 toneladas. Isso.

1511 **O SR. ALOÍSIO LOPES (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima)** – 1 bilhão
1512 320 milhões de toneladas de CO2 equivalente. Essa é a métrica. 2030, 1 bilhão 200
1513 milhões de toneladas de CO2 equivalente. A nova meta, 2035, fala que a gente vai estar
1514 entre esses 0,85 e 850 milhões de toneladas, a 1 bilhão e 50 milhões de toneladas em
1515 2035, em linha com o que é, talvez, o mais desafiador, é ser um país neutro em todos os
1516 gases em 2050. E aqui é essa informação da parte do MMA. Eu acho que o principal
1517 aporte que a gente tem no governo para o alcance das metas, e das metas já do ano que
1518 vem, vamos ver, é a substancial redução do desmatamento na Amazônia e no Cerrado
1519 nesses últimos dois anos aí. Então, estamos nessa trajetória de redução acelerada, da
1520 queda de 30,6 em relação ao ano passado, e de 45,7 em relação a 2022, e o que isso

1521 representa em termos dos milhões de toneladas de CO2 equivalente que foi reduzido
1522 graças a esse esforço de redução do desmatamento. No caso da Amazônia, somado ao
1523 desmatamento no Cerrado, que do ano passado para esse ano, sinaliza aí o primeiro
1524 movimento de queda, acho que todo mundo aqui já conhece bastante esses números,
1525 mas para dizer desse esforço da parte do MMA para que a gente efetive o alcance dessas
1526 metas, e lá em 2035, chegar naquela meta, implica uma redução ou eliminação do
1527 desmatamento e os vários instrumentos a serem mobilizados até lá para que a gente
1528 viabilize a meta de 2035. E eu paro por aqui. Essa estimativa que eu falei de que, no
1529 agregado, essa redução ocorrida nos últimos dois anos, já são 400 milhões de toneladas
1530 de CO2 equivalente, isso é a emissão maior que a maioria dos países da América Latina,
1531 talvez exceto o México e a Argentina, se não me engano. Mas só para dizer que esse
1532 tipo de esforço é substancial, significativo, mas para chegar a 2035, além de avançar
1533 nessa trajetória de redução, a gente vai precisar mobilizar medidas em cada um, nos
1534 vários setores da economia, por isso que a gente tem sete planos setoriais, por isso que
1535 o Plano Clima que envolve essa análise que é transversal, para dizer que todas as
1536 medidas e ações necessárias têm que ser implementadas, cada uma delas, enfim, no
1537 seu momento e nas suas condições. Mas basicamente é isso.

1538 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1539 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Vocês têm alguma pergunta ou comentário?
1540 Muito bem. Temos o comentário do Cláudio Almeida, do INPE.

1541 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR (Titular Instituto Baleia Jubarte) –** José
1542 Truda, representando o Instituto Baleia Jubarte. Boa tarde, senhor presidente, senhoras
1543 e senhores. Me incumbiu a bancada da Sociedade Civil de fazer esses comentários e
1544 dizer que nós nos alinhamos com uma grande quantidade de atores que consideram essa
1545 nova NDC do Brasil como insuficiente. Nós entendemos, evidentemente, as realidades
1546 políticas que levam à necessidade de ajustes e de busca de consenso no governo em
1547 determinadas coisas, mas é preciso repisar que esse governo foi eleito com uma
1548 plataforma de ambição na área ambiental, uma ambição bastante grande, e nós
1549 gostaríamos de ver essa ambição refletida também na nossa NDC. Houve consulta à
1550 sociedade, evidentemente houve oitiva à sociedade, mas nós entendemos que essa

1551 consulta tem que ser aprofundada. Vemos que o Plano Clima necessita, efetivamente,
1552 de mecanismos bastante claros de implementação. E, nesse sentido, nós vemos o
1553 CONAMA como uma das instâncias que pode colaborar bastante para aprofundar essa
1554 participação da sociedade civil na discussão dessa NDC. Esses mecanismos de
1555 implementação também, nós teremos aí a Conferência Nacional de Meio Ambiente, que
1556 pode ser também, como nós vimos na apresentação aqui, uma instância muito importante
1557 para essa discussão, e nós precisamos chegar a Belém com mais ambição. O nosso
1558 recado é esse, nós entendemos que o Brasil, para se posicionar adequadamente, como
1559 a senhora ministra colocou bastante bem, vai ser a COP do financiamento, o Brasil tem
1560 a missão de destravar a cooperação ampliada da comunidade internacional para o
1561 financiamento das metas climáticas, mas nós precisamos chegar em Belém com mais
1562 ambição do que é que está expressada nessas decisões tomadas em grande parte a
1563 nível do Palácio do Planalto em relação à NDC. Muito obrigado.

1564 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1565 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom. Obrigado, Truda. Mais alguém?
1566 Gostaria, realmente eu entendo, todos nós queremos mais ambição. Acho que todos
1567 nessa sala, e fora dessa sala, eu acho que todos na Esplanada querem mais ambição, e
1568 todos temos que perseguir isso, não há dúvida nenhuma. O espaço do CONAMA é um
1569 espaço muito privilegiado para nos ajudar nesse processo. Mas só para explicitar que
1570 esse processo que levou à identificação dessas metas, ela seguiu um processo muito
1571 rigoroso. Nós utilizamos uma metodologia de projeção e montagem de cenários de
1572 emissão e evolução de emissões da UFRJ do Rio de Janeiro, da COP do Rio de Janeiro,
1573 que é credenciado pelo IPCC internacionalmente, portanto é uma metodologia
1574 extremamente qualificada. E ali, por meio dessa ferramenta, foram inseridas várias
1575 possibilidades trajetórias, várias ambições, se pode assim dizer. Desde aquela ambição
1576 mais radical, proposta por alguns ministérios, principalmente o Ministério do Meio
1577 Ambiente, até propostas menos radicais de outros ministérios. Foram feitos vários
1578 estudos, vários cenários. E o que eu tenho dito, inclusive disse isso para os
1579 representantes do Observatório do Clima, e tenho repetido isso nas oportunidades que
1580 eu tenho, é dizer que mesmo nas projeções mais ambiciosas, mais ambiciosas que nós
1581 poderíamos ter, nós não conseguimos chegar abaixo desse piso que foi ali colocado, no

1582 momento. Porque os cenários incluem tecnologia disponível, incluem as trajetórias que
1583 estão projetadas em diversos outros cenários de outros países, como é que essa
1584 evolução está se dando. Para ter uma meta que fosse uma meta ambiciosa, porém com
1585 uma memória de cálculo absolutamente coerente. Porque o grande desafio agora nosso,
1586 vocês vão me convir, é definir as metas setoriais para os setores da economia. E os
1587 setores da economia vão exigir que se demonstre cálculos, trajetórias e tendências
1588 consistentes que indiquem que a meta ali definida tenha consistência, não seja um
1589 desejo. Nosso desejo seria a economia neutra em 2035. Seria fantástico. Aliás, seria
1590 necessário, pensando bem, do jeito que a situação se agravou, do jeito que os eventos
1591 climáticos extremos se tornaram dramáticos, considerando que as projeções do IPCC
1592 era que nós chegaríamos a 1,5 grau de aquecimento em 2030 para frente, e nós
1593 chegamos a 1,5 grau este ano. Antecipamos em seis anos as projeções do IPCC. Não
1594 sei se vocês viram a entrevista do senador Carlos Nobre, quando ele disse que realmente
1595 a ciência se surpreendeu com a velocidade que o clima terrestre está respondendo, ele
1596 estourou qualquer cenário. Então, sem tirar o mérito do que foi colocado, Truda, em nome
1597 da sociedade civil, porque está correto, acho que nós temos que ter ambição, temos que
1598 buscar mais ambição, nós temos que neutralizar o mais rápido possível todas as
1599 economias, mas só para dizer que não foi uma decisão política, foi uma decisão
1600 realmente baseada, foi política depois dos cenários técnicos, científicos montados,
1601 incluindo ambições bastante altas de diferentes setores do governo, só para tranquilizar
1602 de que há, e evidentemente que há espaço para reduzir isso, claro que há. Nós temos aí
1603 muitas inovações que estão surgindo, nós temos a revolução das energias renováveis
1604 que se verificou, e tem outras chegando. É possível que a gente consiga ir abaixo disso,
1605 mas vai depender da conjuntura, vai depender da manutenção das políticas públicas, vai
1606 depender de governos que virão daqui para frente. Esse é um fator que, infelizmente, nós
1607 tivemos que considerar nos cenários, que é a consistência do compromisso de governos
1608 com a descarbonização. Se nós tivermos um novo governo negacionista, evidentemente
1609 nós vamos ter dificuldades nessa trajetória. Ou seja, vários fatores foram considerados,
1610 só para dizer que foi levado bastante a sério, muito tecnicamente, cientificamente falando,
1611 esses números aí, mas vão perseguir mais a missão que é o correto. Obrigado pela
1612 contribuição. Mais alguém que gostaria de falar? Caso contrário, vamos partir então. Ah,

1613 e eu peço desculpas pelo atraso aqui. Agradeço a Marcela por ter iniciado, agradeço a
1614 Luís também por ter iniciado, mas eu, de fato, tive um restaurante, deu um rolo lá e
1615 acabou me atrasando. Peço desculpas por isso. Próxima vez eu vou comer com vocês
1616 aqui no restaurante do IBAMA, para não acontecer mais isso. Mas voltando aqui, vamos
1617 então iniciar a discussão do nosso último ponto de pauta. Não, não é o último ponto de
1618 pauta. Nós temos ainda o relatório anual de destinação de pneus inservíveis ainda. Então,
1619 o penúltimo ponto de pauta, que trata da discussão sobre ajustes, eventuais ajustes e
1620 modificações na composição do Conselho, com vistas à participação e
1621 representatividade. Nós temos três apresentações, nós vamos fazer uma discussão hoje,
1622 não é uma deliberação prevista para hoje, é uma discussão sobre esse tema, para nos
1623 preparar para uma deliberação futura. E pela ordem, aqui seria inicialmente o Ronald da
1624 Secretaria Geral da Presidência, mas como há um problema de passagem, a Maira, não
1625 é isso? A Maira Rodrigues, do CEBRAP, que estaria em segundo lugar, mas com
1626 dificuldade em termos de horário. Então, nós vamos fazer uma inversão, começando com
1627 a Maira Rodrigues, do CEBRAP, que vai apresentar para nós uma pesquisa intitulada
1628 Conselho Nacional do Ambiente, Arquitetura Institucional para um Conselho
1629 Representativo. Por favor, Maira, agradeço a sua presença e estaco a palavra.

1630 **A SR^a. MAIRA RODRIGUES (CEBRAP)** – Oi, boa tarde, pessoal. Eu agradeço muito o
1631 convite de estar aqui no CONAMA e poder fazer a apresentação dessa nossa pesquisa,
1632 e também agradeço poder fazer essa mudança de horário para poder participar também,
1633 e não sair correndo depois. Bom, então, eu vou fazer essa apresentação. É uma pesquisa
1634 que chama Conselho Nacional do Meio Ambiente, Arquitetura Institucional para um
1635 Conselho Mais Representativo. Eu já vou apresentar o grupo de pesquisa responsável.
1636 Essa é uma pesquisa que a gente apresentou num seminário interno, principalmente com
1637 participação da sociedade civil e alguns representantes do Estado, em novembro do ano
1638 passado. Então, para a gente, é muito bom saber que vocês tiveram interesse e que a
1639 gente pode colocar de novo isso na pauta. Então, reforço o agradecimento ao convite,
1640 em nome da Marcela, principalmente. Então, apresentando rapidamente o CEBRAP, ele
1641 é um centro de pesquisa que tem 55 anos de atuação, que desenvolve vários tipos de
1642 projetos de análise da realidade brasileira, faz debates, seminários, consultorias, e
1643 também estabelece parcerias nacionais e internacionais nos seus diversos temas. O

1644 CEBRAP é organizado por núcleos de pesquisa. Essa pesquisa que a gente fez sobre o
1645 CONAMA, ela foi realizada pelo Núcleo de Democracia e Ação Coletiva, que é o NDAC,
1646 que é um núcleo especializado em participação social, interação sociedade e Estado, e
1647 também pelo Núcleo CEBRAP Sustentabilidade. E aí a gente tem os principais
1648 pesquisadores que fizeram parte dessa pesquisa, compondo esses dois núcleos. Não
1649 vou apresentar todos, tem aí os nomes, e tem ali a minha fotinha. Eu sou Maira
1650 Rodrigues, doutora em Ciência Política. Grande parte da nossa equipe são pessoas ou
1651 da Sociologia ou da Ciência Política ou do Planejamento Territorial. O objetivo da nossa
1652 pesquisa foi fazer um estudo cobrindo toda a história do CONAMA. Ela foi realizada no
1653 ano passado e veio de uma parceria entre o CEBRAP, o WWF Brasil, e a Imafloa. A
1654 gente organizou os objetivos da pesquisa em alguns eixos de reflexão. Então, pensar a
1655 composição do CONAMA ao longo do tempo, o método de seleção dos conselheiros nos
1656 diversos segmentos, a função desempenhada pelo CONAMA, e essa função também
1657 relacionada com a análise dos processos decisórios. Então, a gente tem a função
1658 normativa, que está registrada nas leis que regulamentam o funcionamento do CONAMA,
1659 mas a gente também fez uma análise propriamente dos atos normativos, como eles são
1660 feitos com os tipos e a qualidade deles, que eu vou apresentar logo mais. E a gente
1661 também considerou importante captar a percepção dos conselheiros dentro da atuação
1662 dentro do CONAMA. Então, a gente fez também entrevistas. Então, a gente usa como
1663 fonte de dados documentos, literatura especializada, tanto em conselhos quanto na área
1664 ambiental, essas entrevistas e os próprios atos normativos. Então, sobre a composição.
1665 Aí eu trouxe dados, tenho os gráficos desde 2005 até 2023, mas mesmo os dados
1666 anteriores, que não foi possível sistematizar tão bonitinho, assim como a gente conseguiu
1667 para esse período, a gente observa que a composição do CONAMA, ela sempre foi
1668 majoritariamente do Estado. Estado aí pensando todos os níveis da federação, com o
1669 segundo lugar da sociedade civil e, em terceiro lugar, mercado ou, mais propriamente,
1670 as entidades empresariais. Então, a gente observa que tem uma predominância do
1671 Estado ao longo do tempo da história do CONAMA e que desde 1999, pelo menos, a
1672 gente tem o mesmo número de cadeiras, tanto para a sociedade civil quanto para os
1673 segmentos empresariais. A exceção, lógico, acontece em 2019, quando tem uma
1674 redução muito grande do CONAMA, então, isso tem uma variação. Mas, tirando esse

1675 período, que a gente pode dizer que tem várias características exclusivas do período, a
1676 gente tem essa composição igual para a sociedade civil e para as entidades empresariais,
1677 e o Estado, às vezes, aumenta ou diminui de acordo tanto com o acréscimo da
1678 representação dos municípios, em 99, quanto também por mudanças do próprio governo
1679 federal, dos números de ministérios que compõem o governo federal e que vão ser
1680 representados no CONAMA. Então, refletir sobre essa composição é refletir sobre a
1681 democratização e a representatividade desses setores e, em especial, da sociedade civil.
1682 Pensando a paridade, a gente fez uma análise também comparativa com uma base de
1683 61 Conselhos Nacionais de Políticas Públicas. E aí vocês podem ver no gráfico que ali,
1684 o roxinho, 21% são os que são paritários e a gente tem uma divisão quase equivalente
1685 entre os que têm maioria governo ou maioria sociedade civil. E aqui, sociedade civil, vale
1686 explicar que, na verdade, seriam atores não governamentais. Os atores do mercado,
1687 muitas vezes, entram também nesse recorte de sociedade civil. Então, esse é o
1688 comparativo. Então, isso foi do ponto de vista da composição. Aí a análise dos dados
1689 normativos nos mostrou que o CONAMA é um conselho altamente produtivo. Aí a gente
1690 tem a produção normativa ao longo de toda a história do CONAMA. Esse gráfico está no
1691 Policy Briefing que circulou para vocês, como resultado da nossa pesquisa. Mas queria
1692 destacar que a gente tem alguns momentos de pico, acho que vale destacar esse recorte
1693 de 2000 a 2002, que é o momento de maior produtividade, e uma queda quantitativa da
1694 produção a partir de 2012. E é importante falar que aqui a gente está falando de
1695 quantidade, não de qualidade. Inclusive, essa queda quantitativa, para muitas pessoas,
1696 pode ser explicada justamente como sucesso da incidência positiva do CONAMA na
1697 política pública. O que isso quer dizer? Que normas já foram geradas e não precisam ser
1698 revistas. Nem sempre é verdade. A gente tem mudanças das discussões ambientais, os
1699 padrões sobre isso, mas, de modo geral, a gente observa essa queda quantitativa, mas
1700 vale a análise qualitativa também. Essa análise qualitativa das decisões a gente fez por
1701 uma classificação dos tipos de decisões que o CONAMA toma. Então, vocês vão ver a
1702 linha azul nesse gráfico. A grande parte das decisões do CONAMA são decisões de
1703 incidência na política pública. Isso é um diferencial do CONAMA. Eu vou mostrar uma
1704 comparação com outros conselhos. Em geral, os atos de autorregulação e autogestão
1705 são grande parte da produção normativa, que diz respeito ao próprio funcionamento dos

1706 conselhos de tomar essas decisões de autorregulação. Mas o CONAMA se destaca
1707 porque grande parte das suas decisões é como se já tivessem passado dessa fase. A
1708 autorregulação e autogestão do CONAMA já se estabilizou. É lógico que sempre há
1709 necessidade de revisão, mas a grande parte da dedicação do trabalho dos conselheiros
1710 e das atividades do CONAMA são de decisões estratégicas para a definição da política.
1711 Então, só para vocês terem uma ideia nessa comparação com outros conselhos, como
1712 eu disse, a gente tem a diferença de quantidade de decisões. Nesse período, aqui não é
1713 desde o início da história do CONAMA, é de 2003 a 2022, são quase 20 anos de história.
1714 A gente fez esse recorte para poder comparar com outros conselhos. Muitos foram
1715 criados posteriormente ao CONAMA. Então, a gente vê, em azul, o Conselho Nacional
1716 de Assistência Social é o que tem maior número de decisões, e o CONAMA, em segundo
1717 lugar, em verde. Aí a gente tem o ConCidades, em amarelo, o CONDRAF, em laranja, e
1718 o CNPIR, em roxinho. A gente observa que, apesar do Conselho Nacional de Assistência
1719 Social ter um volume maior de decisões, ele não acompanha a mesma qualidade de
1720 decisões que eu disse anteriormente, porque o CNAS tem o maior número de decisões
1721 da sua autorregulação, enquanto o CONAMA, como eu disse, tem mais decisões sobre
1722 a própria política. Então, apesar dessa diferença grande, o CNAS ter um volume imenso
1723 de decisões nesse período, comparativamente, o CONAMA tem maior incidência sobre
1724 a política. E aqui é interessante também, outro destaque, que, como eu disse, a gente
1725 tem uma queda do volume quantitativo das decisões a partir de 2012 no CONAMA, mas
1726 a gente pode observar que isso também se repete nos outros conselhos. Então, tem
1727 fatores que não são exclusivos do CONAMA que afetam essa distribuição das decisões.
1728 E o que dizem os conselheiros? Eu peguei aqui, eu destaquei uma das falas, que eu acho
1729 que é bastante consensual, o reconhecimento que todos os segmentos são importantes
1730 de estarem presentes dentro do CONAMA. Então, tem uma fala que é a ausência de
1731 qualquer setor, afeta não só o debate e a solução, mas também a implementação do que
1732 foi decidido dentro do CONAMA. E aí, isso, para ilustrar, algumas das falas eu trouxe
1733 onde a gente encontra consenso. A gente fez entrevistas com os três segmentos, com
1734 atores do Estado, da sociedade civil e do setor empresarial, e a gente, apesar de terem
1735 pontos de vista divergentes, críticas de atuação entre os segmentos, também tem muitos
1736 consensos sobre, tanto do papel fundamental que o CONAMA desempenha na política

1737 ambiental, quanto nesses pontos. Então, sobre a composição. Há o reconhecimento do
1738 papel do Estado como um grande fator para a coordenação a ser desempenhada dentro
1739 do próprio Sistema Nacional de Meio Ambiente, mas também de coordenar a
1740 implementação das decisões. Então, não só o Governo Federal estando no CONAMA,
1741 mas os governos subnacionais, a presença deles dentro do CONAMA é fundamental para
1742 essa implementação das decisões nos diversos níveis. A sociedade civil é reconhecida
1743 pelo papel de fazer monitoramento, controle e proposição de pautas que não são
1744 previstas pelos outros segmentos. E o setor empresarial, pela sua capacidade, pela sua
1745 prática de atuação e exercício das decisões. E essa representação dos segmentos e a
1746 diversidade interna deles são importantes para a qualificação das deliberações no
1747 CONAMA. Bem como o próprio reconhecimento social sobre a legitimidade que o
1748 Conselho tem na sociedade, das suas decisões e da implementação dessas decisões. E
1749 do ponto de vista da produção decisória, as entrevistas revelam que o CONAMA reflete
1750 debates importantes na sociedade e também do Congresso Nacional. São debates
1751 fundamentais. Reconhece a centralidade do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças
1752 Climáticas para a condução dessa agenda, para a tomada de decisões. Enfim, papel
1753 fundamental desempenhado pelo Ministério. E há uma grande expectativa de um papel
1754 estratégico mais forte do CONAMA, frente a essa janela de oportunidades dos debates
1755 nacionais e internacionais, sobre mudanças climáticas, agenda ambiental de modo geral,
1756 que tem a ver com o fortalecimento do seu papel normatizador. Então, apesar do
1757 CONAMA fazer debates que perpassam também outra arena de debate, como o
1758 Congresso Nacional, o CONAMA tem uma outra dinâmica e capacidade de tomar
1759 decisões de orientação da política nacional e que os próprios conselheiros e os
1760 entrevistados enxergam como importante de ser fortalecida nesse sentido de
1761 normatização. Por fim... não, isso aqui já foi. Estou voltando para trás, desculpe. Por fim,
1762 queria colocar algumas lições que a gente, como grupo de pesquisa que eu estou falando,
1763 são lições que a gente aprendeu com a pesquisa e que a gente quer colocar como
1764 reflexões para pensar um conselho mais representativo. Então, combinados com... e
1765 essas lições também, além da própria pesquisa que a gente fez com o CONAMA, também
1766 são combinadas com o conhecimento acumulado que os núcleos de pesquisa têm sobre
1767 instituições de participação social e da área do meio ambiente. Então, importa participar.

1768 Por quê? A gente vê uma longa história do CONAMA, desde os anos 80, em que a gente
1769 tem uma composição importante valorizada pelos seus membros, mas com pouca
1770 mudança da proporcionalidade entre os segmentos. E, ao longo desse tempo de história
1771 do CONAMA, a sociedade tem se diversificado em termos de grupos sociais com
1772 interesses e visões de mundos diversos que têm sido reconhecidas pelo papel
1773 desempenhado pelos seus interesses diversos e que seriam interessantes de serem
1774 incorporadas nas discussões. Então, importa participar. Para a democratização da
1775 sociedade, espaços de participação social como o CONAMA são fundamentais para
1776 refletir essa diversidade da sociedade. E é importante ter atenção a essa diversidade e
1777 pluralidade dos atores que participam do conselho, uma vez que o Estado brasileiro tem
1778 reconhecido essa diversidade. E é fundamental que ela também esteja refletida no
1779 CONAMA. Essa pluralidade de atores cobre também uma pluralidade de temas a serem
1780 abordados e enfrentados dentro da agenda ambiental, como as mudanças climáticas que
1781 estão faladas, a transição energética, a biodiversidade, enfim, vários temas que a gente
1782 já falou ao longo do tempo, do dia em que vocês mesmos têm bastante conhecimento.
1783 Mas a participação dos conselhos também é exercer uma função de representação, que
1784 vai de dois lados. Trazer questões, reflexões e definições para o CONAMA, desde as
1785 suas bases de representação, das entidades de qualquer segmento, até levar essas
1786 discussões também para essas bases. Então, tem essa via de dois lados. Então, os
1787 métodos de seleção do conselheiro são importantes para uma boa representação, bem
1788 como exercício de representatividade pela prestação de contas nessas duas vias,
1789 fortalecendo a conexão com as bases. E a representação é tanto melhor desempenhada
1790 quanto mais capacitados forem os conselheiros. Essa capacidade provém tanto de suas
1791 bagagens próprias, das experiências de trabalho das entidades ou grupos sociais que
1792 representam, mas também pela necessidade de conhecimento técnico e político, que o
1793 exercício da atividade de conselho no CONAMA demanda pelo alto nível das
1794 deliberações. E essa boa representação também fortalece a legitimidade do conselho. E,
1795 para finalizar, alguns estudos, como eu disse, a gente também se baseia em outros
1796 estudos que se dedicaram à análise dos conselhos que foram mais resistentes às ações
1797 do governo Bolsonaro de destruição. E são dois aspectos que se destacam como
1798 principais efeitos de resiliência desses conselhos. Por um lado, o nível de

1799 institucionalização, que é basicamente o funcionamento do conselho ser registrado em
1800 lei, que não pode ser derrubada por decreto, o que o CONAMA já tem. E, por outro, é a
1801 articulação da comunidade política que está ali dentro representada. Então, comunidades
1802 mais diversas, mais pluralizadas, e ativas, teriam essa característica de ajudar na
1803 resiliência do conselho frente a governos que não defendem a agenda ambiental. Bom,
1804 é isso. Eu agradeço a atenção. Eu e meu grupo de pesquisa, a gente fica à disposição
1805 para perguntas e colaborar no que for possível no CONAMA. Obrigada.

1806 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1807 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Você está tendo que sair agora, não é isso?
1808 Então, vamos ouvir o segundo. Talvez a gente faça as perguntas juntas, de repente, para
1809 agilizar um pouco o processo. Pode ser? Então, está bom. Vamos ouvir agora o Ronald
1810 Ferreira dos Santos, que é da Secretaria Nacional de Participação Social, da Secretaria
1811 Geral da Presidência, que vai apresentar as recomendações do grupo de trabalho técnico
1812 sobre conselhos e conferências nacionais. Muito obrigado. Por favor, com a palavra.

1813 **O SR. RONALD FERREIRA DOS SANTOS (Secretaria Geral da Presidência)** – Boa
1814 tarde a todas as pessoas aqui presentes, cumprimento a Marcela, João Paulo. Dizer que
1815 é uma satisfação muito grande poder estar aqui trazendo essas reflexões que foi possível
1816 produzir com a busca de dar materialidade ao compromisso do presidente Lula de fazer,
1817 no seu terceiro mandato, mais e melhor do que fez nos anteriores. Principalmente pelo
1818 fato de termos vivido um período muito trágico da vida nacional, que agora, nesses dias,
1819 tem se revelado o tamanho e a dimensão da tragédia do ponto de vista do exercício do
1820 poder e que a única forma identificada de se produzir algum antídoto para esse tipo de
1821 situação a situação do autoritarismo, a situação da falta de democracia, só tem um
1822 caminho, que é mais democracia. Mais democracia é o antídoto para o enfrentamento do
1823 autoritarismo. E foi justamente nesse processo e também por enfrentar um conjunto de
1824 medidas que foram tomadas para dar materialidade ao autoritarismo nos últimos seis
1825 anos, entre os quais o decreto que reduziu drasticamente o funcionamento do CONAMA,
1826 mas não só o funcionamento do CONAMA, fechou várias dezenas de órgãos colegiados
1827 que permitiam à sociedade participar, inviabilizou a possibilidade de processos
1828 conferenciais, de mobilização da sociedade em torno de temas, por seis anos. O

1829 presidente Lula criou, então, no seu processo de transição, um grupo de trabalho para se
1830 defrontar, para fazer o diagnóstico e atuar em torno dos desafios de retomada da
1831 democracia participativa e trazer para a prática concreta, apesar das dificuldades, dos
1832 retrocessos do último período, uma conquista importante que foi colocada na
1833 Constituição de 88, ainda no meio desse período turbulento, que foi o parágrafo único do
1834 artigo 193 da nossa Constituição, que acrescentou na ordem social a necessidade e a
1835 questão fundamental das políticas públicas contarem com a participação da sociedade.
1836 Somado a essa base, se constituiu, então, no conjunto dos grupos de trabalho da
1837 transição, um conselho de participação social para se debruçar acerca desse processo
1838 de como reverter, reconstruir, unir e reconstruir com base da democracia participativa.
1839 Várias iniciativas foram tomadas nesse sentido. A primeira delas foi a estruturação, na
1840 Secretaria Geral da Presidência da República, de um espaço, de um lócus, de uma
1841 secretaria específica para construir a participação social, que é a Secretaria Nacional de
1842 Participação Social. Da mesma forma, na mesma medida, no mesmo instrumento de
1843 reestruturação da administração pública, se criou no conjunto dos ministérios da
1844 esplanada, praticamente todos eles, com exceção da defesa, assessorias de participação
1845 social e diversidade ligados diretamente ao gabinete dos ministros, justamente para
1846 elevar, num patamar diferenciado, o lugar da participação social e criando um sistema
1847 interministerial para debater e construir os desafios de reconstruir o processo
1848 democrático no Brasil. Qual seja, recomposição dos conselhos, retomada dos processos
1849 conferenciais, mas, principalmente, fazer os ajustes necessários das lições apreendidas
1850 com o processo vivido nos primeiros dois mandatos do presidente Lula e nos mandatos
1851 da presidente Dilma, que trouxe muitas lições necessárias a serem aplicadas e serem
1852 compreendidas. A estrutura da Secretaria Nacional de Participação Social trouxe também
1853 a necessidade de trazer alguns debates centrais desse nosso tempo, para atualizar a
1854 questão da utilização das tecnologias, criando também a necessidade de fazer um
1855 processo participativo no espaço digital, uma Secretaria de Participação e Comunicação
1856 Digital, também um debate importante que é, talvez, a expressão, a materialização das
1857 disputas políticas, porque no Estado brasileiro as disputas políticas, elas acabam se
1858 ganhando materialidade, nós estamos vendo agora com o debate do orçamento secreto,
1859 elas ganham a materialidade das disputas políticas no processo alocativo dos fundos

1860 públicos e da riqueza que o País produz. É aí que se materializa a expressão das disputas
1861 políticas em qualquer tempo. Então, o lugar do orçamento, do planejamento, também
1862 ganhou um lugar estratégico na Secretaria Nacional de Participação Social, com uma
1863 diretoria se debruçando sobre a questão do planejamento e orçamento público, que já
1864 resultou, no primeiro ano, uma grande contribuição da participação social inédita, que
1865 teve grandes contribuições e que teve, agora, nessa vitoriosa posição do presidente Lula,
1866 com os itens de pautas que foi conseguido aprovar na declaração final do G20, mas que
1867 nasce, se todos vocês puderem acompanhar, muito provavelmente acompanharam o
1868 debate, vão perceber que estava muito desse conjunto de compromissos somado e
1869 construído no PPA participativo de 2023, onde os temas sobre o combate à fome,
1870 mudanças climáticas, democracia, governança, foram os principais elementos que
1871 apontou no plano plurianual dos próximos quatro anos dos compromissos dos próximos
1872 quatro anos. Além desse processo, um outro espaço importante que foi criado e está se
1873 desenvolvendo é a necessidade, e também com as lições aprendidas, da fragilidade, da
1874 facilidade, como movimentos autoritários, movimentos antidemocráticos, conseguiram,
1875 no último período, mobilizar e mobilizar, e ainda estão com um processo muito forte de
1876 capacidade de mobilização, a necessidade de resolver uma equação. Não basta só
1877 participar, participar não basta, tem que intervir concretamente nas disputas, tem que
1878 mobilizar, tem que construir maiorias políticas, porque os setores que disputam a política,
1879 o destino do nosso país, se mobilizam. E nós assistimos o que foi em 2022, a capacidade
1880 de mobilização desses setores, de colocar centenas de milhares de pessoas em torno de
1881 teses anticivilizatórias, teses antidemocráticas, e que estão sendo reveladas nesse
1882 momento, ou seja, a questão da mobilização em torno das grandes construções que os
1883 processos democráticos produzem é central. E, nesse sentido, também foi desenvolvido
1884 e apresentado, em objeto das reflexões deste último período, uma diretoria de formação
1885 e participação social nos territórios, colocando a necessidade de que os debates que são
1886 feitos nesses fóruns, nesses colegiados, tenham efetividade, ter perenidade, ter
1887 capilaridade, e conseguir, ao fim e ao cabo, cumprir a principal missão, que é os espaços
1888 de política, produzir maiorias políticas consistentes que consigam transformar a realidade
1889 e fazer as disputas na realidade. E, junto com esse processo, a diretoria de participação
1890 social se produziu, então, esse trabalho, que acho que eu falei com a Marcela, que todos

1891 os conselheiros aqui receberam, e está publicado também no site do CONAMA, o
1892 resultado desse nosso grupo de trabalho, organizado pela Secretaria Nacional de
1893 Participação Social, que reuniu 32 ministérios, buscando o diagnóstico dos colegiados,
1894 qual a situação, muitos deles completamente destroçados, engavetados, sem nenhum
1895 processo de convocação. Foi, então, nesse processo construído o diagnóstico, ouvido as
1896 experiências, os desafios para a construção desses espaços, e algumas questões que
1897 estão bastante detalhadas, que é no nosso caderno de resoluções, e principalmente de
1898 recomendações, que passam basicamente pela necessidade de apostar na democracia,
1899 apostar na ampliação da participação da sociedade nos espaços colegiados, nos
1900 espaços de participação, e principalmente colocado nessa síntese desse relatório, aquilo
1901 que historicamente as conferências, os colegiados têm apresentado em suas resoluções,
1902 mas com dificuldade de implementar, tal como a paridade de gênero, tal como a
1903 representação mais diversa possível da sociedade, tal como a necessidade da
1904 representação da sociedade civil, ter uma ampliação da sua capacidade de escuta, tal
1905 como a necessidade, tanto nos processos colegiados, quanto nos processos de
1906 conferência, além de fazer as produções, fazer processo de monitoramento, processo de
1907 transparência para as decisões e acompanhamento. Mas a principal recomendação
1908 apresentada nesse conjunto de apontamentos é a necessidade de integração das
1909 iniciativas desse processo participativo em torno de um desafio que está colocado em
1910 primeira ordem no dia de hoje, que é a defesa do Estado democrático e de direito.
1911 Construir maioria política e social, nessa que é a principal batalha desse nosso momento
1912 histórico da nação brasileira. O processo da democracia, o processo da participação,
1913 esse processo e da própria mobilização da sociedade em torno desses valores, da defesa
1914 dos direitos, da defesa da ciência, da defesa do desenvolvimento sustentável, são valores
1915 que nós estamos assistindo que, do ponto de vista internacional, e o Azerbaijão deixou
1916 bastante claro o grau de dificuldade que está, certo, que está colocado hoje no Brasil e
1917 no mundo, o cenário das eleições municipais esse ano no Brasil deu um apontamento de
1918 como é que se encontra essas disputas em torno de valores civilizatórios, em torno de
1919 valores de respeito à ciência, em torno de valores em defesa de um desenvolvimento
1920 sustentável. Nós assistimos à necessidade de que esses processos de ampliação da
1921 participação consigam, ao fim e ao cabo, produzir uma maioria social que consiga se

1922 contrapor a esse conjunto de forças que não é só tese, que tem consequências concretas
1923 na vida das pessoas e o que mais nós estamos sentindo, o que mais se apresenta nesse
1924 momento, não é à toa, que ocupa um lugar estratégico nos debates do governo do
1925 presidente Lula, é justamente essa questão da emergência climática, das mudanças
1926 climáticas, que é a evidência, a demonstração que há necessidade de se construir força
1927 social e política para se contrapor às forças que aceleram a barbárie, que aceleram esse
1928 processo. Essa é uma das missões e é aposta na democracia participativa. Junto com
1929 esse processo de reformular colegiados, iniciamos em 2023 com 22 colegiados que ainda
1930 eram estabelecidos em lei, estruturados. Chegamos, no final de 2023, com 46. Hoje nós
1931 estamos com 68 colegiados nacionais em pleno funcionamento. No período dos seis
1932 anos de Temer e Bolsonaro, se realizaram sete Conferências Nacionais de Saúde, sendo
1933 que dessas sete Conferências Nacionais de Saúde, quatro eram Conferências Nacionais,
1934 sendo que dessas quatro eram da Saúde. No período de 2023 até esse ano, já
1935 conseguimos realizar 13 processos de Conferências Nacionais, entre elas a Conferência
1936 Nacional de Saúde, a Conferência Nacional de Segurança Alimentar Nacional, da
1937 Juventude, da Cultura, da Educação, das Pessoas com Deficiência, e que permitiu
1938 construir um conjunto de proposições que, ao fim, ao cabo, produziu alguns efeitos para
1939 não transformar a disputa desse nosso tempo tão desigual. Acumulou, no sentido dos
1940 processos de disputa de 2024 se apresentaram, essas pautas conseguissem ganhar um
1941 pouco mais de capilaridade e sensibilidade na sociedade, mas ainda muito distante, muito
1942 distante de podermos concluir que chegamos a uma ofensiva das proposições mais
1943 avançadas. Está em curso ainda um conjunto importante de processos de mobilização
1944 na área que dialoga diretamente, todas as áreas dialogam diretamente com o meio
1945 ambiente, mas mais especificamente está em curso a Conferência Nacional das Cidades,
1946 a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, a Conferência Infanto-Juvenil do Meio
1947 Ambiente, que são oportunidades, além da Conferência Nacional LGBT, Conferência
1948 Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, um conjunto de processos participativos
1949 que, no próximo período, vão exigir uma ampla mobilização da sociedade. Mas, para
1950 além de produzir esses momentos de inclusão, de participação, de escuta, de permitir
1951 colocar inúmeras vozes no processo de debate, há questão fundamental, e para isso há
1952 necessidade de dar autoridade, reconhecimento aos espaços da democracia

1953 participativa, como é o caso do CONAMA, para além das funções normatizadoras,
1954 fiscalizadoras, uma das tarefas centrais desse tipo de estrutura e da aposta na
1955 democracia é a capacidade de reverter esse quadro que nós vivemos hoje, de que aquilo
1956 que nós defendemos tem pouca capacidade de mobilização. Se nós formos ver o que
1957 aconteceu no último período dessas pautas mais avançadas na sociedade, comparar
1958 com outros momentos de mobilização política e social, ainda estamos com um déficit na
1959 capacidade de sensibilizar a sociedade e construir capacidade de que as pessoas se
1960 mobilizem em torno de causas como as nossas. É importante demais mobilizar, debater,
1961 fundamental, mas a democracia exige intervenção, mobilização e ação concreta nos
1962 territórios e nas disputas. Essa é a expectativa da contribuição que foi dada nesse
1963 momento, que está um pouco expressa na cartilha produzida a partir das reflexões com
1964 os 32 ministérios, que apontam um conjunto importante de medidas que possam fazer
1965 com que o que presida o funcionamento dos órgãos colegiados, e a gente tem certeza
1966 que o CONAMA é um desses, é a valorização da democracia, a inclusão e a capacidade
1967 de intervir na realidade. Essa é um pouco a contribuição que eu queria dar, estamos aqui
1968 à disposição.

1969 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1970 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito obrigado. Vamos agora, então, de
1971 imediato para a Heloísa Dias, do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata
1972 Atlântica, na sua segunda intervenção nesse plenário, para apresentar o relatório, as
1973 informações do grupo, relatório do grupo assessor sobre a composição do CONAMA,
1974 criado por esta plenária, em 17 de maio de 2023, justamente para tratar da questão da
1975 representatividade dos segmentos, dos setores da sociedade no plenário. Ela precisa do
1976 microfone. Quer passar ali de baixo de novo?

1977 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
1978 **Atlântica - IARBMA)** – É mais fácil.

1979 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1980 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Porque agora o André Lima não está aí para
1981 te segurar.

1982 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
1983 **Atlântica - IARBMA)** – O André não está, se eu cair, vai ser pior, gente.

1984 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
1985 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Então, desce ali, Heloísa, por favor. E aí, na
1986 sequência, a gente pode fazer aqui o debate.

1987 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
1988 **Atlântica - IARBMA)** – Bom, boa tarde. Por mera coincidência, que fomos proponentes
1989 da moção, e aqui, a pedido do Mauro, que eu já falei com ele, tem um PowerPoint ali,
1990 Mauro, o Mauro teria um compromisso nesse horário e solicitou que nós fizéssemos a
1991 apresentação, pelo grupo gestor, mas aqui com o grupo assessor de composição do
1992 CONAMA. Vou pedir para alguém passar aqui para mim. Então, eu vou apresentar a
1993 composição do grupo, nós fizemos uma estrutura dessa apresentação, mas vale
1994 destacar, primeiro, fiquei muito feliz com as apresentações que antecederam, que elas
1995 dão toda uma sustância e a gente considerou esses estudos e esses trabalhos para o
1996 trabalho do grupo assessor, é um grupo que representa todos os segmentos do
1997 CONAMA, essa proposta não é uma proposta da sociedade civil, isso é uma proposta
1998 que foi aprovada por unanimidade dentro do grupo assessor e encaminhada para
1999 plenária apreciar. Então, eu estou aqui respondendo pelo grupo do qual eu fui membro,
2000 pela sociedade civil. Nós estruturamos, mais ou menos, a composição do grupo assessor,
2001 seguindo o documento que foi apresentado, a linha do tempo do trabalho do grupo,
2002 principais documentos considerados, GARCO, Grupo Assessor de Composição
2003 CONAMA, pressupostos, proposta aprovada, métodos e critérios para a escolha dos
2004 conselheiros, propostas adicionais e encaminhamentos sugeridos ao plenário. Então, é
2005 uma proposta para apreciação do plenário que a gente tem uma expectativa muito grande
2006 de todo o CONAMA de que isso seja resolvido. Pelo histórico, nós vamos ver que esse é
2007 o nosso primeiro sonho nessa gestão. A composição do grupo, pelas entidades
2008 ambientalistas, nós tivemos quatro membros de cada segmento, então, temos o Ramires,
2009 o Rafael, sobrenome me fugiu, eu coloquei ali o Rafael, do WWF na época, substituído
2010 por Daniela Malheiros, na sequência. Em âmbito nacional, que são representantes de
2011 âmbito nacional, a Zuleica, também, pela Amar, eu pelo Instituto Amigos da Reserva,

2012 substituído por João de Deus Medeiros, também, no final dos trabalhos do grupo. Setor
2013 empresarial, nós tivemos Mário Augusto de Campos, da CNI, Patrícia Helena, está aqui
2014 presente, eu já a vi por aqui hoje, da CNT, Nelson Ananias, da Confederação da
2015 Agricultura, Cristiane, da Confederação Nacional do Comércio. Vamos lá. Também
2016 tivemos mais quatro representantes de governos municipais e quatro governos estaduais,
2017 dos municipais, Roberta Modesto, da Frente Nacional dos Prefeitos, Marçal, nosso
2018 querido Marçal, aqui pela ANAMMA, Cláudia, Confederação Nacional dos Municípios, o
2019 Mário César Mantovani, nosso anarquista predileto, da ANAMMA, região Centro-Oeste.
2020 Dos governos estaduais, a Majori Calfman, do Rio Grande do Sul, Andréa Vulcanis,
2021 também do governo de Goiás, Felipe Rigoni, esteve aqui hoje, mas eu acho que ele não
2022 está aqui agora, o secretário Felipe Rigoni, de Espírito Santo, a Sheila Maria, Ordem de
2023 Santa Catarina.

2024 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2025 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – A Andréa Vulcanis eu acho que não está aqui,
2026 não.

2027 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
2028 **Atlântica - IARBMA)** – Não está não, eu confundi. Do governo federal, o Mauro Pires,
2029 que nos presidiu nos trabalhos pelo ICMBio, e que pode me tomar a palavra a qualquer
2030 momento, aqui na hora que discordar aqui de qualquer um dos membros do grupo.
2031 Mariana Barbosa também, da Advocacia Geral da União, a Rosenberg Batista Dias, do
2032 Ministério de Igualdade Racial, Luiz Henrique Mourão, que é pelo Ministério de Ciência,
2033 Tecnologia e Inovação. Então, o grupo está bem representativo dos diversos segmentos,
2034 e a gente fez um trabalho extenso, encurtando pela linha do tempo, os sentidos, toda
2035 uma linha de histórico e fundamentação da criação do grupo. Em 2021, o Supremo
2036 Tribunal Federal decidiu, tem a arguição do descumprimento do preceito fundamental da
2037 DPF 623, e decidiu liminarmente pela suspensão do decreto de 2019, que mudou, de
2038 forma bastante arbitrária, a composição do Conselho Nacional do Meio Ambiente. O
2039 entendimento da Corte foi que houve restrição do direito de participação. No grupo,
2040 ficaram suspensos os trabalhos. Em 2022, o grupo de transição do governo sugeriu que
2041 se garantisse o retorno imediato das atividades do CONAMA, que a gente agradece

2042 desde já, não só o grupo de transição, mas todo o governo. Estou com uma
2043 dificuldadezinha aqui, mas tudo bem. Com o restabelecimento da composição similar
2044 anterior, 9.806 de 2019, com a orientação de que uma proposta de nova composição
2045 fosse discutida de forma democrática e participativa por todo o Conselho. Seria retomar,
2046 anular o decreto ali, retomar a composição anterior, e logo em sequência fazer isto.
2047 Então, tudo bem. É, mas aqui tem um degrau. Eu sou uma pessoa muito quieta. Estou
2048 [ininteligível] bom aqui. Só de vez em quando eu faço ali. Em 2023, na primeira reunião
2049 após a retomada, foi uma reunião, por sinal, maravilhosa, que a gente teve muita honra
2050 em participar, é a 138ª reunião do CONAMA, que foi a reunião de retomada do CONAMA.
2051 E foi criado o Grupo Assessor de Revisão de Composição do Conselho, o GARCO,
2052 contando com representação paritária de todos os setores. Como eu mostrei, o grupo
2053 realizou quatro reuniões ordinárias, um seminário, com convidados externos para colher
2054 subsídios para as suas discussões. A 4ª reunião ordinária do Grupo Assessor foi
2055 aprovada por unanimidade a proposta de nova composição do Conselho a ser submetida
2056 ao plenário, com recomendações adicionais para ampliação e qualificação de
2057 participação. É claro que isso pediu, nós todos tínhamos posturas um pouco
2058 diferenciadas, tínhamos discordância em alguns pontos, mas evoluímos com todos os
2059 seminários, subsídios e discussões, e conseguimos chegar a uma proposta onde, num
2060 primeiro momento, todos se sentiram ali no grupo mais contemplados. Os principais
2061 documentos considerados, o principal realmente foi a decisão do Supremo Tribunal
2062 Federal, na ADPF 623, o ofício também que foi disponibilizado e enviado em 2023 pelo
2063 Ministério Público Federal, Procuradoria Geral da República, doutora Fátima, que
2064 encaminhou esse ofício, que apresenta balizas para o acórdão, proferido pelo Supremo,
2065 e discussões seguidas, balizas serem seguidas na minuta para o novo decreto,
2066 discussões realizadas em um seminário CONAMA participativo e representativo,
2067 organizado pelo Grupo Assessor em 18 do 10 e depois em 25 do 10 de 2023. Então, foi
2068 um longo processo de discussão. Consideramos também a nota técnica, Reconstrução
2069 Democrática do CONAMA, Arquitetura Institucional para um Conselho Forte e
2070 Representativo, e o Seminário Técnico, Participação Social e Fortalecimento do
2071 CONAMA, realizado em 2023 também pelo WWF, IMAFLORA e CEBRAP, que houve a
2072 participação ampla de vários conselheiros de todos os segmentos também, todos foram

2073 convidados a esse seminário. Consideramos também as contribuições da Fundação
2074 Nacional de Prefeitos para a revisão da composição do CONAMA, que foi apresentada
2075 também em dezembro de 2023. E o documento Contribuições da Sociedade Civil à
2076 proposta da secretaria executiva do CONAMA ao Grupo Assessor de Revisão da
2077 Composição. Então, entidades ambientalistas do CONAMA. A gente tinha uma proposta
2078 mais diferenciada e antes do fechamento da última reunião, a gente apresentou também
2079 esse estudo. Tem uma declaração em separado das contribuições da Sociedade Civil à
2080 proposta da secretaria executiva do CONAMA, do Grupo Assessor, feita também após a
2081 manifestação da Sociedade Civil pela AMAR, Associação de Defesa do Meio Ambiente
2082 de Araucária. Fez uma proposta individual. Consideramos também 14 ofícios que vieram
2083 de diversos segmentos que pleiteiam participação no Conselho. Aí tem de todo tipo,
2084 municipal, estadual, sociedade civil, organizações trabalhistas e várias outras
2085 organizações que têm interesse em participar do CONAMA. O CONAMA é um conselho,
2086 os pressupostos arguidos e consensuados pelo GARCO foi de que o CONAMA é um
2087 conselho multissetorial, vou variar aqui, eu já fiz o exame de vista e já estou trocando os
2088 óculos para melhorar um pouco, para melhorar um pouco, mas sempre foi assim, desse
2089 lado de cá para lá é melhor. O CONAMA é um conselho multissetorial, a proposta mantém
2090 a busca de reequilibrar, por isso a proposta do GERCO tem a busca de reequilibrar a
2091 representação dos setores que já fazem parte da composição, além disso propõe uma
2092 ampliação dessa representação para outros segmentos do setor científico, dos conselhos
2093 e associações profissionais. Então, tem uma ampliação e um reequilíbrio na distribuição
2094 desses segmentos e setores. A representação do poder público é a plural, a proposta
2095 busca garantir equilíbrio na representação dos entes e o fortalecimento do pacto
2096 federativo. É desejável que o CONAMA tenha um número fixo de membros com direito a
2097 voto, porque tem uma série de convidados também, e aí esse número, no
2098 estabelecimento do quórum, a gente propôs um número proporcional com conselheiros
2099 com direito a voto e outros convidados sem direito a voto. É desejável garantir que a
2100 composição do conselho reflita a pluralidade social e ao mesmo tempo assegure o
2101 andamento dos trabalhos, não seja uma coisa exacerbada e desequilibrada. A proposta
2102 define um número fixo e proporcional de representantes da União, Estados e dos
2103 Municípios. Garantia de colaboração de todos os ministérios, Estados e da diversidade

2104 dos municípios pode se dar também por reuniões preparatórias, participação colaborativa
2105 em câmaras, técnicas, grupos de trabalhos e em outros mecanismos. A participação se
2106 dá para além da representação oficial como conselheiro. É desejável maior... na verdade,
2107 o espírito é fortalecer também esses espaços de câmaras, GTs e tudo, ampliando o
2108 envolvimento de vários segmentos de acordo com seus focos de atuação e
2109 especificidade. É desejável maior equilíbrio entre os representantes do poder público e
2110 representantes não governamentais. Então, a gente busca, a partir até dos estudos
2111 indicados pela própria Secretaria de Governo, e por tudo que a gente foi também
2112 manifestado pelo Supremo Tribunal, a gente tenta buscar uma proposta de paridade
2113 definida entre governo e não governo. Existem outros tipos de divisão e de composição
2114 de paridade, mas a gente seguiu um pouco a linha do governamental e não
2115 governamental, que é o mais tradicional e que a gente tem conseguido buscar um
2116 consenso. Vamos lá. A proposta aprovada pelo GARCO, que é uma proposta para ser
2117 apreciada pelo Conselho, ela propõe ali faltou um estudo comparativo, mas pelo estudo
2118 apresentado, que me antecedeu do CEBRAP, a gente tem hoje cerca de 70%, quase,
2119 em representação do governo federal e uma disparidade com os outros...

2120 **A SRª. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Do poder público.**

2121 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
2122 **Atlântica - IARBMA) – Do poder público.**

2123 **A SRª. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA) – Isso, 70% do poder público, não**
2124 **do governo federal.**

2125 **A SRª. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
2126 **Atlântica - IARBMA) – É, eu errei aqui na... então, tem uma disparidade no equilíbrio**
2127 **dessa representação e falta vários setores que demandam uma inclusão e participação**
2128 **em todo esse processo, que não tem. Eu esqueci de ressaltar, mas eu acho que todos**
2129 **aqui sabemos que nós estamos falando do órgão máximo da política nacional de meio**
2130 **ambiente. Acho que é por isso que a gente difere tanto de outros conselhos, porque a**
2131 **gente está aqui como órgão máximo responsável pela política nacional e com atribuições,**
2132 **inclusive, normativas para o exercício dessa política e para a implementação dessa**

2133 política. Então, a gente... é bom ter uma representação maior e é necessária essa
2134 representatividade maior. Não entendendo a sociedade civil aqui, só toda englobada
2135 como entidades ambientalistas, nós temos vários outros segmentos e também do
2136 mercado que estão aí associados. Então, do governo federal, a gente, depois de várias
2137 discussões e algumas discordâncias, mas batemos martelo numa forma inicial de
2138 proposição, seriam 15 representantes do governo federal, 15 dos governos estaduais, 15
2139 dos governos municipais, entidades ambientalistas, 22, mais cinco vagas... é isso, não é,
2140 gente? Ligadas aos povos específicos, de povos indígenas, quilombolas, povos e
2141 comunidades tradicionais, juventude, negro urbano, negro urbano. E academia, quatro,
2142 trabalhadores urbanos e rurais, quatro, entidades profissionais, duas, entidades
2143 empresariais, oito. Nisso, nessa distribuição, a gente chegaria a 50%, 50%, que seria
2144 uma equiparação entre governamental e não governamental. Os conselheiros sem direito
2145 a voto, só voltar um aí, por gentileza. Os conselheiros sem direito a voto, recomenda-se
2146 manter a composição atual com os seguintes representantes. Um representante do
2147 Ministério Público Federal, um representante dos Ministérios Públicos Estaduais, um
2148 representante da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, um representante da
2149 Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados.
2150 Então, é a forma como a gente manteve aí a composição dos... seriam convidados, não
2151 é, conselheiros sem direito a voto. Aí tem direito a voz, como todos. Métodos e critérios
2152 para escolha dos conselheiros, eu não sei se a gente lê tudo isso aqui, mas a gente
2153 chegou a pensar e discutir no grupo, dando exemplo, o Governo Federal com critérios
2154 serem definidos pelo Ministério, juntamente com a Casa Civil, governos estaduais pela
2155 ABEMA, governos municipais pela ANAMMA, Fundação Nacional dos Prefeitos,
2156 Confederação Nacional dos Municípios, Associação Brasileira de Municípios, entidades
2157 ambientalistas, eleição por edital dentre os inscritos no Cadastro Nacional de Entidades
2158 Ambientais. São critérios, premissas para a escolha a serem debatidas. Dos
2159 movimentos sociais, eleição por edital também, SBPC e ABC, Academia e Setor
2160 Científico, SBPC e ABC seriam consultadas sobre critérios, trabalhadores urbanos e
2161 rurais, indicação dos centrais, conforme legislação atual. Entidades profissionais, eleição
2162 por edital, entidades empresariais, mantém a indicação na forma do decreto atual. Está
2163 mais ou menos estabelecido ali. Isso foi proposto pelo grupo. Não é uma proposta de um

2164 setor, mas de todo o grupo, só lembrando aí. Propostas adicionais. Além de falar, a gente
2165 discuti muito que a questão da representação, da participação vai para além do conselho
2166 em si e que a gente precisa também qualificar essa participação. E aí, na busca da
2167 participação, de uma forma melhor de representação, alternância nas representações, foi
2168 uma indicação, ampliação da diversidade de raça, gênero e grupos sociais, isso é uma
2169 diretriz geral do governo, inclusive, eleito e da sociedade vem buscando cada vez mais
2170 esse direito mais representado, mecanismos para ampliar a participação e o controle
2171 social no conselho. Isso é fundamental. Isso nos inspirou muito a fala do ministro Herman
2172 Benjamin no início dos trabalhos, onde ele fala da competência e atribuição de cada
2173 conselheiro. E o compromisso que ali assume com a política nacional de meio ambiente
2174 e com a representatividade da sociedade nesse colegiado. Mecanismos que podem
2175 contribuir para qualificar a participação no conselho. Vamos lá. São propostas de
2176 aperfeiçoamento, inclusive, são sugeridos, encaminhamentos sugeridos nessa
2177 capacitação, do pessoal se falou muito, não, acho que estou antecedendo aqui, deixa eu
2178 continuar. Mas é da capacitação, contando inclusive com o setor de educação ambiental
2179 do conselho, na preparação dos conselheiros para participação. De uma forma geral, não
2180 estou falando de todos os setores. Que a presidência do conselho encaminhe ao
2181 presidente da República encaminhamentos sugeridos. Após uma aprovação pela
2182 plenária, a sugestão que se tem, e que é o entendimento que se teve, é que a presidência
2183 do conselho encaminhará ao presidente da República uma recomendação de alteração
2184 do decreto nº 9927490, no que tange à composição e ao funcionamento do CONAMA,
2185 nos termos desta proposta, com, é claro, os acréscimos e adendos que a plenária tem
2186 soberania para decidir. Criação do grupo assessor para elaboração da proposta do
2187 Código de Ética do CONAMA, isso foi um pleito e muito reconhecido por todos, da
2188 necessidade de a gente ter um Código de Ética que oriente aos conselheiros de uma
2189 forma geral. A criação de um grupo assessor para elaboração da proposta do Cadastro
2190 Científico do CONAMA. A gente pleiteia muito uma referência científica para todos os
2191 conselheiros, com relação aos temas pautados e às ações que possamos assessorar no
2192 processo de deliberação e decisão. Ter um tipo, um conselho consultivo do Conselho de
2193 Cientistas que podem ser acionados, que se dispõem a colaborar. Que a secretaria
2194 executiva elabore um relatório anual sobre raça e gênero no CONAMA, isso já tinha sido

2195 também pautado em algumas reuniões, e proposta de curso de formação para os
2196 conselheiros, que a gente sente falta em termos não só do marco regulatório, de conhecer
2197 as resoluções, mas também do funcionamento, enquanto regimento e tudo mais, para a
2198 gente seguir e funcionar melhor enquanto colegiado. Agradecemos, enquanto
2199 representante do grupo, abro palavra aqui primeiro para todos os membros que quiserem
2200 alterar alguma questão ou me corrigir ou complementar. E, particularmente, eu sinto, eu
2201 fiquei muito feliz quando, na primeira reunião, foi tirada essa proposta, depois que a gente
2202 viveu o limbo da sociedade civil promovida pelo governo anterior, que fez até bimbo das
2203 entidades para ver quem era mais votado e tudo mais, sorteio, a gente ficou muito feliz
2204 de ter uma reflexão que pudesse fortalecer o Conselho como um instrumento, como bem
2205 disse o representante da Secretaria Nacional, de fazer parte de um processo democrático
2206 no país para valer. Para valer porque nós precisamos estar institucionalizados, a gente
2207 precisa estar estruturado, porque está cheio de fantasma ainda perambulando pelos
2208 corredores e a gente sabe das ameaças que vivemos. Então, se a gente quer uma O, se
2209 eu aprendi direitinho, para o autoritarismo, para o fascismo ou esses ismos que não
2210 queremos muito E se a gente quer manter o Estado de Direito e a democracia, é
2211 fundamental que a gente, antes de mais nada, fortaleça essas instâncias e esses
2212 instrumentos de governança. E a gente gostaria muito, no nosso pleito, que a gente vem
2213 fazendo já umas duas plenárias de apresentação dos trabalhos, e que fossem
2214 apresentados e fossem prosseguidas, que prosseguisse a nossa discussão para a
2215 recomposição do CONAMA, a gente gostaria muito que fosse, nesse ano ainda, mas
2216 parece que não vai dar tempo, que tivesse uma extraordinária para que a gente pudesse
2217 discutir essa proposta com toda a plenária, com a calma que isso vai demandar, e que a
2218 gente pudesse ter uma proposta que não nos deixasse tão descobertos para a próxima
2219 gestão. E aí tem uma proposição que a gente traz, que o Helder tem ali, aí agora já é
2220 uma proposição da sociedade civil, de convocação dessa extraordinária. Pensamos aqui,
2221 pelo calendário, um dia antes da ordinária, para a gente ficar só por conta do tema, e
2222 para racionalizar os custos.

2223 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2224 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** A Heloisa é tão eficiente que ela já assumiu
2225 a presidência, você viu, eu já posso me sentar com ela.

2226 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
2227 **Atlântica - IARBMA)** – Peço desculpa, presidente, mas é a ansiedade da sociedade civil
2228 com a participação, desculpe. Não, não, é muito eficiente. Não, mas é a proposta. Mas
2229 antes só de a gente falar da extraordinária, vamos abrir aqui para outros membros do
2230 Conselho de Gestão.

2231 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2232 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, muito bom.

2233 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
2234 **Atlântica - IARBMA)** – Vou passar aqui para o presidente. Obrigada.

2235 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2236 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom, agradeço aí a apresentação de
2237 um trabalho de fôlego, realmente foi um grupo que se dedicou bem, um grupo bem
2238 diversificado, e ainda mais indicou uma relatora que tem feito tudo para sentar aqui e
2239 presidir o CONAMA. Muito bom, muito eficiente, parabéns pela apresentação. Mas como
2240 ela disse, passamos de imediato, inicialmente, a palavra a outros membros do grupo
2241 assessor que queiram complementar ou fazer esclarecimentos adicionais. Desde que a
2242 gente não fique a tarde toda.

2243 **O SR. MAURO DE OLIVEIRA PIRES (ICMBio)** – Não, acho que algo como 50 minutos
2244 é mais do que suficiente. Não, na verdade é muito simples. Primeiro, agradecer o trabalho
2245 que a Heloisa fez, de fato, foi muito importante, o coletivo, a gente trabalhou com todo
2246 mundo, buscando apontar quais eram os consensos e quais eram os pontos que
2247 mereciam uma atenção. Eu acho que isso facilitou e o trabalho técnico desses estudos
2248 que a gente teve acesso, esses trabalhos acabaram ajudando a gente a encontrar uma
2249 proposta, que evidentemente altera a composição. E como altera a composição, precisa
2250 ser bem refletido. Só queria agradecer, infelizmente eu tenho que sair, porque tenho uma
2251 viagem agora, vou pedir licença, por isso que eu tinha pedido para fazer essa exposição,
2252 mas acho que o grupo concluiu bem o seu trabalho. Obrigado.

2253 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2254 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Obrigado, Mauro. Tem mais alguém do grupo
2255 assessor que gostaria de se manifestar? Bom, então está aberta a discussão, nós
2256 tivemos três apresentações, duas do CEBRAP da Secretaria-Geral da Presidência e
2257 agora do grupo assessor, está aberta a discussão para aqueles que quiserem
2258 complementar, pedir esclarecimentos, se manifestar livremente, por favor.

2259 **O SR. HELDER LIMA DE QUEIROZ (Instituto Mamirauá)** – Boa tarde, presidente. Boa
2260 tarde à Marcela, aos colegas conselheiros. Eu sou Helder Queiroz, do Mamirauá,
2261 membro da Sociedade Civil. Eu, na verdade, só quero encaminhar um ofício à mesa,
2262 solicitando, formalizando essa solicitação da Heloísa, para a gente fazer uma
2263 extraordinária com esse tema, o tema da nova composição, mas que seja antecedente,
2264 imediatamente antecedente à próxima plenária, porque aí a gente aproveita a logística e
2265 infraestrutura da próxima ordinária, aí faz tudo junto. E estou encaminhando aqui à mesa
2266 e vocês podem depois deliberar e nos informar o que vocês decidiram.

2267 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2268 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Só para esclarecer, por que vocês estão
2269 pedindo uma extraordinária e não estão pedindo para incluir na pauta da próxima
2270 ordinária?

2271 **O SR. HELDER LIMA DE QUEIROZ (Instituto Mamirauá)** – Segundo o nosso
2272 regimento, a extraordinária nos dá a possibilidade de dedicar uma única pauta, uma
2273 reunião inteira para uma única pauta. Como a gente sabe que esse é um tema que vai
2274 demandar muita discussão, a gente acha que uma plenária inteira vai ser necessária.
2275 Isso é o que o regimento nos indica.

2276 **O SR. HELDER LIMA DE QUEIROZ (Instituto Mamirauá)** – Ok. Obrigado, Helder.
2277 Obrigado, Helder. Mais algum comentário, alguma colocação? Por favor. Não, você só...
2278 que nem aquela história de leilão, não é? Vendido para aquele senhor ali. Aquela de
2279 preguiçoso aí comprou um negócio por US\$1 milhão de dólares. Estamos... nenhum
2280 comentário sobre proposta disruptiva dessas? Não é uma boa ideia? No microfone, por
2281 favor, nobre companheiro. Deixa só a ANAMMA fazer uma...

2282 **O SR. HELDER LIMA DE QUEIROZ (Instituto Mamirauá)** – Quero fazer uma
2283 complementação da minha solicitação.

2284 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio
2285 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, não pode mais.

2286 **O SR. HELDER LIMA DE QUEIROZ (Instituto Mamirauá)** – Não posso mais? É que,
2287 segundo o regimento, para a convocação de uma extraordinária, ou dois terços aprovam
2288 ou o presidente do CONAMA a convoca.

2289 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio
2290 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Está certo.

2291 **O SR. MARÇAL CAVALCANTI - TITULAR (Presidente da ANAMMA Nacional)** –
2292 Marçal Cavalcante, presidente da ANAMMA. Presidente, a sugestão é que seja feito
2293 antes da tripartite, até pela economicidade, para que as passagens, que seja feita para
2294 quem vem com passagem, a gente não tenha um problema de atrapalhar a tripartite e a
2295 convocação de uma extraordinária dá para que... não, primeiro faz a extraordinária e
2296 tripartite e CONAMA, não é sempre... não é tripartite e CONAMA? Está. Está. Então, se
2297 for assim à tarde, a gente teria que ter toda a documentação, todo o assunto para que a
2298 gente não perdesse tarde e não desse tempo, aí nós perderíamos a extraordinária. Com
2299 o tempo só. Melhor o dia, eu acho um dia que tem tempo de exaurir discussões para que
2300 a gente possa fazer. É a minha sugestão.

2301 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio
2302 Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Não, só para esclarecer. Tem uma proposta
2303 aqui de aproveitar, então, a próxima ordinária para aproveitar a vinda, não é só isso, acho
2304 que a vinda dos conselheiros à Brasília, isso, independente da questão de custo, tem a
2305 questão mesmo do tempo.

2306 **A SR^a. MARCELA MORAIS (Diretora do SISNAMA)** – As eleições para que a posse
2307 aconteceria na segunda plenária, que vai acontecer em junho, que está prevista para
2308 acontecer em junho.

2309 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2310 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Pois não, Heloisa.

2311 **A SR^a. MARIA HELOISA DIAS (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata**
2312 **Atlântica - IARBMA) –** Foi a partir da avaliação dessa possibilidade de calendário,
2313 porque nós temos pela sociedade civil todo um processo de mobilização, eleição para
2314 escolha dos representantes, que a gente acha muito importante que seja até março, no
2315 máximo, para o edital já contemplar inclusive a deliberação da plenária. O que for
2316 deliberado é o que vai ser, na verdade, convocado de representação dos diversos
2317 segmentos no próximo mandato.

2318 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2319 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Na realidade, nós temos uma questão que
2320 precisa ficar esclarecida. Isso depende do decreto do Presidente da República. Então,
2321 na realidade, o CONAMA delibera, mas isso necessariamente dependerá da
2322 concordância do Presidente da República e da edição de um novo decreto. Então, é
2323 necessário que a gente tenha bem claro os limites e as expectativas. Nós não podemos
2324 ter a expectativa de que o plenário vai aprovar e que automaticamente o Presidente da
2325 República irá adotar a deliberação da plenária. Isso é importante que fique claro para não
2326 criar nenhum tipo de mal entendimento, inclusive, de frustração desnecessária. Primeiro,
2327 eu acho importante a gente lembrar que os aperfeiçoamentos são bem-vindos e
2328 certamente serão recebidos com muito interesse pelo governo. Fora do Ministério do
2329 Ambiente, o Casa Civil e demais ministérios e o Palácio, mas o CONAMA está
2330 funcionando, está realizando. Tudo aquilo que aqui foi dito, da necessidade de recuperar
2331 a atividade e da participação do Estado Civil, de dar dinamismo, eu acho que o CONAMA
2332 é um exemplo positivo de como nós, eu digo nós, porque esse trabalho depende
2333 totalmente dos membros que estão aqui sentados nesse plenário. Graças ao trabalho de
2334 todos, nós conseguimos muito rapidamente retomar o CONAMA, definir e aprovar
2335 resoluções extremamente importantes, que nós já aprovamos, num calendário bastante
2336 intenso de atividades, recuperando a tripartite, recuperando todas as comissões do
2337 CONAMA e as câmaras técnicas. Então, vamos trabalhar nessa direção. A gente faz a
2338 extraordinária, só para a gente formalizar, vamos votar, mas antes disso, a gente faz a

2339 extraordinária e elabora a proposta, mas nós não podemos afirmar e não podemos
2340 garantir, não podemos ter uma expectativa tão alta de que, uma vez aprovado, isso vá
2341 para o Palácio, o Palácio concorde, edite o decreto em tempo da convocação das
2342 eleições, ocorrerem de acordo com a nova composição e tudo está funcionando em
2343 junho. Infelizmente, os processos não são assim tão fluidos, não é uma portaria da
2344 ministra, não é um decreto do Presidente da República. Então, só para a gente deixar
2345 isso claro. Mas então, acho que tem consenso, a gente não precisa nem votar, a não ser
2346 que alguém contrário, que a gente faça uma reunião extraordinária para tratar desse
2347 assunto. Nós vamos analisar com carinho toda a pauta, mas, em princípio, a indicação é
2348 que fica um dia anterior à reunião do CONAMA, que vai ser no dia, qual é, dia de março
2349 mesmo? Qual é o prazo de convocação da extraordinária? Prazo de convocação da
2350 extraordinária, 15 dias. Então, a próxima reunião, 12 de março. Então, seria dia 11 de
2351 março, nós faríamos... eu só não sei se dá tempo de fazer essa discussão num período.
2352 Vocês acham que dá tempo de fazer a discussão num período? Dá? Está bom. Então,
2353 está bom. Então, a gente faz a tripartite pela manhã, e já deixamos convocada a reunião
2354 para às 14h do dia 11 de março. Pedindo que todos os conselheiros analisem a proposta,
2355 discutam entre as suas entidades, os seus representados, a posição, para que a gente
2356 venha para uma reunião bem objetiva, se possível, a gente possa chegar num
2357 entendimento, num período relativamente curto e também com compromisso de estender
2358 um pouco, para que a gente possa realmente encerrar esse assunto na extraordinária.
2359 Pode ser assim? Pois não? Ah, perfeito. Excelente, excelente. Seria muito importante,
2360 muito bem lembrado, que a partir de agora, representantes aqui de setores no CONAMA
2361 possam encaminhar recomendações, sugestões, que a gente poderia abrir a reunião, a
2362 nossa diretoria sistematiza isso, devolve, inclusive, para os participantes, e abre a
2363 reunião, já eventualmente, com propostas e ajustes que facilitaria a reunião. Está certo?
2364 Alguém contrário a esse encaminhamento? Em não havendo ninguém contrário, está
2365 aprovado esse encaminhamento. E, antes de debandar, temos agora o último, porém...
2366 temos o último, porém, não menos importante, e realmente muito importante, ao
2367 contrário, apresentação pela Karina Oliveira Cham, da diretora de qualidade ambiental
2368 substituta do IBAMA, do relatório anual de destinação de pneus inservíveis. Por favor,
2369 Karina, com a palavra.

2370 **A SRª. KARINA DE OLIVEIRA CHAM (Substituta Diretora de Qualidade Ambiental -**
2371 **IBAMA)** – Bem, boa tarde. Como o presidente bem colocou, por último, mas não menos
2372 importante, vou apresentar aqui os dados relacionados à destinação de pneus inservíveis
2373 do ano de 2023, em atendimento ao que estabelece a Resolução CONAMA 416 de 2009,
2374 que coloca para a gente essa determinação de apresentar anualmente esses dados, dar
2375 amplo conhecimento desses dados à toda a sociedade. Bem, então, vamos lá. Acho que
2376 tem um slidezinho antes desses. Isso aí, obrigada. Bem, então, a gente vai apresentar
2377 os dados aqui de forma consolidada, fazendo a soma de todos os dados que foram
2378 declarados no sistema do IBAMA. Essa obrigação de dar a destinação final
2379 ambientalmente correta é uma obrigação dos fabricantes de pneus e dos importadores
2380 de pneus novos. Então, eles também têm a obrigação de declarar anualmente os dados,
2381 trimestralmente, e consolidar até 31 de março de cada ano, os dados do ano anterior,
2382 para que a gente, então, possa fazer o trabalho de tratamento, de consolidação, para
2383 poder apresentar aqui ao CONAMA. Esse é um resíduo que o IBAMA controla, porque
2384 sabemos que, se ele não for destinado corretamente, ele pode trazer sérios prejuízos à
2385 saúde humana, ao meio ambiente. Então, por isso, esse controle pelo IBAMA em cima
2386 desse produto. Bem, podemos já passar para o próximo, indo diretamente, então, ao
2387 número. Isso. Então, o cálculo de quantos pneus precisam ser destinados, ele inicia com
2388 a quantidade de pneus que entraram no mercado. Então, essa informação é declarada
2389 pelos fabricantes, pelos importadores, em unidades, e é também declarado em peso,
2390 numa unidade de massa, de peso. Então, nós tivemos aí, em 2023, 88.104.269 unidades
2391 de pneus novos, entrando no mercado de reposição, que tem a formulazinha aí do lado,
2392 como é calculado esse mercado. É a quantidade total de pneus produzidos, mais a
2393 quantidade de pneus importados, desse valor é subtraído a quantidade de pneus
2394 exportados e a quantidade de pneus que foi destinada aos veículos novos. E aí, então,
2395 desse cálculo é que a gente chega nesses valores. E, em toneladas, nós tivemos aí
2396 1.097.090 toneladas de pneus inservíveis, perdão, pneus novos, entrando no mercado
2397 de reposição. Então, a partir desses dados é que se calcula, então, a meta de destinação.
2398 Tem um fatorzinho de redução em cima desses valores, mas a gente vai falar já, já, no
2399 próximo slide. E aí, analisando os dados, nós tivemos uma informação nova aqui e
2400 relevante, a gente teve uma mudança significativa com relação a anos anteriores. Então,

2401 pela primeira vez, quando a gente fala, pode passar o próximo, por favor. Quando a gente
2402 fala em unidades, pela primeira vez os importadores ficaram com um pouquinho mais do
2403 mercado de reposição. Então, eles responderam por 50,70% dos pneus novos desse
2404 mercado e os fabricantes por 49,30%. Isso em unidades, quando a gente olha em
2405 unidades. Não está aqui o dado, mas em valores de peso, os fabricantes ainda ficam um
2406 pouquinho à frente, mas isso alterou bastante, porque em anos anteriores a gente tinha
2407 ali um valor, mais ou menos, de 63% para os fabricantes e 37% para os importadores. E
2408 aí, esse ano, então, a gente vê que os importadores alcançaram aí um valor bem maior,
2409 aumentaram bastante a sua participação nesse mercado. Pode passar o próximo. Bom,
2410 então, a partir lá do total de pneus novos, é calculada a meta de destinação, porque agora
2411 não estamos mais falando de produtos novos, estamos falando de resíduos, do produto
2412 já pós-consumo. Então, para se calcular a meta, se retira ali o valor de 30% para
2413 considerar o desgaste desse pneu e fazer um cálculo dele. Pós-consumo, o CONAMA
2414 diz que para cada pneu novo que entra no mercado tem que ser destinado um pneu
2415 inservível. Então, esse cálculo com essa redução dos 30% é o que significa esse 1 para
2416 1 na proporção que é determinada pelo CONAMA. E aí, fazendo esse cálculo, nós
2417 tivemos a meta, então, de 2023. Pode passar, Júlia, por favor, o próximo. Que foi de
2418 412.885 toneladas para os fabricantes e a meta de 355.078 toneladas para os
2419 importadores. E tivemos, então, o cumprimento pelos fabricantes, eles destinaram
2420 101,3% da meta, então, um valor um pouco maior do que estava estipulado para eles. E
2421 os importadores faltou ali um pouquinho, cerca de 28 mil toneladas ali, alcançando 91,9%
2422 da meta de destinação, do que eles deveriam ter destinado. Pode passar o próximo.
2423 Então, tivemos aí a maior parte, teve a destinação ambientalmente correta, mas ficou ali
2424 um saldozinho de cerca de 3% que não teve a destinação adequada, de acordo com os
2425 dados que foram declarados. Pode passar o próximo. Esse cenário dos fabricantes
2426 cumprirem a meta e os importadores não cumprirem, na maioria das vezes, ele já vem
2427 de um certo tempo. O IBAMA tem implementado medidas para poder atacar esse
2428 problema. A gente vê aqui, pela linha do tempo, pela série histórica, que os fabricantes
2429 só não conseguiram cumprir ali em 2021. A gente acredita que, muito provavelmente, foi
2430 em virtude da pandemia, que afetou muitos processos. Mas, logo em seguida, eles já
2431 voltam a cumprir também a meta, enquanto os importadores, que é a linha verde ali, eles

2432 estão sempre ali na casa, entre acima dos 60%, entre 60% e 85%, 90% da meta. Pode
2433 passar o próximo. Aqui a gente vê também a série histórica, e somando todo mundo, o
2434 cumprimento da meta em termos nacionais, sem fazer essa separação por fabricante ou
2435 por importador. Então, temos sempre alcançado, quase sempre alcançado, mas ficando
2436 ali e sempre faltando um pouquinho para dar o 100% de cumprimento da meta nacional,
2437 de destinação da meta nacional. Nesse slide aqui, a gente vê a maioria dos pneus. A
2438 destinação correta, que é a mais utilizada, é, de fato, o coprocessamento. Então, o uso
2439 desses pneus como fonte de energia e como fonte também de matéria-prima metálica,
2440 principalmente nos fornos de clínquer, para produção de cimento. A segunda destinação
2441 mais utilizada é a granulação, depois a laminação e, ali abaixo dos 20%, outros
2442 processos. Então, em 2023 especificamente, nós tivemos que 45,3% foi destinado para
2443 coprocessamento, 32,08% para granulação, 19% para laminação e 3,55% para outros
2444 tipos de destinação ambientalmente correta. Um outro dado também que os fabricantes
2445 e importadores têm que declarar no sistema do IBAMA é a localização dos pontos de
2446 coleta. Essa também é uma obrigação deles, eles têm que estabelecer os pontos de
2447 coleta dos pneus inservíveis. É uma série de arranjos que eles podem utilizar, eles podem
2448 fazer isso de forma conjunta ou cada um pode colocar o seu. E aí nós divulgamos esses
2449 dados também. Pode ir para o próximo. E esse é o valor que nós temos de pontos de
2450 coleta instalados por região. Então, 75 na região norte, 150 na região nordeste, 76 na
2451 região centro-oeste, 522 na região sudeste e 175 na região sul, totalizando, então, no
2452 Brasil como um todo, 998 pontos de coleta. Nós tivemos uma pequena mudança com
2453 relação à forma como a gente coleta esse dado. Foi uma melhoria que a gente fez no
2454 sistema. E aí, a partir desse ano, a gente implementou a verificação do endereço pelo
2455 CEP. Então, isso nos ajudou também agora a ter uma acurácia melhor nesses endereços,
2456 nessa localização, para poder também fazer uma divulgação mais precisa desses locais.
2457 Próximo. O relatório vai sempre estar lá na página do IBAMA. Por uma questão
2458 administrativa, infelizmente, a gente não conseguiu ainda colocar este relatório que nós
2459 estamos apresentando lá no site, mas estaremos fazendo isso nos próximos dias. Então,
2460 é lá no site do IBAMA, ou indo pelos menus Assuntos, Emissões e Resíduos, Resíduos
2461 e Pneus. Vocês podem encontrar todos os relatórios dos anos anteriores e também este
2462 relatório aqui, com os dados detalhados, mais informações, com mais detalhes do que

2463 eu estou apresentando aqui. Bom, essa foi aquela melhoria que eu já comentei com
2464 vocês. Então, estão aí as informações para controle social de toda a sociedade. Eu queria
2465 só, publicamente aqui, agradecer a equipe que realizou o trabalho, esse trabalho,
2466 hercúleo de consolidação de vários dados. Eu só apresento aqui, mas a gente só
2467 consegue apresentar, porque tem muito trabalho deles em cima desses dados. Então,
2468 agradeço aí, Renata que está aqui, que é a coordenadora, e toda a equipe. E fico à
2469 disposição aí para quem tiver alguma dúvida, alguma pergunta. E obrigada pela atenção.

2470 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2471 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Muito bom. Nessas horas e ouvindo esse
2472 relatório, e os outros três relatórios que os conselheiros tiveram a oportunidade de
2473 receber hoje, a gente vê a importância do CONAMA, editando resoluções das legislações
2474 aprovadas e de instituições autarquias como o IBAMA, que garante a implementação das
2475 nossas resoluções e nossa legislação. Para quem lembra, não sei, na infância aí de
2476 alguns aqui, que era esse problema dos pneus. Era uma tragédia inacreditável no Brasil
2477 inteiro. Era um inferno. E agora você vê quase 100% dos pneus destinados de forma
2478 ambientalmente adequada. Isso é um ganho para a sociedade. Incrível. Parabéns ao
2479 IBAMA. Parabéns, Karina, pela apresentação. Muito bem. Alguma questão? Por favor.

2480 **A SRª. CLAUDIA LINS (CNM)** – Olá, boa tarde. Vou ser breve. Boa tarde, secretário.
2481 Boa tarde, pessoal. Cláudia Lins, falando pela Confederação Nacional de Municípios.
2482 Sobre esse relatório de pneus inservíveis, a última vez que ele foi apresentado aqui, eu
2483 fiz uma fala. Eu vou refazer uma fala sobre isso. A importância de a gente atualizar a
2484 resolução CONAMA para a logística reversa. A resolução é de 2009. A gente tem a Lei
2485 12.305, de 2010, que coloca expressamente que lá no artigo 33, essas ações sobre
2486 pneus têm que ser realizadas pelo setor empresarial, independente do Sistema Público
2487 de Manejo de Resíduos Sólidos. E se os municípios executarem qualquer ação, eles
2488 precisarão ser ressarcidos. E isso não acontece hoje. Então, quando os municípios
2489 relatam que eles estão precisando fazer essa coleta e essa disposição final, o que eles
2490 falam é que quando a gente fala que tem que contatar a entidade gestora disponível ou
2491 tal, a gente indica site, eles fazem a devolutiva dizendo não. Eles falam que estão
2492 cumprindo com a resolução CONAMA. E o que eles querem é que o município faça a

2493 coleta, coloque num galpão fechado, coberto, por questão de dengue, e atinja uma
2494 quantidade grande para dar conta de eles irem buscar. Porque, como vocês viram, são
2495 998 pontos de coleta que eles declaram. E nós temos 5.568 municípios. Quer dizer, com
2496 essa última eleição, vamos para 5.569 municípios. E a gente tem esse problema sério.
2497 Então, é o nosso dinheiro público que está indo para cumprir com uma obrigação do setor
2498 empresarial que está usando a resolução CONAMA como justificativa para não cumprir
2499 com a lei. E a resolução CONAMA é infralegal. Então, a importância de trazer de novo à
2500 tona esse tema, ou a gente discute a revisão dessa resolução, ou precisa sair por decreto
2501 ou qualquer outra forma que não seja um acordo setorial. Inclusive, da última vez que eu
2502 fiz essa fala, que eu critiquei para não ser um acordo setorial que não dá certo, na época
2503 o secretário Adalberto estava aqui, inclusive falou, não, não vai ser acordo setorial mais,
2504 não dá certo, realmente vai sair um decreto. Mas até agora não aconteceu. Então, a
2505 importância de a gente pensar que eles podem estar cumprindo com a resolução
2506 CONAMA, mas cumprindo com o dinheiro público, porque são os municípios que estão
2507 fazendo esse trabalho realmente por conta de preocupação com saúde pública, mas
2508 onerando a sociedade.

2509 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2510 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, importantíssimo esse ponto. E o
2511 CONAMA vai ficar, a diretoria do CONAMA e o Ministério do Ambiente vão ficar muito
2512 felizes se os representantes dos municípios se organizarem e propuserem uma minuta
2513 de resolução CONAMA, de ajustes do CONAMA, com a devida análise de impacto
2514 regulatório, para que a gente possa, com prazer, submeter ao CIPAM e trazer para o
2515 plenário. Essa é uma demanda que eu gostaria que os municípios atendessem e não
2516 apenas cobrem o plenário, mas que ajam, porque o CONAMA funciona por iniciativa
2517 dos conselheiros. E uma das iniciativas mais relevantes é corrigir resoluções ou propor
2518 inovações de resolução que a gente possa trabalhar. Então, estamos aguardando o mais
2519 rápido possível uma proposta. Mas aí, se você, na próxima reunião do CONAMA, vier
2520 cobrar o Adalberto que não fez, e você não ter feito a sua proposta, aí, realmente, não
2521 vai dar certo. Muito bom. Obrigado. Por favor.

2522 **A SRª. KARINA DE OLIVEIRA CHAM (Substituta Diretora de Qualidade Ambiental -**
2523 **IBAMA)** – Cláudia, eu acho que a gente se alinha totalmente com o seu comentário, sua
2524 colocação. Eu não vou saber te dar detalhes agora, mas o que eu sei é que já tem uma
2525 minuta de decreto que está sendo discutida lá pela SQA. Inclusive, a gente já teve
2526 oportunidade de fazer algumas contribuições também. Mas eu não sei te dizer em que
2527 pé está, e não tem mais detalhes sobre o texto. Mas tende alguma coisa, pelo menos,
2528 sinalizada para tentar endereçar essa questão que você traz, que, de fato, é muito
2529 importante. Não pode o Poder Público ficar arcando com uma obrigação que é, já desde
2530 2009, do setor privado. Era só isso. Obrigada.

2531 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2532 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Bom, mas vamos lembrar o seguinte. A
2533 resolução CONAMA, como bem lembrado aqui, pelo nosso presidente do Superior
2534 Tribunal de Justiça, tem força de lei. Se há uma resolução CONAMA, que é incoerente
2535 com a legislação, que veio depois da resolução, é obrigação do CONAMA atualizar a
2536 resolução. Então, repito, independente de decreto, nós estamos aguardando dos
2537 municípios, viu, Marçal, uma proposta para que a gente possa aprimorar essa resolução
2538 CONAMA. Mais algum ponto? Em não havendo mais nenhum conselheiro... temos
2539 informes? Temos informes? Então, está aberto, por favor, para a sessão informes
2540 expeditos. Não vale trazer três páginas de informes. Informe é curto e grosso. Viu, Bacca?
2541 Ele já está lendo lá o negócio. Ele já pegou o celular. Por favor.

2542 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR (Titular Instituto Baleia Jubarte)** – Sr.
2543 Presidente, ciente do adiantar da hora, gostaria de trazer dois temas. Eu já me referi em
2544 outra oportunidade aqui à atuação internacional do Brasil nos temas marinhos, e gostaria
2545 de trazer brevemente dois temas que discuti ontem no Itamaraty com alguns
2546 interlocutores e que dizem respeito diretamente ao protagonista do MMA. Um deles foi a
2547 realização recente da plenária da Comissão Internacional da Baleia, onde, como os
2548 senhores sabem, o Brasil tem uma proposta de criação do Santuário de Baleias do
2549 Atlântico Sul e que nessa plenária deixou de ser aprovada por um voto. Então, nós
2550 estamos com um protagonismo na comissão muito relevante e acreditamos que a
2551 elevação desse tema pela ministra Marina, juntamente com o presidente da República,

2552 para a próxima plenária, poderá trazer sucesso para o Brasil nesse protagonismo regional
2553 que nós almejamos com a criação do santuário. A próxima plenária será em 2026, então,
2554 temos tempo para nos organizarmos e alinharmos os nossos países parceiros para fazer
2555 com que o santuário passe. A outra é que, agora no final de outubro, realizou-se a reunião
2556 da Convenção para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos, a
2557 CAMELAR, em que o Brasil também teve uma participação excelente através da DMAE,
2558 mas em que houve um retrocesso bastante grande em relação à criação de áreas
2559 marinhas protegidas lá, e também a regulação da pesca do crio, que é essencial não só
2560 para a alimentação das nossas baleias, mas também para toda a regulação da biomassa
2561 oceânica no Atlântico Sul, no Hemisfério Sul. Abre-se uma oportunidade para o Brasil ter
2562 também uma interlocução com alguns dos países que protagonizam, como Rússia e
2563 China, que são nossos parceiros próximos comerciais e também em diversas atividades
2564 dos países não alinhados. Gostaria de, a propósito, solicitar uma agenda com vossa
2565 excelência. Sei que o Evaldo poderá tratar com carinho. Nós podemos sentar durante
2566 dez minutos e traçar uma estratégia para que o Brasil possa atacar esses dois pontos.

2567 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2568 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Será um prazer. A secretária Rita Mesquita
2569 esteve até agora, até poucos minutos aqui. Vamos trabalhar isso junto com a secretaria
2570 para dar organicidade.

2571 **O SR. JOSÉ TRUDA PALAZZO JUNIOR (Titular Instituto Baleia Jubarte)** – Muito
2572 obrigado. Presidente, encerro com um tema de muita urgência. Como vários dos
2573 senhores sabem, um dos grandes ativistas em defesa dos oceanos, Paul Watson,
2574 encontra-se preso de maneira irregular e de forma indefinida na Dinamarca por conta de
2575 um pedido também irregular de extradição do Japão em função da defesa que ele faz
2576 das baleias. Nós sabemos da importância do trabalho dele, principalmente para a
2577 conservação das baleias do Hemisfério Sul, e essa prisão abre um precedente
2578 gravíssimo para qualquer ativista ambiental de terceiro país que transite pela União
2579 Europeia e que possa ser apreendido da mesma forma. Nós pensamos na bancada
2580 ambientalista em propor uma moção de urgência, mas em função da sensibilidade sua e
2581 da ministra, que temos certeza que tem para o tema, gostaríamos de apelar com o apoio

2582 desse plenário para que a ministra reiterasse gestões junto à Embaixada da Dinamarca,
2583 e dessa vez publicamente, no sentido de garantir a libertação de Paul Watson, que terá
2584 sua próxima audiência judicial no dia 13 de dezembro. Tenho certeza que se a ministra
2585 Marina se manifestar em público a respeito desse assunto, haverá uma consideração
2586 bastante grande de parte do rei da Dinamarca para essa questão. Muito obrigado.

2587 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2588 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – É o que consta, já houve manifestação da
2589 ministra Marina nas redes sociais e do presidente Lula. E do presidente Lula. Sim, e do
2590 presidente Lula. Já houve manifestação. Mas vamos seguir com isso. De fato, isso é
2591 realmente inaceitável o que está acontecendo com o Paul Watson. É incrível.

2592 **A SR^a. JULIANA GATTI (Instituto Árvores Vivas)** – Boa tarde, com licença. Sou Juliana
2593 Gatti, do Instituto Árvores Vivas, representando a Coalizão Clima Crianças e
2594 Adolescentes. Eu venho fazer, na verdade, uma palavra em relação à preocupação que
2595 a gente tem nesse momento sobre a situação de supressão significativa de maciços
2596 arbóreos nas cidades do nosso país, que são árvores adultas, corredores ecológicos, que
2597 compõem áreas naturais bastante significativas para o equilíbrio ambiental das nossas
2598 cidades e que cumprem serviços ecossistêmicos essenciais para a qualidade de vida nos
2599 centros urbanos, olhando para a questão que a gente tem mais de 80% da população
2600 brasileira residindo nesses espaços. E principalmente os impactos que isso tem para a
2601 vida das crianças e adolescentes diretamente. Com esse foco, eu queria deixar registrado
2602 na plenária que a Coalizão pelo Clima Crianças e Adolescentes está dialogando com o
2603 presidente da ANAMM para que a gente consiga construir e deixamos aberto o convite
2604 para todos os interessados, todos os setores que se interessem em colaborar para
2605 compor de uma forma colaborativa, uma cooperação para olhar para esses temas com o
2606 foco que a gente venha conter as ameaças e o processo crescente da supressão
2607 desnecessária e ilegal, que a gente venha fortalecer instrumentos de controle e
2608 conservação, engajar os municípios brasileiros no compromisso de estruturar propostas
2609 para dialogar com os mais avançados e tecnológicos saberes de soluções baseadas na
2610 natureza e propostas de infraestrutura que possam preservar o patrimônio ambiental das
2611 nossas cidades. Também se apoiar na comunicação ampliada para que as pessoas se

2612 engajem na proteção desse patrimônio. E aí sim, obviamente, estimulando a criação de
2613 planos diretores municipais que vão ajudar na conservação dessas áreas, prever a
2614 participação, obviamente, das crianças e adolescentes também, com voz e visão deles
2615 sendo considerada como cidadãos que têm direitos a serem respeitados e garantidos
2616 também. Então, queria deixar essa menção. Estamos abertos para dialogar, contamos
2617 muito com o apoio da ANAMMA para esse desenvolvimento. Obrigada. Muito obrigado.
2618 Bacca?

2619 **O SR. LAURO EDUARDO BACCA (Titular Associação Catarinense de Preservação**
2620 **da Natureza - ACAPRENA)** – Bom, está todo mundo cansado, vou tentar ser bem breve.
2621 Lauro Eduardo Bacca, da ACAPRENA, Associação Catarinense de Preservação da
2622 Natureza, uma mais antiga do Estado e uma das mais antigas do país, com 51 anos. A
2623 minha pretensão hoje, talvez a mais modesta dela, seria um informe, mas eu espero que
2624 vá além, que possamos sair daqui com alguma orientação, alguém depois possa
2625 contribuir com essa orientação. Não só você, Capobianco, tem direito a um carro como
2626 motorista, mas eu também ando com um carro como motorista, que é a minha esposa.
2627 Enquanto ela dirige, eu fico olhando a paisagem. Meus filhos reclamam que quando eu
2628 dirijo, eu olho 10% para a estrada e 90% do tempo para os lados. Leitura de paisagem.
2629 E um dia, voltando de Florianópolis para a minha cidade, eu marquei 5 km da BR-101,
2630 do estado com um dos litorais mais turísticos desse país, 64 outdoors, painéis de
2631 propaganda, muitos, a maioria maiores que esse painel aqui, em apenas 5 km de rodovia.
2632 Fiz outra amostra ao acaso, agora, valeu. 62 outdoors em outros 5 km. No trevo da BR-
2633 101, com o asfalto, com a rodovia estadual para a minha cidade, entre o trevo, até a
2634 primeira cidadezinha de Ilhota, um pouquinho mais que 10 km, 132 painéis de
2635 propaganda. E entre Gaspar e a minha cidade de Blumenau, 100. Então, não sei o que
2636 está havendo, não sei se existe algum regramento, mas está demais. Inclusive, não
2637 interessa ao setor, digamos assim, empresarial, divulgar algo que some no meio de
2638 tamanha quantidade. Parece aqueles antigos jornais com aqueles anúncios classificados,
2639 onde tem um monte de gente anunciando, então, o anúncio específico nem chama mais
2640 atenção de tanto que tem. Alguns estão um em cima do outro, subindo morros,
2641 promontórios, etc. Então, eu queria, talvez, assim, colocar como desafio, talvez, não sei
2642 se é caso de uma moção para a próxima reunião, tentar regular isso. E aí surgiu uma

2643 proposta inovadora, que já está repercutindo bem no nosso Estado. O presidente Lula
2644 inaugurou o contorno da BR-101 de Florianópolis. Estava um inferno andar lá, na 101,
2645 para os caminhoneiros que se dirigiam para a sua terra, para fazer 10 km, ficar quase
2646 uma hora para fazer 10 km na altura de Florianópolis. Então, foi feita essa via do contorno.
2647 E essa via, por enquanto, está 100% livre de outdoors. Pergunto, dá para fazer alguma
2648 coisa para, pelo menos, salvar essa como a primeira rodovia livre de outdoors do país?
2649 Mexemos com os pauzinhos no nosso Estado. Alguns dizem que na faixa de domínio é
2650 a União que manda, mas logo atrás da faixa de domínio é o município que autoriza, o
2651 Estado não pode proibir, está nessa confusão. Então, esse é o primeiro assunto. Segundo
2652 assunto, talvez mais rápido agora. Nós temos aqui em Santa... também no meu Estado
2653 de Santa Catarina, uma cidade...

2654 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2655 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA)** – Lauro, lembrando que nós temos a reunião,
2656 pessoas estão saindo, então, por favor.

2657 **O SR. LAURO EDUARDO BACCA (Titular Associação Catarinense de Preservação**
2658 **da Natureza - ACAPRENA)** – Temos Balneário Camboriú, que é conhecida como Dubai
2659 Brasileira. Vou dar só um prédio que está sendo construído, um dos apartamentos lá está
2660 sendo vendido a R\$97 milhões de reais. Por incrível que pareça, justo na Dubai Brasileira,
2661 temos uma praia agreste, uma prainha de 600 metros de comprimento, a última agreste
2662 do Estado. Então, eu queria também colocar aqui, por enquanto, com a modestíssima
2663 pretensão de informe, mas se alguém puder ajudar a fazer alguma coisa para sensibilizar
2664 as autoridades. O prefeito, a nova prefeita de Balneário Camboriú, onde acredito que não
2665 tenha ninguém, de Estado nenhum no país, que não tenha um apartamento, uma casa
2666 de praia lá naquela cidade, que, de alguma forma, possa ajudar a salvar. O custo daquilo,
2667 em leilão da Caixa Econômica Federal, foi de R\$31,6 milhões de reais. Existem dezenas
2668 de apartamentos na cidade que custam isso. Um apartamento. Será que 600 mil metros
2669 quadrados, como um museu geológico vivo, do que era aquilo que atraiu tanta gente para
2670 aquele local, não pode ser preservado? Então, é essa a colocação. Se alguém puder
2671 ajudar, depois, via WhatsApp, outra forma de comunicação, a gente agradece. Obrigado.

2672 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2673 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Obrigado, Lauro. Só queria dizer o seguinte.
2674 São Paulo aprovou, acho que você nunca sabe, a Cidade Limpa. É uma lei municipal.
2675 Neste caso, é essa uma legislação municipal que teria que ser aprovada nos municípios.
2676 Realmente, na faixa de domínio, acho que não existe na faixa de domínio. Tenho a
2677 impressão que não. Acho que é além da faixa de domínio. Mas são leis municipais.
2678 Acredito que não haveria possibilidade de uma resolução nesse sentido, porque é
2679 competência municipal. Seria interessante a ANAMMA, a Federação, a Associação dos
2680 Municípios, de fato, discutir esse tema, que é muito relevante. Agora, o nosso penúltimo...

2681 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER (Suplente Região Sul –**
2682 **Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR) –** Posso falar? Está
2683 bem. Obrigado.

2684 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2685 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Deve.

2686 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER (Suplente Região Sul –**
2687 **Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR) –** Obrigado.
2688 Secretário, presidente em exercício do CONAMA. Eu acho que esses assuntos, pelo
2689 menos uma moção, uma recomendação...

2690 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2691 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Para efeito de gravação.

2692 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER (Suplente Região Sul –**
2693 **Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR) –** Antônio Soler, da
2694 AMAR, do Centro de Estudos Ambientais, representando as ONGs da região Sul. No
2695 mínimo, uma recomendação, uma moção, não pode ser apreciada, mas teria que estudar
2696 mais a capacidade de entrar, adentrar nesse tema pelo Conselho. Primeiro, queria pedir,
2697 se fosse possível, que as apresentações de hoje fossem disponibilizadas para nós, por
2698 e-mail, para que a gente possa acompanhar com mais cuidado, com mais tempo,
2699 analisar. Tem várias apresentações com dados muito importantes que a gente não teve

2700 acesso previamente. Depois, dizer que nós todos, ou grande parte, além da bancada da
2701 Sociedade Civil, ficamos surpresos com o pedido de vistas das duas moções que foram
2702 apresentadas hoje aqui, pela proteção de dois biomas extremamente importantes, que é
2703 a Mata Atlântica e o Pampa. Não só do ponto de vista da legalidade, da regimentalidade,
2704 porque é previsível o pedido de vistas para moções. Mas, no caso do Rio Grande do Sul,
2705 eu até falei depois com o representante do Estado, eu disse para ele que fiquei surpreso,
2706 porque é uma moção extremamente simples, uma moção que não propõe nenhuma
2707 inovação, até diria uma moção muito encolhida, eu diria, porque não propõe nenhuma
2708 inovação, não faz nenhuma crítica à política ambiental, nem do Governo do Estado, nem
2709 de outro governo.

2710 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2711 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Desculpa te interromper. Com todo o mérito
2712 que você está trazendo, isso não é uma tribuna livre, é um informe. Então, eu queria
2713 entender qual é o seu informe e convidá-lo para fazer essa intervenção na próxima tribuna
2714 livre.

2715 **O SR. ANTONIO CARLOS PORCIUNCULA SOLER (Suplente Região Sul –**
2716 **Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária – AMAR) –** O informe era esse
2717 mesmo com relação à moção, a surpresa. Mas o informe era reforçar, então, era um
2718 informe de reforço, vamos dizer assim, dessa pauta que a Juliana trouxe, porque a gente
2719 tem visto aí uma série de atentados à arborização urbana, desmatamento urbano que
2720 está acontecendo de forma geral nas cidades brasileiras, justamente de um atributo das
2721 cidades que é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e também para a vida
2722 em geral. Então, a gente quer se juntar a essa fala da Juliana, para a gente construir
2723 alternativas via CONAMA e via outros parceiros para a gente combater esse
2724 desmatamento urbano. E também somar aí a fala do, acho que ele já saiu, mas do Truda,
2725 com relação à situação do Paul Watson. É inaceitável que exista esse tipo de situação.
2726 A defesa do meio ambiente, ela jamais pode ser considerada um crime nem aqui no Brasil
2727 e em nenhum lugar do mundo. Então, solidariedade ao Paul Watson. Espero que ele seja
2728 livre imediatamente. Muito obrigado.

2729 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2730 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** O nosso último interventor.

2731 **O SR. FABIANO SILVA (Fundação Vitória Amazônica – FVA) –** Olá, presidente. Boa
2732 tarde, conselheiros e conselheiras. Gostaria só de reforçar um convite, uma vez que nós...
2733 Fabiano Silva, Fundação Vitória Amazônica, de Manaus. Gostaria só de reforçar um
2734 convite de um evento importante que vai acontecer entre o dia 18 e 20 do ano que vem,
2735 que em Brasília, o encontro da rede nacional de mosaicos e áreas protegidas. Como a
2736 gente não vai ter oportunidade de reforçar esse convite antes da próxima plenária,
2737 gostaria só de compartilhar com todos os conselheiros e conselheiras e reforçar o convite
2738 para que todos participem. Obrigado.

2739 **O SR. JOAO PAULO CAPOBIANCO (Secretário Executivo do Ministério do Meio**
2740 **Ambiente e Mudança do Clima - MMA) –** Muito obrigado. Muito bem. Então, em não
2741 havendo mais ninguém inscrito, queria agradecer a todos os conselheiros e conselheiras
2742 que permaneceram até o final dessa reunião, mas também a todos que participaram ao
2743 longo da reunião, uma reunião muito produtiva. Agradeço a todos e aguardamos,
2744 senhoras e senhores, no dia 11 de março, para a nossa reunião extraordinária e 12 para
2745 a nossa reunião ordinária do CONAMA. Muito obrigado a todos. Bom final de dia.